

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE MARÇO DE 2007

NÚMERO 5.703

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

PARTIDO DA FRENTE

LIBERAL

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1722
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 018ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 21/03/2007.....2

Atos da Mesa

Ata da Mesa DI.....20

Publicações Diversas

Audiência Pública.....20
Projetos de Lei.....35

PLENÁRIO

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Hemeus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Sérgio Grandó - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Registra a presença de diversos visitantes de Ilhota e de Botuverá e cita suas reivindicações; reporta-se à necessidade de estimular a participação da iniciativa privada em ações fundamentais de governo no Vale do Itajaí.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Cumprimenta os visitantes de Ilhota e Botuverá e reforça a necessidade de obra na BR-470, na altura de Ilhota.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Solidariza-se com o deputado Serafim Venzon na luta por melhorias no setor viário do vale do rio Itajaí-Açu.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra sua participação no 52º Encontro de Empresários, em Jaraguá do Sul; reporta-se ao Consórcio Quiriri, experiência vitoriosa na área ambiental realizada nos municípios de: São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho e Corupá.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra a presença de visitantes de Laurentino; reporta-se à ação do Ministério Público de tentar anular o decreto do governador que regulamenta o funcionamento dos bingos; pede a reabertura do pronto-socorro do hospital de Gaspar.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Discorre sobre as transformações que vêm ocorrendo no panorama econômico e social da região serrana.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Aponta que a descentralização está oportunizando a mudança da realidade das regiões sul e serrana do estado.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ (aparte) - Alude ao grande potencial energético que estará instalado em Lages, através de PCHs.

DEPUTADO DIRCEU DE MATOS - Analisa a possibilidade da formação de uma unidade de conservação na baía da Babitonga.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mostra-se preocupado com a não-divulgação das audiências públicas referentes à unidade de conservação da baía da Babitonga.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Analisa as ações do governo Lula no âmbito da educação; parabeniza Florianópolis pelo aniversário.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Elogia o presidente Lula e seu governo.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Informa que o Cartório Luz será homenageado pelos serviços prestado a Florianópolis.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Registra a presença do vereador Vendelin Bósio, de Brusque, e seu filho.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Onésio Ramos, de Porto Belo, acompanhado do sr. Severino Campos, do empresário Marcos Luiz Comandolli, e da sua esposa Joice dos Santos.

DEPUTADO JANDIR BELLINI - Registra a presença de várias lideranças de Ilhota; reporta-se à travessia do rio Itajaí-Açu, entre os municípios de Itajaí e Navegantes, através de um túnel.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Registra a presença da vereadora de Joinville, Dalila Rosa Leal, e da sua assessora.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comemora a aprovação, nas comissões técnicas, do PLC n. 0009/2007, que garante o direito à aposentadoria para as policiais militares e bombeiras militares do estado aos 25 anos de serviço.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que o governador Luiz Henrique cumpriu sua promessa de encaminhar PLC visando a garantir o direito à aposentadoria especial das policiais e bombeiras militares.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Elogia a intenção do presidente Lula de aumentar o piso salarial dos professores de todo o país.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - No dia internacional de luta pela eliminação da discriminação racial, manifesta repúdio a todo tipo de preconceito racial e étnico e acusa a revista *Veja* de posicionamento tendencioso.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO (aparte) - Reporta-se à comunidade indígena do Morro dos Cavalos.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Repudia a reportagem da revista *Veja* sobre o povo indígena.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Pronuncia-se quanto à importância da preservação do meio ambiente.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Aborda a tese de que deveria haver um fundo de auxílio aos flagelados ecológicos.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO (aparte) - Lembra que Santa Catarina está enfrentando calamidades climáticas opostas ao mesmo tempo.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Coloca sua posição quanto ao Parque da Santur, em Balneário Camboriú.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Convida os membros da comissão de Ética e Decoro Parlamentar para participarem da primeira reunião.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Reproduz o convite da comissão de Turismo ao presidente da Santur, Marcílio Ávila para visitar o Parque da Santaur, em Balneário Camboriú.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Expressa sua posição quanto ao direito adquirido e à coisa julgada; informa que apresentou à Casa PL que visa a dar destinação aos 30% remanescentes do veto do governador aos recursos previstos no art. 171 da Constituição do Estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Comenta PL de sua autoria que dá novo destino aos recursos previstos nos arts. 170 e 171 da Constituição do Estado, objeto de veto do governador.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Registra a presença de Elizabete Anderle, presidente da Fundação Catarinense de Cultura.

Ordem do Dia

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita subscrever a Indicação n. 0118/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, que pede a reforma das escolas interdidas de Joinville.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Pergunta quem são os componentes do Fórum Permanente para Discussão da Interiorização da Udesc e da UFSC e solicita permissão para subscrever requerimento do fórum.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada a diversas autoridades, solicitando a indicação de Affonso Ghizzo Neto para o CNJ, manifestando contrário à sua aprovação.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Discute moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada a diversas autoridades, solicitando a indicação de Affonso Ghizzo Neto para o CNJ, manifestando favorável à sua aprovação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Discute moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada a diversas autoridades, solicitando a indicação de Affonso Ghizzo Neto para o CNJ, manifestando favorável à sua aprovação.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Discute moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada a diversas autoridades, solicitando a indicação de Affonso Ghizzo Neto para o CNJ, manifestando contrário à sua aprovação.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Discute moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada a diversas autoridades, solicitando a indicação de Affonso Ghizzo Neto para o CNJ, manifestando favorável à sua aprovação.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discute moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada a diversas autoridades, solicitando a indicação de Affonso Ghizzo Neto para o CNJ, manifestando favorável à sua aprovação.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Encaminha a votação pela rejeição da moção de autoria da liderança do PT, a ser enviada à revista *Veja*, solicitando a concessão de direito de resposta à comunidade guarani de Morro dos Cavalos, em razão da matéria intitulada *Made in Paraguay*.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Declara o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Declara o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Declara o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO (pela ordem) - Declara o voto favorável à aprovação da moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Esclarece algumas questões referentes à moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani e declara seu voto favorável.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO (pela ordem) - Retifica sua posição, como líder, com relação à moção a ser enviada à revista *Veja*, pedindo direito de resposta à comunidade guarani.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute moção de sua autoria, a ser enviada à Unale, solicitando a inclusão do tema *TVs Legislativas em Canal Aberto* na pauta do próximo congresso da entidade.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Discute moção de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada à Unale, solicitando a inclusão do tema *TVs Legislativas em Canal Aberto* na pauta do próximo congresso da entidade.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Discute moção de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada à Unale, solicitando a inclusão do tema *TVs Legislativas em Canal Aberto* na pauta do próximo congresso da entidade.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Discorre sobre as obras do governo, na área da educação, na região de Concórdia.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Pondera que, através da descentralização, obras estão acontecendo em 90% das escolas de Santa Catarina.

DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Discorre sobre suas realizações à frente da prefeitura de Florianópolis, em homenagem aos 281 anos da capital.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Elogia a administração de Sérgio Grando na capital e cumprimenta Florianópolis pelos 281 anos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Diz-se admirador da administração de Sérgio Grando na capital e parabeniza Florianópolis pelo aniversário.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Analisa o crescimento desordenado das cidades, notadamente Balneário Camboriú.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Considera legítima a ação do Ministério Público na defesa do meio ambiente no crescimento das cidades.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários sobre as prioridades do governo federal na destinação dos recursos públicos.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (aparte) - Critica o deputado José Natal pelo seu posicionamento durante seu discurso em Explicação Pessoal.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se às questões do desenvolvimento econômico do sul do estado.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Coloca-se à disposição para lutar pela implantação do gás canalizado em Araranguá e Sombrio.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Informa que a cidade de Lages terá brevemente gás canalizado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do vereador Dorlei João Antunes, do PDT de São Francisco do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, distinta Assembléia que participa desta sessão, quero, inicialmente, cumprimentar o vereador Rogênio Luiz, que, acompanhado dos srs. Paulo Roberto Drum e Mauri Miglioli, de Ilhota, veio a este Parlamento trazer inúmeras reivindicações da cidade de Ilhota, para entidades, para a prefeitura e também para algumas melhorias na rodovia Jorge Lacerda.

Ilhota é cortada pela rodovia e também pelo rio Itajaí-Açu, que há muito tempo requer lá uma ponte que interligue as duas partes do município, interligando também agora a BR-470, da margem esquerda, com a rodovia Jorge Lacerda. Mas na rodovia Jorge Lacerda existem dois pontos fundamentais em Ilhota, e esse vereador veio a esta Casa em busca do apoio para a construção de um trevo alemão, que seria uma baía na rodovia para permitir a espera na travessia da avenida, e também para a recuperação de um bueiro, porque se por acaso aquele bueiro ruir, certamente Ilhota ficará excluída de um grande movimento, pois hoje ela participa do movimento do Alto Vale do Itajaí que ocorre até a BR-101.

Portanto, ao cumprimentar o vereador Rogênio Luiz, cumprimento toda a comunidade de Ilhota que vem a esta Casa para fazer essa reivindicação.

Cumprimento também, sr. presidente, a presidente da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão, sra. Marise Westphal Hartke, que, acompanhada pelo presidente da Associação dos Jornais do Interior, veio a este Parlamento conhecer melhor os deputados. E esses canais de comunicação têm feito um grande trabalho para toda a sociedade, quando repartem com o povo catarinense tantas coisas boas que acontecem não só no Parlamento, mas em todo o estado de Santa Catarina. A arte do jornalismo está justamente em fazer com que o povo acabe espelhando-se na ação desses órgãos de imprensa.

Quero saudar ainda o representante do prefeito de Botuverá, sr. Moacir Merísio, e os srs. Wilson Fachim e Fábio Maestri, que estão nas galerias desta Casa para pedir o apoio a inúmeros pedidos a Botuverá, a minha terra natal de origem italiana.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Serafim Venzon, quero parabenizar os vereadores de Ilhota e, da mesma forma, o Wilson Fachim e os amigos de Botuverá que aqui estão.

E com relação à ponte que liga a BR-470 ao município de Ilhota, gostaria de dizer que é uma obra importantíssima. Meus parabéns a v.exa. pelo encaminhamento e, sem dúvida, nós todos temos que lutar com esse objetivo, nessa direção. Inclusive, temos informações de que a bancada federal incluiu no Orçamento federal recursos da União para a execução dessa ponte e também de uma outra ponte em Gaspar.

Então, meus parabéns e eu quero somar-me ao deputado em relação a essa reivindicação e também em relação ao município de Botuverá. V.Exa. nasceu lá, eu também tenho uma ligação muito forte com aquela comunidade e tive muitos votos naquele município. Sem dúvida, juntos haveremos de trabalhar por aquele município e pela região de Brusque, no vale do rio Itajaí-Mirim.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado por sua participação.

Srs. deputados, ontem, numa audiência com o presidente da SC Parcerias, sr. Alair Tissot, levei duas reivindicações importantes. Aliás, a SC Parcerias é, e será ainda mais, um grande instrumento para estimular a participação da iniciativa privada em ações fundamentais de governo, pois o governo se ressentia não só da sua limitação financeira e administrativa, como tem que realizar obras que não fazem parte diretamente da função pública, mas que têm grande utilidade pública. E como exemplo temos a construção de pontes, estradas e túneis, que poderiam melhorar a nossa malha viária e nas quais seria importante que houvesse a participação não só do governo, mas, especialmente, da iniciativa privada.

Mas, como dizia, na audiência na SC Parcerias levei uma reivindicação importante com relação a Brusque, que é uma cidade que cresce como Itajaí. Itajaí tinha um dos maiores portos de exportação do Brasil e agora, somado ao porto de Navegantes, sem dúvida nenhuma, o vale do rio Itajaí, através dos portos de Navegantes e de Itajaí, será, seguramente, o segundo maior corredor de exportação do Brasil.

Navegantes, pela questão da divisão do bolo tributário - e já coloquei aqui uma vez que nós, como governo, cobramos erradamente os impostos e redistribuímos injustamente, não por nós especialmente aqui, mas pela lei que, com o tempo, foi ficando injusta -, recebe menos retorno de tributos e fica com poucos recursos. Assim, precisa muito de investimentos, pois uma das dificuldades do município é justamente a ligação entre Itajaí e Navegantes.

Está aqui o deputado Jandir Bellini, que foi prefeito de Itajaí e que certamente será novamente, que sabe o quanto é importante essa ligação, pois, inclusive, já fez a tentativa de construir uma ligação fácil entre Itajaí e Navegantes. Ora, uma ponte ali, sem dúvida nenhuma, iria atrapalhar e muito no presente e no futuro o tráfego de navios grandes e pequenos que navegam pela foz do rio Itajaí-Açu, que atacam no porto de Itajaí e, posteriormente, no porto de Navegantes.

A sugestão que levamos ao presidente da SC Parcerias, Alair Tissot, foi de que buscássemos parceiros da iniciativa privada para fazer um túnel de comunicação por baixo do rio Itajaí-Açu, que fizesse a ligação entre Navegantes e Itajaí, pois isso trará, sem dúvida nenhuma, um grande desenvolvimento para Navegantes.

Itajaí já cresce muito e certamente, em 20 ou 30 anos, será uma das maiores cidades de Santa Catarina pelo desenvolvimento que terá graças ao porto e ao aeroporto de Navegantes e à BR-101, que corta o município. E somado a tudo isso está o poder, a capacidade e a vontade empreendedora da sua gente.

Por isso, então, fomos pedir para que através de uma parceria público-privada construa-se um túnel entre Itajaí e Navegantes.

O segundo pedido que fizemos a ele foi justamente a ligação entre Brusque e Itajaí, passando pela margem esquerda. Foi um pedido que já fizemos aqui, do qual o deputado Dagomar Carneiro também participou. E justamente queremos buscar o apoio desta Casa e do governo do estado para que, através da iniciativa privada, possamos fazer essa ligação entre Brusque e Itajaí pela margem esquerda.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Queremos dizer que somos solidário às suas solicitações. São duas obras importantíssimas para a nossa região, tanto a ponte, quanto essa nova rodovia ligando Brusque a Itajaí.

Então, estamos aí, como membros da bancada que representa os vales do rio Itajaí-Açu, do Itajaí-Mirim e o vale do rio Tijucas, apoiando o seu pronunciamento e parabenizando-o pela idéia.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VEZON - Muito obrigado, deputado Dagomar Carneiro.

Srs. deputados, é justamente essa união que queremos buscar, ou seja, a de todo o Parlamento catarinense para estimular, através da SC Parcerias, a parceria com a iniciativa privada.

Existem muitos setores importantes que podem favorecer o desenvolvimento, mas o governo não tem disponibilidade financeira para arcar com esses investimentos vultosos. Mas, seguramente, se tiver a participação da iniciativa privada poderá oferecer à nossa sociedade melhores serviços no que tange ao transporte, setor ao qual me refiro neste momento.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero fazer o registro de um evento ocorrido na noite de ontem, em Jaraguá do Sul, por ocasião do 52º Encontro de Empresários, quando foi divulgada a nova direção da Associação Empresarial de Jaraguá do Sul, bem como o novo presidente da Apevi. Foram eleitos, respectivamente, o sr. Paulo César Chiodini, reconduzido à presidência da associação empresarial, e o sr. Márcio Manoel Silveira, conduzido à presidência da Apevi - Associação das Micro e Pequenas Empresas do Vale do Itapocu.

Fomos muito bem recebidos tanto pelo sr. Paulo, como pelo sr. Márcio e pelo presidente da Câmara Municipal, vereador Rudolfo Gesser; pelo vereador Dieter Jensen; pela presidente da Sociedade de Cultura Artística, sra. Monika Conrads, que, diga-se de passagem, é um belíssimo empreendimento em Jaraguá do Sul, realizado pelo setor privado daquela comunidade. Ainda tivemos a oportunidade de participar de uma belíssima palestra realizada pelo sr. Otávio de Barros, que lá se fez presente falando sobre a economia brasileira e internacional.

Quero ressaltar aqui o espírito empreendedor do empresariado jaraguense, bem como de toda a comunidade de Jaraguá do Sul, pelo bom exemplo que o município dá ao estado de Santa Catarina, bem como ao Brasil, porque são empreendedores de espírito ousado, com empreendimentos em nosso estado, em outros estados brasileiros, inclusive no nordeste, e também em vários países da Comunidade Européia e da própria América do Norte. Isso nos deixa, como catarinenses, lisonjeados, pela ousadia e pela demonstração de responsabilidade na geração de trabalho, de emprego, e pela responsabilidade social dos empreendedores, bem como de toda a sociedade jaraguense. Tive a oportunidade de representar o Parlamento catarinense naquele encontro.

Srs. deputados, gostaria de registrar a presença nesta Casa dos presidentes dos Sindicatos Rurais dos municípios de Monte Castelo, na pessoa do sr. Estefano Savinski; de Campo Alegre, na pessoa do sr. José Odorico Munhoz, e de São Bento do Sul, na pessoa do sr. Gabriel Zigowski.

Hoje e amanhã são dois dias importantes para o nosso país e para o nosso planeta. Hoje é o Dia Internacional da Floresta e amanhã é o Dia Mundial da Água. E quero fazer um registro baseado numa ação que foi realizada entre os municípios de São Bento do Sul, de Campo Alegre, de Rio Negrinho e de Corupá, através da constituição do Consórcio Quiriri, que é um bom exemplo não só para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Após a sua constituição, foi realizado um trabalho sobre educação ambiental junto à comunidade, às escolas, às organizações não-governamentais e às associações de moradores, culminando num eficiente resultado tanto na coleta de lixo reciclável, quanto na conscientização da população em não jogar lixo em rios, riachos e nascentes. Depois dessa conscientização, a própria população, de modo organizado, colaborou, tanto que São Bento do Sul é um dos municípios que menos lixo produz para a coleta do poder público, exatamente pela coleta seletiva. Isso faz com que haja uma redução no custo final para o poder público.

Aliado a isso, o Consórcio Quiriri criou as APAs - Áreas de Preservação Permanente - com uma grande área da Mata Atlântica, que abrangem os municípios de São Bento do Sul, de Corupá, de Rio Negrinho e de Campo Alegre, preservando todas as nascentes, rios e riachos pertencentes a essas quatro comunidades.

Um outro programa inserido foi o São Bento Sempre Limpa. Uma vez por mês o poder público percorria os bairros fazendo a coleta de entulhos, como geladeiras, fogões, estofados, bicicletas e outros metais. Depois de recolhido esse lixo, no mesmo dia era dado o seu destino final, ou seja, a Cooperativa de Catadores de Lixo Reciclável fazia a coleta juntamente com o poder público e depois disso dava destino final, comercializando aqueles materiais recicláveis.

Esse trabalho realizado nos quatro municípios foi um exemplo copiado por outros municípios catarinenses e por outros estados, como o Paraná, São Paulo e estados do nordeste brasileiro, com a participação da Universidade Federal de Santa Catarina, da Univille, da Fatma e da Polícia Ambiental, além da colaboração do professor Hidalgo, ex-ministro chileno, que teve uma participação efetiva na constituição do consórcio.

Esse consórcio resultou em vários prêmios concedidos, não prêmios políticos, mas técnicos, avalizados por instituições como a Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Fundação Ford; o Troféu Fritz Müller, concedido pela Fatma, e o Instituto Bioesfera, do Rio de Janeiro, que também concedeu um título pela conquista do Consórcio Quiriri, aliando os municípios de São Bento do Sul, de Rio Negrinho e de Campo Alegre. Houve também a participação efetiva de um organismo internacional, a Fundação Rugendas, do estado da Baviera, na Alemanha, na serra de Corupá, indo a São Bento do Sul, na localidade chamada Rio Natal.

Lá existe uma construção com equipamentos, com a possibilidade de universitários fazerem pesquisas na nossa Mata Atlântica, o que poderá despertar ainda mais a nossa preocupação, a nossa responsabilidade de preservar o meio ambiente. Mesmo que o Brasil detenha 14% das águas do planeta, ainda nos deparamos com inúmeras reportagens que mostram nossos rios e riachos sendo invadidos por lixo que poderia ser, evidentemente, reciclado.

Mas o poder público deve ser o incentivador, deve dar o bom exemplo para que a sociedade possa participar efetivamente, porque não será apenas o poder público que irá resolver o problema dessa situação grave do sistema hídrico brasileiro e do planeta. Nós temos que ter a preocupação de propor ações que possam garantir o futuro dos nossos filhos, netos, da nossa juventude. É a nossa juventude, a nossa criança e o nosso adolescente que poderão mudar esse quadro caótico em que nos encontramos hoje em todo o planeta, mas, especialmente, em grandes centros urbanos de nosso país.

Por isso, fica aqui o registro de que uma forma de bom exemplo foi o nosso Consórcio Quiriri, que está à disposição lá em São Bento do Sul, em Rio Negrinho, em Campo Alegre e em Corupá para os demais municípios de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o nobre deputado Clésio Salvaro, que preside esta sessão, os demais membros que compõem a mesa, os deputados aqui presentes e os telespectadores da TVAL.

Gostaria de aproveitar este momento para registrar a presença aqui dos vereadores da cidade de Laurentino: Roberto Carlos Vargas, que é o presidente da Câmara Municipal; Vilmar Tonet; Osnilo Pedro Schmidt; Marcelo Tonet, que nos acompanha; do presidente do Partido dos Trabalhadores de Rio do Sul, Arnaldo Ferreira, o Chavinho, e do ex-vereador Jakson Formiga de Moura, que era dos quadros do PSDB e no dia 31 deste mês estará filiando-se ao Partido dos Trabalhadores.

Ontem fiz aqui um pronunciamento sobre a questão do Ministério Público, falando sobre a compulsão dos jogos, a respeito do que a Organização Mundial de Saúde chama de "bingolatrás". Estamos vendo que o Ministério Público tenta anular o decreto do governador. Estamos na torcida para que isso aconteça porque entendemos que esse tipo de atividade acaba levando o jogador ao vício e à desgraça, deputada Odete de Jesus, muitas famílias catarinenses.

Caso o Ministério Público não consiga derrubar esse decreto, politicamente estaremos aqui, sim, apresentando um projeto de lei para que parte dos recursos arrecadados nos jogos, nos bingos seja designada para o tratamento de pacientes compulsivamente viciados em decorrência do uso dessas máquinas.

Quero também parabenizar o vereador Márcio de Souza, de Florianópolis, pelo Dia Internacional da Discriminação Racial, que é comemorado hoje. Ele propõe um seminário, um debate para a criação do Conselho Municipal de Igualdade Racial, nesta cidade. E quem sabe possamos também desenvolver esse debate no estado de Santa Catarina.

Gostaria, ainda, de fazer um registro nesta Casa. Nós recebemos a visita da nossa vereadora da cidade de Gaspar, a sra. Mariluci Deschamps Rosa, que está preocupada com as questões do fechamento do pronto-socorro do hospital daquela cidade. O povo de Gaspar está clamando por melhores condições de saúde e o Ministério Público interveio de uma forma equivocada ao fechar o hospital. Como os profissionais médicos não estavam recebendo o seu sobreaviso, coisa que implantamos na cidade de Rio do Sul, no Hospital Regional, eles reivindicaram o pagamento desse direito justo, por ficarem à disposição do hospital. Ou seja, eles entraram com uma ação na Justiça por não estarem recebendo o sobreaviso e o Ministério Público interveio e pediu que fosse fechado o hospital. O presidente do hospital, que é, se não me engano, um vereador, inclusive, do PMDB, aproveitando o ensejo, como se diz, automaticamente fechou o hospital.

Estamos, então, pedindo sensibilidade a esse caso, em nome da vereadora citada, do povo de Gaspar e também em nome do dr. José, que é cardiologista e formou-se conosco na Universidade Federal de Santa Catarina, dando a devida atenção para esse caso do hospital de Gaspar, a fim de que os pacientes daquela cidade e da cidade de Ilhota, onde o nosso deputado Peninha foi bem votado, não tenham que sucumbir nas filas, na cidade de Blumenau.

Por isso fazemos esta intervenção e pedimos, carinhosamente, que seja dada uma olhada naquele hospital, no sentido de que seja reaberto, o mais rapidamente possível, o seu pronto-socorro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, hoje ocupo a tribuna para falar um pouquinho da serra catarinense, das coisas boas que lá estão acontecendo.

Nós, num passado não muito distante, estivemos no auge do ciclo da madeira, da araucária, e quando esta faltou, nós tivemos um esvaziamento muito grande na serra catarinense. Para se ter uma idéia, o esvaziamento foi tão grande, deputado Manoel Mota, que a serra catarinense ocupa 17% do território do estado, mas tem, hoje, somente 5% da população de Santa Catarina.

Mas agora nós vemos com outros olhos a serra catarinense, a serra que está sendo preparada, a serra que está sendo planejada. E eu não tenho a menor dúvida de subir à tribuna para dizer neste Parlamento que a serra, nos próximos dez anos, vai ser um dos melhores lugares de Santa Catarina e do Brasil para morar, para viver e para trabalhar.

Nós deixamos de ter um único norte. No caso da madeira, passamos ao reflorestamento. Hoje, para se ter uma idéia, a serra catarinense tem 270 mil hectares de florestas reflorestadas com mais de cinco anos de idade. A serra deixou simplesmente de fazer madeira, de fazer tábuas. Partiu para a indústria de papel, e é bom frisar que nos próximos dias a Klabin deve anunciar um aumento da sua unidade fabril na serra catarinense, em Correia Pinto.

Estamos esperando anunciar, para os próximos dias - já que v.exa. falou de florestas, e essa é uma busca de mais de dois anos enquanto estávamos na secretaria de Desenvolvimento Regional -, a primeira indústria de MDF para o estado de Santa Catarina. Nós sabemos o que significa essa indústria porque o aglomerado, que era o grande produto para a indústria moveleira, deixou de ser, passando a ser utilizado o MDF.

Para se ter uma idéia, o Brasil consome 1,7 milhão de metros cúbicos de MDF e nós importamos, hoje, mais de 500 mil metros cúbicos de MDF. E o mais triste, deputado Pedro Uczai, é que a matéria-prima que vai para a China é nossa, que é transformada em MDF e depois volta porque nós importamos o produto com valor agregado.

Hoje, a serra produz uma das maçãs de maior qualidade do Brasil, talvez do mundo. A serra produz mirtilo, pera e produz, hoje, deputado Sérgio Grandó, v.exa. que conhece a região, um dos melhores vinhos finos, não do Brasil, do mercado internacional, em São Joaquim.

A serra, conhecida pela araucária, hoje, na região de Campo Belo e de Cerro Negro, é um verdadeiro celeiro de grãos. Lá se produz soja, trigo, feijão, milho em grandes granjas, sem falarmos aqui no potencial energético. Temos duas hidrelétricas e mais oito pequenas centrais de produção de energia, que fazem parte da bacia dos rios Canoas e Pelotas, tornando-se, hoje, uma área também com potencial energético.

Mas tudo o que está acontecendo com a nossa região, deputado Manoel Mota, não foi por acaso. Houve um planejamento, dentro da secretaria de Desenvolvimento Regional, tanto da cidade de Lages quanto da cidade de São Joaquim. A uva foi para lá dentro de um planejamento, assim como o mirtilo e as flores de Urupema. Já estamos produzindo em Urupema tulipas para exportação.

Nós somos todos catarinenses, mas há algumas pessoas que têm um pouquinho de sangue gaúcho. Peço desculpas à serra gaúcha, mas em belezas naturais a serra catarinense dá um *show* e dá um banho. O que falta é um pouco de infra-estrutura, que já está sendo planejada e criada, para que possamos ser um dos melhores locais para o turismo no Brasil. Não será apenas Gramado a receber turistas. A região composta pelos de São Joaquim, Lages, Urubici, Bom Jardim da Serra e Urupema irá também receber turistas. Tanto que nos próximos dias estaremos trazendo, com a ajuda do governador Luiz Henrique da Silveira, através de um projeto turístico, um grupo italiano ao município de Urupema. Ou seja, através desse projeto turístico, iremos trazer turistas europeus para conhecer a nossa região e o estado de Santa Catarina.

Nós poderemos também agregar ao turismo os nossos rodeios, que chamam a atenção das pessoas pelo seu estilo; a cordialidade do povo serrano, que recebe muito bem os visitantes, deputado Manoel Mota e Sérgio Grandó, v.exas. que têm um pezinho na nossa região sabem disso, também é fator de atração de visitantes, de turistas.

Então, é importante que nós estejamos preparados para o turismo. Por exemplo, a questão da saúde é importante porque ninguém vai visitar uma região onde não existe um bom sistema de saúde. Ninguém vai querer sair de Urupema e rodar 300 quilômetros para ter atendimento médico, no caso de um problema de saúde.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., eminente deputado Elizeu Mattos, pelo pronunciamento e dizer que Santa Catarina vive um momento de um governo moderno, novo e participativo, no qual a população tem participação efetiva, porque é através dos conselhos que são decididas as questões fundamentais da região. Estamos fazendo um retrato de um novo momento da região serrana, que era considerada a região mais pobre de Santa Catarina.

Eu fui àquela festa memorável dos caminhoneiros, no domingo, que acabou não alcançando o seu objetivo devido à chuva, mas à tarde conseguiram brincar, e muito, lá. São Joaquim teve uma safra extraordinária de maçã. Então, evidentemente, que essa região está crescendo, produzindo, gerando emprego e renda, enfim, está-se desenvolvendo muito.

A minha região é fruto também da descentralização. Hoje, temos tudo mapeado, a BR-101 saindo, a serra do Faxinal iniciando uma obra fundamental, que vai diminuir em 200 quilômetros o percurso de Canela, Gramado e Caxias do Sul. Temos a BR-285, que liga Timbé do Sul a São José dos Ausentes, Bom Jesus a Vacaria, Lagoa Vermelha a Passo Fundo, Erechim a Carazinho, São Borja. Enfim, a obra está sendo tocada a todo o vapor. E com a Interprias, nós vamos realizar o sonho de transformar as duas regiões mais pobres de Santa Catarina, a região serrana e a região sul, no segundo pólo turístico do Brasil.

Então, a descentralização é essa alavanca de desenvolvimento. Era isso que o governo queria e conseguiu fazer. Por isso o governador Luiz Henrique não teve dificuldade para se reeleger.

Nós temos convicção de que vamos, nestes quatro anos, colocar a região serrana e a minha região num patamar respeitável no estado, fazendo com que elas passem a gerar emprego e renda e com isso conseguir melhorar a vida da população que lá vive.

Parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento. É isso que nós precisamos: mostrar aquilo que o governo faz.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu agradeço, deputado Manoel Mota. Na verdade, todo o alcance desse trabalho que está sendo realizado na região se deve àquele tão criticado Conselho de Desenvolvimento Regional criado por Luiz Henrique da Silveira. Foi dentro desse conselho que nós conseguimos iniciar um planejamento para o desenvolvimento de toda a serra catarinense.

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Antes de conceder-lhe um aparte, deputado Sérgio Grandó, que também tem um pezinho na Coxilha Rica, eu quero aqui registrar a presença, nesta Casa, do nosso delegado regional de Polícia, dr. José Rogério de Castro Filho, conhecido como Bada, o qual foi cumprimentado dias atrás, ele e sua esposa, pelo bom trabalho desenvolvido na elucidação de um crime bárbaro que aconteceu em Anita Garibaldi.

Bem-vindo ao Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - Deputado Elizeu Mattos, apenas quero confirmar que a secretaria de Desenvolvimento Regional, por vocação natural da região, aliou-se à Amures, ao conselho de todos os municípios e às forças vivas da região e começou a incentivar o desenvolvimento de Lages, que vai produzir o dobro da energia que consome, através das seis PCH's que foram aprovadas agora, além da biomassa, que é um exemplo para o país.

Em Lages, também há um importante plantio de milho, de maçã. E eu quero aqui homenagear o nosso amigo Matusalém lochpe, que faleceu não faz 15 dias, que era um pioneiro na questão da maçã e também da araucária, do reflorestamento com a araucária. Então, a serra realmente vai retomar o seu desenvolvimento, porque quando eu morei em Lages, ela era o maior município e o que mais arrecadava no estado. Quiçá volte a esse patamar algum dia.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Joares Ponticelli, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, como faço parte de uma comissão que vai instalar o fórum da barragem do rio do Salto, não poderei pronunciar-me neste momento. Então, eu me inscreverei novamente para fazer o meu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a assistência do deputado Manoel Mota, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa, telespectadores da TVAL, quero saudar, de maneira especial, o vice-prefeito de Itapoá, Evandro Roberto Berbigier Costa, que nos está visitando, e o presidente do PFL, Geraldo Weber, também acompanhado dos amigos Pacheco e Moacir Speck.

Sra. presidente, eu não poderia deixar de trazer a esta Casa um assunto que diz respeito à região de Joinville, às regiões norte e nordeste de Santa Catarina. Trata-se da baía da Babitonga.

Nas últimas semanas, deputado Kennedy Nunes, nós tivemos a oportunidade de participar, sra. presidente, de algumas audiências públicas, ou consultas públicas, realizadas pelo Ibama. Essas audiências públicas cumpriam o objetivo de ouvir a comunidade para criar a unidade de conservação da baía da Babitonga.

Veja, deputado Kennedy Nunes, o risco que nós estamos correndo. Primeiro, a legislação determina que a entidade pública, o Ibama, no caso, consulte a comunidade. Mas, não. Simplesmente não é considerada a posição das comunidades nessas consultas. Na última consulta pública que foi feita em Joinville, de nove representantes da comunidade que se pronunciaram, parece que somente um foi favorável à implantação da unidade de conservação. Mais do que isso, deputado, a unidade de conservação da baía da Babitonga, conservação da fauna, é a primeira no Brasil. Portanto, seremos objeto de experiência e vamos constituir-nos num projeto piloto naquela região.

Nós sabemos, sra. presidente, que a nossa costa é dotada de uma biodiversidade riquíssima. Nós temos plena consciência da necessidade de implementar ações para preservar a fauna, para preservar a nossa biodiversidade, para preservar, sobretudo, a nossa baía. Mas entendemos que a preservação passa por um processo de educação ambiental, passa por um processo de realização de campanhas educativas, passa por um processo de criação de uma cultura de preservação, mas, sobretudo, passa por um processo de fiscalização ostensiva pelos órgãos ambientais.

O Ibama, em Joinville, tem seis fiscais, deputado Kennedy Nunes, para atender 22 municípios. Portanto, o Ibama não está fiscalizando as agressões à nossa baía. Nós sabemos que a fiscalização é de fundamental importância para a preservação e isso não está acontecendo! Portanto, de nada adianta criarmos uma unidade de conservação, se não fomos dotados de uma estrutura de fiscalização, de logística para que nós possamos preservar a nossa biodiversidade.

Agora, nós somos contrários à preservação, nós somos contrários à forma como está sendo encaminhada, de maneira atropelada, a possibilidade da criação dessa unidade de conservação. O Ibama está calçado, segundo seus técnicos, num estudo realizado, que nós não conhecemos. E, mais do que isto, é preciso considerar o perfil econômico de Joinville e do norte e nordeste de Santa Catarina. Nós somos o maior pólo industrial do nosso estado e alojamos dois portos. Precisamos preservar, mas, sobretudo, precisamos promover o chamado desenvolvimento sustentável, para que possamos criar uma harmonia perfeita entre o homem e o meio ambiente, de maneira que o nosso posicionamento - e eu sinto que a comunidade está-se mobilizando - é no sentido de que possamos promover um debate mais profundo, um debate mais consistente, para que essa unidade de conservação não venha a engessar o desenvolvimento sustentável do nosso município e da nossa região.

Algumas perguntas não estão sendo respondidas. Por exemplo: como é que vai ficar a questão dos quatro mil pescadores artesanais que vivem da pesca na nossa baía? Como é que vai ficar a questão da navegação náutica? Como é que vai ficar a questão dos licenciamentos para a implantação de projetos de novas marinas, de projetos turísticos e de empresas? Ou nós vamos ser jogados para a burocracia de Brasília?

Esta unidade de conservação tem a chamada zona de amortecimento, que compreende dez quilômetros da sua divisa, do seu limite, do seu entorno e dez quilômetros de todo o município de Joinville. Portanto, todo o distrito industrial estaria compreendido nessa proposta, nesse projeto da unidade de conservação.

E para concluir, sra. presidente, toda a costa praticamente é de domínio da União, que são chamadas as terras de marinha. E a União não está dando a atenção devida às terras de marinha. A União, no que diz respeito às terras de marinha, principalmente em Joinville, está apenas se restringindo a cobrar, anualmente, aquela taxa de ocupação absurda, de proprietários que têm a sua escritura, mas que a União alega que eles efetivamente não são proprietários dos terrenos.

Afirmo que precisamos de fiscalização. Se está havendo agressão à biodiversidade, à nossa baía, nós precisamos de uma fiscalização consistente, porque o Brasil tem um arcabouço jurídico, tem a melhor legislação ambiental do mundo e é preciso que essa legislação seja aplicada.

Temos que discutir, deputado Kennedy Nunes, a questão da despoluição da baía. Eu propus, à Associação Comercial e Industrial de Joinville e à comunidade, que possamos marcar audiência urgente com a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, para tratarmos desse assunto.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darcy de Matos, é muito bom v.exa. trazer para esta Casa esse assunto, porque o que nos traz preocupação são exatamente as audiências públicas que estão sendo feitas lá, das quais absolutamente ninguém fica sabendo. A divulgação da audiência pública para transformar toda aquela área em uma área de preservação não está acontecendo. As pessoas conseguem descobrir que aconteceu a audiência pública, não que vai acontecer. E o que me preocupa é exatamente o que v.exa. falou sobre o estudo que dizem que existe, mas que ninguém conhece.

Vale lembrar, deputado, que quando v.exa. era delegado regional do Trabalho e eu subdelegado, criamos a Colônia de Pescadores de Joinville. Os pescadores daquela colônia, que hoje é comandada pelos moradores do Morro do Amaral, estão extremamente preocupados, porque havendo esse processo pode acabar o ganha-pão deles.

A outra questão é o que v.exa. falou: o foco da nossa região de empreendedorismo! Poderemos estar proibindo que venha dinheiro para a construção de marinas. É preciso cuidar, mas o desenvolvimento tem que acompanhar também esse cuidado.

Coloco-me à disposição para que possamos ter, o mais rápido possível, esta audiência com a ministra, a fim de que possamos discutir esse assunto. Parabéns por ter trazido este assunto à Casa.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes. Certamente vamos conjugar forças e todos os segmentos representativos de Joinville para que possamos tratar desse assunto urgentemente com o ministério do Meio Ambiente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Odete de Jesus, assomo à tribuna desta Casa, na tarde de hoje, cumprimentando todos os telespectadores da TVAL e todos os ouvintes da Rádio Alecs Digital.

Quero dissertar sobre o assunto levantado pela deputada Odete de Jesus na tarde de ontem, nesta Casa, quando a mesma dizia que tinha o maior orgulho em fazer parte do governo Lula, em o seu vice-presidente estar coligado com o presidente Lula, pois ele é um presidente nota 10. Na visão da nobre deputada, ele vai conceder, ou concedeu, um aumento equiparando todas as categorias de professores no Brasil, num teto de R\$ 800,00.

Quero discordar da nobre deputada, com todo o respeito, mas não é esta a minha visão como parlamentar. O presidente Lula foi um presidente eleito pela sociedade brasileira, aquela menos beneficiada, a mais sacrificada, na qual está incluída a classe dos professores do país, que foi discriminada pelo governo federal, pelos governos estaduais e também pelos municípios. Não tenho a menor dúvida de que são os heróis deste país. E, para nossa felicidade, muitas vezes ainda vemos um professor se destacar em alguns recantos do país, através da imprensa, o que muito nos orgulha.

Quero dizer à nobre deputada que quando o presidente da República, que era um crítico feroz de todas as situações deste nosso país, vai aos canais de comunicação e diz que a nossa educação é de terceiro mundo, para este deputado é uma decepção, porque muitos brasileiros tinham realmente nele a esperança de uma melhoria em todas as outras situações.

Não adianta o presidente Lula equiparar os salários dos professores, se ao mesmo tempo não oferecer condições aos estados e municípios, através de recursos financeiros, para a capacitação dos mesmos.

Não adianta o presidente Lula equiparar o salário de toda a classe dos professores do país, se ele não equipara as escolas, que precisam concorrer, com o nível de globalização na área do ensino, que é muito grande, com os países mais desenvolvidos do mundo.

Não concordo com a nobre deputada. Fica aqui o registro de que eu, como cidadão brasileiro, não acreditava nele, mas muitos acreditavam, principalmente na questão do emprego. Eu pensava que o presidente Lula, como um homem visionário, diria à população brasileira que baixaria o custo das leis sociais do país para gerar mais emprego. Mas até o presente momento ele não fez nada disso. Não que ele tenha prometido, mas ele, como um suposto trabalhador - coisa que no meu entendimento também não é, porque o presidente Lula trabalhou bem pouco na sua vida, aposentou-se muito jovem, então, trabalhou bem pouco -, foi e ainda continua sendo um grande representante da classe trabalhadora do país.

Agora, querer dizer que o presidente Lula foi um trabalhador é querer enganar a sociedade do país, porque ele realmente não foi.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Nobre deputado, quero parabenizar v.exa. pelo assunto que traz à tribuna.

Caro colega, não dá para discutirmos a vida pessoal do presidente. Não somos parlamentares para ficar investigando a vida particular dos parlamentares ou do presidente da República. Isso não vem ao caso.

Ontem, na sessão, eu me posicionei a respeito porque eu posso dar nota dez para quem eu quiser. Eu posso dar nota dez ou nota zero, porque sou uma pessoa da área da educação. Fui alfabetizadora por muito tempo, atuei no ensino de 2º grau e fui secretária de escola. Eu posso dar nota, e dou a nota dez para o presidente, porque foi a única pessoa que até hoje olhou e está olhando para a educação, e quer unificá-la. Porque um estado, um município e um país que não valorizam a educação, sr. deputado, não amam o próximo. E o presidente Lula está olhando para as crianças de zero a dez anos e está valorizando a educação. Por isso tenho todo o direito de ir à tribuna e dar a nota que eu quiser, e continuo dando nota dez, porque ele vai aumentar o piso dos professores do país todo, das redes municipal e estadual de ensino. É um presidente que chamou a minha atenção, eu tenho esse direito.

Parabenizo-o pelo seu posicionamento, porque nenhum parlamentar aqui dentro é obrigado a concordar com as idéias e posições aqui assumidas. Esta é uma Casa de debates, de divergência de idéias até conseguirmos chegar a um consenso.

Muito obrigada, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Por isso é que fiz o meu pronunciamento.

Mas, sr. presidente, para encerrar, tendo em vista que amanhã não estarei na sessão plenária desta Casa por compromisso já assumido anteriormente, quero, neste momento, também deixar, antecipadamente, as minhas congratulações à cidade de Florianópolis, que irá completar, na sexta-feira, 281 anos. Florianópolis (quem nasceu aqui se diz manezinho e eu me entendo como manezinho), se formos buscar o que era a nossa cidade no passado, tem realmente muito a comemorar. Os homens públicos que passaram, no decorrer dos anos, por Florianópolis, todos, independentemente partido e de ideologia, deixaram a sua marca.

Então, nossa cidade vive um excelente momento, congratulo-me e parabenizo toda a população de Florianópolis e de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado José Natal, prometo que não vou falar da lisa que demos no domingo, no senhor e no seu cunhado, no dominó. O deputado Kennedy Nunes, quando cheguei, perguntou-me se eu iria dar uma nota triste. Eu disse que não, vou dar uma nota alegre, hoje.

Na homenagem ao aniversário de Florianópolis, o Cartório Luz vai ser homenageado, receberá uma placa pelos relevantes serviços prestados em favor da sociedade florianopolitana. Por isso faço esse registro.

Mas também quero comungar da alegria de v.exa. e cumprimentar o povo de Florianópolis e o de São José, como v.exa. fez muito bem ontem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, nobre deputado.

Para encerrar, se formos lembrar da Florianópolis do Mercado Público, do trapiche, do Instituto Estadual de Educação, da famosa Academia do Jacaré, da implantação da Avenida Beira-Mar Norte e por aí afora, veremos que hoje temos uma cidade que se desenvolveu sob os nossos olhos, que acolheu todas as pessoas que para cá vieram e quiseram, realmente, aqui fixar residência. Que esta cidade continue a ser feliz, que continue sendo alegre e boa de viver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do vereador Vendelin Bósio, de Brusque, que junto com seu filho está visitando este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Gostaria também de registrar a presença do meu amigo e vereador do município de Porto Belo, Onésio Ramos, acompanhado do sr. Severino Campos, seu sogro, do empresário Marcos Luiz Comandolli, e da sua esposa Joice dos Santos.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense, estamos aqui à disposição para conversar sobre os assuntos pertinentes ao importante município de Porto Belo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Está feito o registro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Jandir Bellini, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, inicialmente queria registrar a presença, nesta Casa, do ex-prefeito, por dois mandatos, da cidade de Ilhota, Roberto da Silva, acompanhado do vereador Antônio Carlos Lúcio, do ex-presidente do PP, Nilton Dallastagne, e do líder comunitário, Enio Soares.

Espero que façam bom proveito da visita a esta Casa, no dia de hoje.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado Jandir Bellini, é um pequeno aparte, só para registrar a presença da vereadora do município de Joinville, Dalila Rosa Leal e da sua assessora. Temos uma satisfação muito grande de recebê-la aqui. Essa vereadora, inclusive, faz parte da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Joinville.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JANDIR BELLINI - Sr. presidente, o assunto que me traz a esta tribuna, no dia de hoje, é de suma importância porque vamos falar do desenvolvimento econômico de uma das regiões mais importantes do nosso estado, que é o Vale do Itajaí.

Ao longo de todos esses anos que presenciamos e acompanhamos o crescimento daquele vale, o rio Itajaí-Açu sempre tem sido o impulsor do desenvolvimento de uma região muito forte. Esse mesmo rio que traz todas muitas benesses, acaba, naturalmente, criando sendo também um obstáculo para um desenvolvimento ainda maior. Refiro-me à travessia do rio Itajaí-Açu, entre os municípios de Itajaí e de Navegantes, e à sua importância estratégica. Inclusive, o deputado Serafim Venzon fez aqui um pronunciamento e deu entrada a uma indicação, no dia de ontem.

Tive a honra de governar o município de Itajaí por oito anos. Já no mandato de deputado, na Legislatura 1995/1998, nós, juntamente com o então deputado Volnei Morastoni, já buscávamos uma solução para esse obstáculo. Naquela época entramos com um projeto de lei pedindo ao governo do estado que permitisse a passagem gratuita, principalmente dos trabalhadores e estudantes, entre as duas cidades.

Coincidentemente, voltando agora nesta legislatura, encontra-se nesta Casa o Projeto de Lei n. 0038/2007, encaminhado pelo senhor governador, que limita a gratuidade concedida no governo Esperidião Amin, compromisso assumido naquelas duas comunidades, que o governador, alegando contenção de despesas, busca limitar ao trabalhador que tem renda de até três salários mínimos.

Nós vamos defender que essa gratuidade continue, mas queremos também apresentar uma solução ao governo do estado, quanto a é essa questão da ligação entre as duas cidades. Ontem já fizemos o nosso pronunciamento, mas num aparte, com o tempo bastante limitado, não pudemos mostrar aos srs. parlamentares e à imprensa, através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, o estudo de um projeto básico para definir a melhor solução para a travessia Itajaí/Navegantes.

Falamos de Itajaí e Navegantes, mas na verdade esse projeto traz benefícios para toda a nossa região. Fizemos um vídeo para que a técnica pudesse ser apresentada e os srs. parlamentares tivessem uma idéia do andamento desses estudos, que há oito anos, quando prefeito, nós buscamos concluir.

Podem passar os slides.

(Procede-se à apresentação de slides.)

Pelo projeto, esse túnel se localizaria imerso no final da avenida Joca Brandão, junto aos pavilhões da Marejada, ligando Itajaí a Navegantes. São imagens que nós estamos mostrando, imagens aéreas, mas depois nós vamos ver as cidades de Itajaí e de Navegantes.

Aqui podemos ver ao fundo o aeroporto de Navegantes. Agora, mais do que nunca, é necessária essa obra, porque estamos às vésperas da inauguração do novo porto em Santa Catarina, o Portonave, o Porto de Navegantes, que vai movimentar ainda mais as nossas riquezas.

Aqui temos o anteprojeto elaborado e a planilha de custo da obra. Foi feito um estudo entre o túnel e a ponte e a opção foi pelo túnel, porque ele não causa impacto ao meio ambiente, traz segurança e não exige manutenção.

Vemos aqui a entrada do túnel no projeto, a forma e a tecnologia que será usada na sua construção. Esse túnel tem uma previsão de construção em torno de 25 meses. Aí são os sistemas dos módulos, como são colocados e como são vedadas as infiltrações de água.

Nessas imagens os senhores podem ver como será construído esse túnel. Nesta outra, aparece uma célula de um túnel que está sendo transportado da doca onde ele é construído para onde ele vai ser emerso, servindo, então, como túnel. É uma tecnologia nova. Essa imagem já mostra o túnel pronto e a sua entrada.

Ontem, em função do tempo, não tivemos tempo de apresentar a planilha de custos dessa obra, os quantitativos e valores. Essa obra gira em torno de R\$ 60 milhões. Nós estamos trazendo aqui um problema, mas também queremos apresentar uma solução.

Em 2002, quando era governador Esperidião Amin, nós trouxemos para Itajaí uma empresa que proporcionou uma receita em torno de R\$ 12 milhões ao estado, sem que constasse sequer do Orçamento público, deputado Silvio Dreveck. Aí nós sugerimos ao então governador que pegasse 20% do que uma empresa arrecadasse e investisse durante 24 meses nessa obra, pois ela estaria atendendo ao estado de Santa Catarina. O então governador Esperidião Amin prontamente acatou a nossa sugestão, mas, como estávamos no final do nosso mandato e havia um processo eleitoral, não fomos felizes naquela eleição e não conseguimos reeleger o nosso governador. O governador eleito disse ao então presidente desta Casa, deputado Volnei Morastoni, que também viabilizaria esse projeto, e o deputado o trouxe a esta Casa, mas não sei se foi apresentado ou não.

Mas essa é uma decisão que o governo tem que tomar imediatamente. Há todas as condições de realizar essa obra, principalmente porque não é uma obra de interesse do deputado Jandir Bellini, mas de interesse de toda Santa Catarina, de toda a nossa população.

Distribuímos, ontem, um folder aos srs. deputados mostrando a tecnologia a ser usada, que é simples e prática. A ponte está orçada em torno de R\$ 100 milhões, quando o custo do túnel é de R\$ 60 milhões. Portanto, é um projeto viável e com ele nós sairemos na frente em todo o país e estaremos trazendo uma nova tecnologia ao Brasil para esse tipo de obra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidores deste Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão na tarde de hoje, quero anunciar que na manhã de hoje foi aprovado, nas comissões de Finanças e Tributação e de Segurança Pública, o Projeto de Lei Complementar n. 0009/2007, que garante o direito à aposentadoria para as policiais militares e bombeiras militares do estado de Santa Catarina, aos 25 anos de serviço.

Tenho a alegria de poder anunciar, deputado Manoel Mota, que foi o primeiro projeto que eu tive a oportunidade de relatar nesta Casa, ao mesmo tempo em que estava, na condição de vice-presidente, presidindo a comissão de Segurança Pública do nosso Parlamento.

É importante falar desse direito que as nossas policiais vão ter, já a partir do próximo mês, na medida em que o projeto seja aprovado aqui rapidamente e sancionado pelo governo. E certamente o será porque esse direito vem sendo perseguido por elas há décadas, e essa pressão e essa articulação têm sido mais intensas nos últimos anos, principalmente do ano passado para cá. O projeto chegou aqui no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e tramitou na comissão de Constituição e Justiça.

Quero agradecer e parabenizar o governador Luiz Henrique da Silveira; o secretário da Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedit; o secretário da Coordenação e Articulação, Ivo Carminati; nesta Casa, o deputado Jorginho Mello, que no ano passado trabalhou essa questão; o deputado João Henrique Blasi, líder do governo, que no ano passado e neste ano fez todo o esforço para que o projeto viesse para cá; v.ex.a., deputado Manoel Mota, por ter aceitado o desafio de relatar hoje o projeto, com a celeridade necessária, na comissão de Finanças e Tributação; o deputado Darci de Matos, que o relatou no dia de ontem na comissão de Constituição e Justiça; e a deputada Ana Paula Lima, que subscreveu um pedido de informação de nossa autoria, no dia 7 de março, para que esse projeto tivesse essa celeridade e esse processo.

Nós iríamos, inclusive, pedir às lideranças para votarmos hoje à tarde, mas as próprias policiais pediram que votássemos na semana que vem, na terça-feira, para que elas pudessem convocar as companheiras, praças da polícia e do bombeiro do estado inteiro, para se fazerem presentes nessa sessão na qual vamos ter uma grande oportunidade de homenageá-las e de elas agradecerem ao Poder Legislativo por esse direito que estão recebendo.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar o eminente deputado para que possamos reconhecer o trabalho de um parlamentar. O deputado Sargento Amauri Soares chegou aqui há pouco tempo para fazer a defesa de uma categoria com muita força, mas vem trabalhando por toda Santa Catarina e isso é importante para o Parlamento.

Já no ano passado, na comissão de Constituição e Justiça, fizemos um trabalho ao qual demos o aval, mas depois não foi concluído e tal. Como o governador Luiz Henrique da Silveira tem a responsabilidade que Deus lhe deu para cumprir os seus compromissos, não haveria como nós pensarmos diferente. Portanto, era certo que o projeto viria para esta Casa.

Ontem, num esforço fora do comum, a comissão de Constituição e Justiça aprovou o projeto por unanimidade. Ontem à tarde, v.ex.a. e o deputado João Henrique Blasi falaram comigo para que, ontem à noite, preparasse o relatório para que fosse apreciado hoje. Eu não tive dificuldade nenhuma de fazer esse relatório, porque é uma questão de justiça podermos premiar uma categoria que tem prestado relevantes serviços ao estado de Santa Catarina e que se desgasta muito, como tantas outras, mas essa profissão é a mais desgastante!

Então, acho que fizemos justiça e hoje v.ex.a. já teve a habilidade de, na sua comissão, fazer com que fosse aprovado. E agora quero pedir ao presidente, com o apoio dos líderes de bancada, que possamos, na terça-feira, apreciar essa matéria, retribuindo tudo aquilo que elas fazem por Santa Catarina, com a premiação desse projeto que servirá muito às mulheres trabalhadoras das Polícias Civil e Militar.

Muito obrigado, deputado, e parabéns!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Agradecemos o apoio de todos os demais deputados e na terça-feira que vem elas estarão aqui para que todos nós, juntos, aprovemos esse projeto tão importante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, brilhante parlamentar Clésio Salvaro, demais integrantes da mesa, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisionada, que bom que o pronunciamento desta deputada está encontrando eco. É muito bom quando trazemos um assunto para a apreciação dos demais parlamentares e encontramos um respaldo, um eco. Isso faz com que o debate se torne mais caloroso.

Hoje, sr. presidente, dando seqüência ao meu pronunciamento, vou continuar dando nota dez para o presidente Lula. Posso dizer que o presidente está valorizando a educação, as famílias brasileiras e procurando, na medida do possível, através do Fundeb, atingir as crianças de 0 a 10 anos, deputado Valmir Comin.

Eu trago uma tabela que recebi do Sinte - Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino -, já que esta deputada também é professora do Magistério Público em final de carreira. Só para os senhores terem uma idéia, hoje o professor paga para trabalhar. Um professor com licenciatura plena, com 40 horas/aula, ganha R\$ 740,62; com licenciatura curta, R\$ 580,16; com curso superior, os técnicos formados, R\$ 666,55; os professores sem habilitação, os ACTs, R\$ 522,14; os professores com 2º grau, por 40 horas/aula, R\$ 454,46; e os sem habilitação, por 10 horas/aula, R\$ 409,01.

Então, quando vejo na imprensa que o presidente Lula, deputado Manoel Mota, leva para a apreciação o aumento do piso dos professores, eu me empolgo porque sou uma defensora da minha classe! Eu investi na área da educação! Eu sou uma profissional da área! Eu defendo a minha classe e vou continuar defendendo-a! E quando eu digo que isso veio numa hora muito boa é porque o professor precisa alimentar-se, precisa ler para se atualizar. Muitos deles não têm condição nem de adquirir um livro para se atualizar e expandir os seus conhecimentos.

Quando eu li no *Diário Catarinense* do dia de ontem, na página 24, uma matéria dizendo que o presidente Lula está mandando para o Congresso Nacional uma proposta de alteração do piso do professor, eu só não tiro o chapéu porque não o uso, mas eu dou nota dez. Já que o número do meu partido, o PRB, é dez, eu tenho que dar nota dez para o presidente. Tenho que apoiá-lo porque está valorizando a classe do Magistério.

O papel do professor é fundamental porque se nós não tivéssemos passado pelos bancos escolares, não estaríamos aqui! E a base para tudo é a educação, é a criança sair de casa, leiga, sem saber nada, e aprender a se comunicar, a fazer redações e a tomar decisões na vida. Ela passa pelos bancos escolares e é o professor que tira a venda dos olhos das crianças. É ele que está ali, como mestre, para ensinar, deputado Kennedy Nunes, orientar. Então, ele tem que ser valorizado! E eu continuo dando nota dez para o presidente Lula, srs. deputados!

Muito obrigada, sr. presidente! (SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, primeiramente, quero dizer muito obrigada à deputada Odete de Jesus pelo dez que deu ao presidente Lula. Nós também sempre damos dez e penso que o povo brasileiro está dando nota dez para esse grandioso homem que faz as transformações de que nós tanto necessitamos.

(Passa a ler.)

"Mas, srs. deputados e sras. deputadas, hoje, 21 de março, é o dia internacional de luta pela eliminação da discriminação racial. Neste dia tão marcante eu usarei o tempo do meu partido para manifestar repúdio a todo e qualquer tipo de preconceito racial e também preconceito étnico.

Quero aqui socializar com v.ex.as. que o meu manifesto, hoje, é motivado pela reportagem que, infelizmente, li na revista *Veja*, intitulada *Made em Paraguai*." Não que eu seja assinante da revista *Veja*, deputado Kennedy Nunes. Faz muitos anos que eu não a assino porque penso que ela presta um desserviço para o povo brasileiro. Inclusive, no ano passado ou retrasado, pela tiragem da revista *Veja*, ela não estava conseguindo mais ser comercializada e ficavam enviando, gratuitamente, até para a minha região, um exemplar para as pessoas.

(Continua lendo.)

"Mas essa reportagem da revista *Veja* mostra quanto falta ainda para que algumas minorias recebam o respeito e a consideração que merecem por parte da sociedade.

Observem: entre as diversas investidas contrárias à demarcação da terra indígena do Morro dos Cavalos, do povo Guarani, em Santa Catarina, a matéria veiculada na *Veja* é a mais pernicioso já apresentada."

Não sei se v.ex.as. tiveram a oportunidade de verificar, mas saiu essa reportagem na revista *Veja* da semana passada, dia 14 de março, com a seguinte manchete: *Made in Paraguay*. Não assinei essa revista, mas como a comunidade indígena esteve aqui na Assembléia Legislativa visitando alguns gabinetes para protestar quanto a esse tipo de reportagem, ela me forneceu este xerox.

(Continua lendo.)

"Busquei informações que me esclareceram tamanha maldade e, de acordo com informações obtidas junto ao Centro de Trabalho Indígena - órgão sério, criado há 27 anos, que luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas em nosso país -, nada é verdadeiro. Não reporta informações repassadas à equipe de reportagem. Essa mesma equipe fez contato com o órgão via e-mail, deputado Sérgio Grando, em fevereiro passado." Não foram verificar, fizeram a reportagem, as perguntas, via e-mail. "Faltou fazer um trabalho sério, de pesquisa e de laboratório local, deputado Pedro Baldissera.

É possível detectar no texto da revista *Veja* a má qualidade da reportagem, a má-fé do repórter, a deturpação inescrupulosa de fontes, os preconceitos raciais e étnicos, além da falsidade deliberada em imputar à antropóloga e coordenadora do grupo de trabalho de identificação das terras indígenas, a autoria de atos e afirmações inverídicas.

Na quinta-feira da passada, recebi essa comitiva de representantes indígenas no meu gabinete. Eles vieram, sim, buscar o nosso apoio, como deputada estadual e também para marcarmos uma audiência no ministério da Justiça, em Brasília. Mas tenho certeza de que essa comitiva esteve em diversos gabinetes parlamentares.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Para falar sobre isso, concedo um aparte ao deputado Sérgio Grando.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Deputada Ana Paula Lima, acompanhamos esse problema da região indígena do Morro dos Cavalos desde quando o deputado Jaime Duarte estava nesta Casa e era presidente da comissão dos Direitos Humanos. Por várias vezes fizemos audiência pública sobre o assunto, quando tratamos da questão da duplicação da BR-101, quando a grande discussão era a construção de um túnel ou a duplicação da forma superficial. Como, obviamente, havia controvérsias, a comunidade foi consultada e participou das discussões. Num outro momento, inclusive, como presidente da Fatma, auxiliei e participei da discussão para demarcar aquela área.

Não resta dúvida de que em qualquer região indígena o primeiro passo a ser dado é a demarcação de sua área. E é nesse sentido que conhecemos o que eles têm sofrido, principalmente, por causa da questão "guaranítica" (nome usado para designar a descendência guarani), no que se refere ao chamado ponto de passagem, que faz parte da sua cultura, no que se refere à questão da água, que faz parte da sua cultura.

Então, queremos ser solidários com a comunidade indígena e, inclusive, em nome do PPS, subscrever o requerimento, que pede uma coisa muito simples: termos o direito de resposta, pois é o mínimo que podemos pedir. E se realmente essa revista que circula em todo o país faz isso de forma democrática, nós, que somos um grande defensor da liberdade de imprensa, teremos, pelo menos - e sofremos por isso em épocas passadas -, o direito de resposta.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero parabenizar v.exa. porque quando traz uma reportagem de uma revista de dimensão nacional, temos que fazer aqui uma nota de repúdio a uma versão, a um só jeito de interpretar a questão indígena. Lamentavelmente, a revista *Veja* tem prestado um desserviço à democracia, um desserviço ao direito à informação neste país. Deveria, inclusive, haver mecanismos mais rápidos para processá-la por calúnia, difamação, não contra José ou Maria, mas contra um povo, contra uma nação, contra nações indígenas, contra povos que têm, ao longo desses últimos séculos, resistentemente, lutado para emergir na cena política e histórica e transformar-se em sujeitos e atores históricos.

V.Exa. traz essa denúncia hoje a respeito dos indígenas. Mas há a questão dos quilombolas - e depois vou fazer um pronunciamento aqui sobre esse assunto - e temos que falar sobre isso e demonstrar o repúdio desta Casa a este tipo de posicionamento. Direito à informação, sim; direito à democracia e à expressão da imprensa, sim, mas da forma como foi feita e construída essa reportagem, como tantas outras, a revista *Veja* merece o repúdio de todos os parlamentares desta Casa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Pedro Uczai.

Realmente, srs. deputados, como mencionaram o deputado Sérgio Grando e o deputado Pedro Uczai, a revista *Veja* pelo menos tem que dar o direito de resposta à comunidade indígena.

Recebi uma carta do cacique colocando todo o problema dos índios do Morro dos Cavalos, a forma como eles foram ofendidos, deputada Odete de Jesus, sem antes serem consultados, porque não veio nenhum repórter da revista *Veja* vivenciar o problema no local. Fizemos as consultas, deputada Odete de Jesus, via e-mail, para saber como funciona. É dessa forma que eles colocam, em âmbito nacional, um problema aqui do estado de Santa Catarina. E o povo indígena não teve direito de resposta.

Sr. presidente, através da bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos solicitando o envio de uma moção, que iremos deliberar na Ordem do Dia e para a qual gostaria do apoio de todos os parlamentares, para que, pelo menos, o povo indígena seja respeitado no seu direito de resposta.

Era essa a minha manifestação.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 19 minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc.

Amanhã, estaremos comemorando o Dia Mundial da Água, este bem precioso de toda a humanidade. E para que todos nós reflitamos sobre a importância da água e do que está ocorrendo nesta mudança climática ocasionada pelo aquecimento global, trago hoje a esta tribuna um texto escrito pelo nosso ilustre governador Luiz Henrique da Silveira, que serve bem para nossa reflexão. Diz o texto:

(Passa a ler.)

"No auge do iluminismo espanhol, Goya questionou a euforia de seu tempo ao rabiscar em uma de suas telas a frase 'O sonho da razão produz monstros'. Decorridos 150 anos e duas guerras mundiais, a filósofa alemã Hannah Arendt repetia o alerta: 'O uso da razão nos torna perigosamente irracionais'. Infelizmente, essa verdadeira fixação pela sinistrose é muito comum, revelando o medo da maioria das pessoas em relação ao novo.

Nunca compartilhei dessa tendência a alardear colapsos e perigos terríveis, nem da mania de vaticinar desastres, ruínas e catástrofes iminentes. Acredito, sim, que vivemos um admirável tempo novo, onde ciência e tecnologia, agregados à educação, saúde, cultura, informação e produção industrial, especialmente de alimentos e remédios, podem vir a ser os alicerces seguros para uma humanidade muito mais justa e igualitária.

No entanto, essa visão otimista, que aposta no ser humano e na racionalidade, não nos deve impedir de enxergar que o célebre adágio 'a natureza não reclama, se vingá' está cada vez mais vivo e presente em nosso dia-a-dia.

Há que se buscar o equilíbrio nessa tensa relação entre o desenvolvimento material, científico e tecnológico e o progresso espiritual, ético e moral. E não será sem lançar mão da razão que alcançaremos esse desiderato. Na verdade, foi com o uso da razão que conseguimos superar a visão de uma natureza encantada, que descobrimos que o destino não é algo exterior a nós, mas, sim, criado por nós mesmos dia após dia.

Professor de filosofia e poeta, o suíço Henri Frédéric Amiel dava, em seus aforismos, algumas pistas para se atingir esse desejado equilíbrio: 'A inteligência é útil para tudo, mas não é suficiente para nada', pois 'A sociedade repousa sobre a consciência e não sobre a ciência'.

Trago esse texto porque ele por si só nos leva a grandes reflexões. O homem é, na verdade, o grande responsável pela degradação do meio ambiente e cabe a nós, seres humanos, à classe política e aos governantes começar desde já a fazer um trabalho de reversão das previsões catastróficas por que os cientistas estão a cada dia e a todo momento registrando nos jornais e nos estudos científicos que nós vamos viver daqui para frente dias cada vez mais conturbados nessa questão do meio ambiente.

Nesse ano de 2007, foram registradas as maiores temperaturas desde o ano de 1911 e isso não é por acaso. Nós ficamos preocupados porque o que aconteceu agora em 2007 deverá reproduzir-se nos próximos anos. Nós vivemos aqui em Santa Catarina há dois anos uma grave estiagem, que trouxe prejuízos enormes ao nosso setor agrícola. Estamos presenciando uma mudança climática e as estações do ano já não são mais as mesmas nos tempos certos. Estamos vendo a toda hora os noticiários na televisão e os jornais nos mostrando chuvas torrenciais, inundações e secas em outros lugares. Isso tudo nos leva a confirmar que temos que nos preocupar muito com esse tempo.

Amanhã é a data em que comemoramos o Dia Mundial da Água e estaremos realizando aqui na Assembleia Legislativa, a partir das 14h, a instalação do Fórum Permanente Pró-Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani, quando teremos uma programação com palestras importantes, feitas por pessoas altamente gabaritadas e, na sequência, oficinas nas quais a sociedade e os formadores de opinião terão a oportunidade de participar do debate e de apresentar propostas concretas de ações que poderão ser desencadeadas pelo Poder Legislativo como também pelo Poder Executivo, tanto estadual quanto municipal e federal.

Queremos, a partir da instalação desse fórum, promover encontros como esse em outras regiões, percorrendo todo estado de Santa Catarina, no sentido de fazer com que o Poder Legislativo desempenhe o seu papel de poder moderador, de poder conciliador e de busca de soluções. Precisamos, sim, depois desses debates todos, aprimorar a nossa legislação ambiental e também fazer com que o Poder Executivo provoque ações em busca de parcerias envolvendo a sociedade em geral, através das suas entidades organizadas e também dos governos estadual e municipal.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Renato Hinnig, vejo que v.exa. decidiu ser um deputado do meio ambiente, um deputado ecológico e as suas atividades pautam-se nesse sentido. Parabéns a v.exa., que traz um tema extremamente necessário. É bom que alguém segure esta bandeira bem firme como v.exa. está fazendo.

Eu tenho um programa de televisão lá em Joinville e nessa semana pude ter a satisfação de entrevistar o engenheiro Gert Fischer, que é presidente da Aprema - Associação de Preservação do Meio Ambiente de Joinville. Ele tem uma tese muito interessante, que passou para mim e sobre a qual eu gostaria de falar aqui, já que v.exa. será o nosso deputado ecológico. Ele defende que o estado terá que criar o fundo dos flagelados das catástrofes ecológicas, tendo em vista as enchentes e as secas no oeste, e que nós, por não termos tido cuidado suficiente, vamos ter esse reflexo na questão ecológica. Então, o estado deveria criar esse fundo.

Não sei se v.exa. já pensou em alguma coisa nesse sentido, mas o engenheiro Gert Ficher, lá de Joinville, que tem isso como uma das bandeiras, vê a necessidade de se criar um fundo específico para os flagelados ecológicos. Eu nunca tinha ouvido isso antes, sinceramente, para mim foi um assunto novo e eu lembrei agora de trazer essa informação a v.exa.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

A intervenção e a sugestão são oportunas. E já houve outras pessoas que se manifestaram nesse sentido e que estão preocupadas com esse tema.

Eu gostaria, deputado Kennedy Nunes, de aproveitar para sugerir que v.exa. formule um convite ao engenheiro, para que ele esteja presente, amanhã, na instalação do fórum que, certamente, vai trazer muitas contribuições para toda essa problemática do meio ambiente. E aproveite a oportunidade para convidar todos os deputados para participarem também do evento.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - V.Exa. me concede um aparte por apenas dez segundos?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Eu gostaria de ouvir v.exa., mas nós, do PMDB, temos o acordo de dividir o tempo e está inscrito para falar agora o deputado Edson Piriquito. Mas concedo um breve aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Sérgio Grando - Em Santa Catarina já houve época de calamidade pública por causa da seca no oeste e, ao mesmo tempo, pelas enchentes aqui na região leste, próximo ao litoral.

Então, veja o nosso estado diante do globo terrestre: é pequeno, mas já está sofrendo os efeitos das mudanças climáticas, ou seja, calamidade pública por chover demais e por estiagem ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - No restante do tempo destinado ao PMDB, com a palavra o deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. presidente, srs. deputados e sra. deputada, uso este espaço reservado ao PMDB para trazer um assunto que está-me preocupando muito levantar nesta Casa Parlamentar, até para informar o encaminhamento que estamos dando ao mesmo.

Há muito tempo se fala em Balneário Camboriú sobre o Parque da Santur, que foi idealizado por Cyro Gevaerd; um parque tremendo, localizado no Jardim Bandeirantes, junto ao bairro Nova Esperança, às margens da BR-101, que já foi palco de grandes eventos e de grandes momentos vividos pela comunidade de Balneário Camboriú.

Acontece que há muito tempo o nosso parque, por desatenção de diversos governos - e não podemos aqui nos referir ao governo "a", "b" ou "c" -, teve a sua estrutura comprometida pela falta de manutenção, deixando deficiente o atendimento na magnitude que aquela região ali pode oferecer.

Em 2004, quando fui candidato a prefeito, apresentei um projeto de construção de um centro de eventos e convenções formidável, lindo, maravilhoso, de alto padrão, com o qual nós daríamos nova cara àquela localidade e àquele parque, especificamente. Ocorre que fomos à eleição e fomos combatidos. Saí como candidato derrotado e não pude levar adiante o meu projeto. Mesmo assim, o candidato adversário na cidade de Balneário Camboriú sustentou a possibilidade de que ali fosse construído, sim, o centro de eventos. Ocorre que passa ano, entra ano e nada acontece.

Agora, como deputado, vimos a esta Casa e pedimos ao PMDB para participar especialmente da comissão de Turismo e Meio Ambiente, já com o intuito de podermos levantar essa bandeira novamente e com a responsabilidade e patrocínio da referida comissão dar um destino e saber do governo do estado qual a sua posição em relação àquela área.

Então, quando nós iniciamos o nosso pronunciamento, este assunto começou a ser aventado novamente pelos meios de comunicação, começou a ser discutido por diversos agentes políticos, tanto de um segmento partidário quanto de outro.

Mas o que me preocupa, neste momento, deputado João Henrique Blasi, são alguns comentários a respeito do nosso zoológico, de que ele talvez seja retirado, zoológico esse idealizado por Cyro Gevaerd e levado para a cidade de Pomerode. Nós somos totalmente contra! Não concordo com isso, com muita propriedade, e assumo a situação.

No ano de 2004, por falta de visão de minha parte, quando projetei o Parque da Santur, que é o único projeto existente tanto em âmbito municipal quanto em âmbito estadual, não pensei em lutar pela permanência do zoológico, pensei apenas em fazer, em busca de uma solução para as dificuldades econômicas da nossa cidade, um centro de eventos e convenções. Mas hoje, com uma visão mais apurada, mais aprimorada, entendo, deputada Odete de Jesus, que a sua permanência ali é importante e fundamental, pela riqueza da fauna e da flora.

Então, hoje, na comissão de Turismo e Meio Ambiente, demos um encaminhamento a esse respeito. E eu quero agradecer aos deputados da comissão de Turismo e Meio Ambiente, principalmente ao deputado presidente Décio Góes e ao deputado Renato Hinnig, eleito agora, pelo fato de irmos, no dia 27 de março, oficialmente, em comitiva, em nome da nossa comissão, fazer uma visita ao Parque da Santur. E convidamos também o presidente da Santur, vereador Marcílio Ávila, a fim de sabermos se a Santur ou o governo do estado como um todo tem interesse em investir, em revitalizar aquele equipamento turístico e ambiental.

Srs. deputados, já fizemos, antecipadamente, contatos com pessoas capacitadas com a questão ambiental e que já estão desenvolvendo um novo projeto naquela área de 107.400m². Nós estamos idealizando um grande centro de eventos e convenções e a revitalização do zoológico, transformando-o num parque da fauna, da flora e GEA de Santa Catarina. Quer dizer, ao invés de transferirmos aquilo que já conquistamos, aquela riqueza maravilhosa e natural, nós queremos, sim, mantê-lo. Isso interessa a Balneário Camboriú, interessa a mim e eu serei um defensor incondicional da permanência do zoológico naquela localidade.

Lançaremos, em nome da comissão de Turismo e Meio Ambiente, um desafio junto aos órgãos competentes do estado catarinense, porque temos escutado, também, que um determinado agente político quer trazer pessoas de notável saber para fazer o projeto da obra da construção do centro de eventos e convenções.

Nós não concordamos com tal posicionamento, pois queremos valorizar os profissionais do estado catarinense. Queremos convidar o IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil -, seção Santa Catarina; queremos convidar o Crea e queremos convidar a Associação dos Escritórios de Arquitetura do Brasil, que está para ser formado, para lançar um projeto - esse é o grande desafio -, deputada Odete de Jesus, que vai transformar aquele parque em um grande centro de turismo e meio ambiente de Santa Catarina, o que, sem dúvida alguma, será referência para o Brasil.

Não sei se existe, hoje, em Santa Catarina local mais apropriado, com mais estrutura para prestar atendimento tanto ao turismo quanto ao meio ambiente, como o Parque da Santur. Mas o agente político que achar que nós precisamos da ajuda de Oscar Niemeyer, de Rafael Greca, de Jaime Lerner, que eles sejam também convidados para participar do nosso concurso de projetos. Não vamos impedir, vamos criar um parâmetro e estabelecer um valor para o projeto e convidaremos todos, principalmente os profissionais do estado catarinense. Porque prata da casa, para mim, também tem valor, prata da casa, para mim, tem que ser respeitada.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Srs. deputados, conforme acordo de líderes, nós iremos suspender a sessão por dez minutos, para ouvirmos o representante da Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Armando Lisboa, uma vez que a entidade deseja pautar o debate e prestar esclarecimentos sobre o processo de instabilidade funcional e precarização dos serviços docentes, em razão da redução em 26% da remuneração dos professores das universidades públicas federais.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, este espaço que nós concordamos e assinamos para que fosse ocupado pela Universidade Federal de Santa Catarina, normalmente é feito no final do horário dos Partidos Políticos.

Então, eu gostaria de saber se v.exa. concluiu o horário dos Partidos Políticos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - V.Exa. está coberto de razão. O PFL tem sete minutos para se pronunciar.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Não há nenhum problema, presidente, pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Muito obrigado pela compreensão, deputado.

A Sra. deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu gostaria de convidar os srs. deputados integrantes da comissão de Ética e Decoro Parlamentar para participarem da nossa primeira reunião, que será realizada, hoje, às 18h, na sala das comissões. Os deputados integrantes desta comissão são os seguintes: João Henrique Blasi, Joares Ponticelli, Moacir Sopesla, Renato Hinnig, Romildo Titon, Onofre Santo Agostini, Nilson Gonçalves e Jailson Lima.

Esta reunião é importante, sr. presidente, porque nós temos, desde o ano passado, quatro matérias pendentes para serem deliberadas. Por isso gostaria que os srs. deputados integrantes desta comissão comparecessem à reunião. E, de acordo com o nosso Regimento Interno, a bancada do deputado que tiver três faltas deverá indicar outro parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) Está feito o registro, sra. deputada.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Agradeço a v.exa. pela compreensão, sr. presidente, pois como o meu tempo foi curto preciso usar deste expediente para estender o convite a todos os srs. deputados, no momento em que reproduzo a cópia do convite enviado ao presidente da Santur, sr. Marcílio Avila.

(Passa a ler.)

"Senhor presidente

Cumprimentando-o cordialmente, vimos convidar Vossa Senhoria para que compareça no dia 27 de março do corrente, às 8 horas, no Parque da Santur, em Balneário Camboriú, para acompanhar parlamentares desta comissão numa visita ao referido parque, com o intuito de verificar *in loco* a situação em que se encontra e levantar subsídios que possam contribuir para um encaminhamento efetivo sobre este assunto, quanto à possibilidade do Governo do Estado investir neste equipamento turístico e ambiental, providenciando projetos de construção do Centro de Eventos e Convenções e, no mesmo sentido, projeto de revitalização do Zoológico, transformando o mesmo no Parque da Flora, Fauna e GEA de Santa Catarina, no âmbito da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para externar votos de apreço e consideração.

Atenciosamente

(a) Deputado Décio Góes, Presidente da CTMA" [sic]

Esse documento também foi subscrito por este deputado como proposição e incentivo a todos os srs. deputados que queiram comparecer nesse dia.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, nós queremos ouvir a Universidade Federal de Santa Catarina porque é preocupante cortar salários. Muitos falam aqui em aumentar salários, mas de repente foi cortado o salário dos professores.

Mas eu fiquei preocupado, sr. deputado Clésio Salvaro, quando v.exa. esqueceu do PFL. Nós, até o dia 28, seremos PFL ainda, depois seremos democratas. Vamos derrotar o Bush. O Partido Democrata vai derrotar o Bush.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Até o dia 28 nós vamos chegar a um entendimento: Partido Democrata, PD, qualquer coisa assim.

Está suspensa a sessão para que o professor Armando Lisboa possa fazer uso da palavra, por até dez minutos, a fim de falar sobre a situação das universidades federais de todo o Brasil.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) (Faz soar a campanha) - Estão reabertos os trabalhos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o sr. Deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu tinha uma pauta predefinida aqui, fruto da participação do representante da Universidade Federal, mas não poderia deixar de fazer uma consideração não sobre o tema específico da universidade, da questão prática

do aumento, porque tive conhecimento agora e sobre ela não vou me aprofundar neste momento, muito embora entenda legítimas e meritórias a reclamação e a reivindicação. Mas lendo o boletim do sindicato dos professores da Universidade Federal, pude constatar que o benefício que foi retirado ou pretensamente retirado era oriundo de uma sentença judicial transitada em julgado. E é sobre este tema que eu gostaria de me fixar.

A tranquilidade jurídica, a certeza jurídica, hoje, no Brasil, não está mais acima de qualquer dúvida. O direito adquirido, que dá a tranquilidade ao proprietário, já não é mais direito adquirido. A sentença transitada em julgado, agora, é passível de ser revista com um ato ou com um decreto, seja do presidente da República ou de qualquer outra autoridade.

E falo isso não como uma crítica a este governo ou a outros governos, mas há necessidade, com toda a sinceridade, de restabelecermos a normalidade jurídica do país, sendo concebida na sua plenitude. Sentença transitada em julgado e direito adquirido são cláusulas pétreas, que jamais poderão ser modificadas, seja na questão agrária, seja na questão da propriedade, seja na questão de sentenças transitadas em julgado. Só por esse item sou absolutamente favorável, sem entrar no mérito do tema dos professores da Universidade Federal.

Também quero comunicar a esta Casa, que deverá ser lido hoje, no expediente, o Projeto de Lei n. 0016/2007, de minha autoria, que visa a propiciar que o debate com referência à aplicação dos recursos do art. 171 tenha continuidade. Com o veto oposto pelo governador, que nós não derrubamos nesta Casa porque não tivemos os votos necessários, o art. 171 ficou com uma anomalia. Nós tínhamos previsto, na sua origem, 30% dos recursos destinados à universidade pública; desses, 20% para a Universidade Federal e 10% para a Udesc. Com o veto, esses recursos ficaram sem destinação definida.

A argumentação de muitos daqueles que mantiveram o veto - e é legítimo que pense assim - é de que a manutenção da Universidade Federal de Santa Catarina é responsabilidade do governo federal, o que não se pode contrariar, ao menos em tese. No entanto, o nosso projeto visa, exatamente, a destinar os 30% remanescentes para a universidade pública estadual gratuita, no caso, a Udesc, exclusivamente para a interiorização dos seus serviços, o que tem dado um grande resultado, especialmente no oeste, região da qual tenho um maior conhecimento, mas tenho certeza de que também no sul, no planalto e na região norte, pois cria condições para que os nossos jovens possam fazer uma universidade pública perto de suas casas e lá permanecer trabalhando quando formados.

O interior do estado exportou muitos talentos no passado que saíram das suas casas, das suas regiões para fazer um curso público, gratuito, porque, em regra, são sempre os melhores alunos, os maiores talentos da região que fazem faculdade fora, mas não retornam às suas comunidades para retribuir o investimento que o município, que a região como um todo fez na sua formação básica, no seu ensino médio.

Por isso, tenho certeza de que o debate vai continuar, o projeto pode ser alterado, pode ser mudado, pode-se definir ou reduzir os percentuais, mas não concordo que se encerre o tema da interiorização da Udesc apenas com o veto que foi mantido.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Gelson Merísio, este deputado, na semana passada, também fez uso da tribuna trazendo o debate dos arts. 170 e 171, com o aperfeiçoamento da lei em função dos 30%. Nós propusemos, naquela oportunidade, através de projeto, trazer ao debate a distribuição dos 10% da Udesc e dos 20% da Universidade Federal, que seriam destinados a bolsas de estudo para alunos das universidades comunitárias e do sistema Acafe, que pretendessem formar-se docentes, professores. Nós temos que formar bons docentes neste estado, e hoje as universidades estão com dificuldade de atender a essa demanda pela desistência, inclusive, de alunos dos cursos de licenciatura.

Acho que é um debate aberto, que vai propiciar aqui uma ampla discussão. Concordo com v.exa. que a Udesc precisa ampliar seus cursos, seus *campi* e principalmente a população jovem do oeste de Santa Catarina deve ter direito a frequentar a Udesc, não só Pinhalzinho, Palmitos e Chapecó, não só cursos nessas três cidades, mas mais cursos e mais *campi* e numa estrutura regional. Queremos sonhar também em ter uma universidade estadual no oeste de Santa Catarina, que não precisa chamar-se Udesc.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Obrigado, deputado Pedro Uczai, é bom ver que concordamos quanto ao tema, até porque ele é suprapartidário, transcende às questões político-ideológicas e é uma questão de Santa Catarina. E o fato de serem 30% para Udesc, 20% ou 10% é o motivo do debate que vai continuar na Assembléia Legislativa. O que nós não podemos é perder de vista a necessidade de termos mais recursos para a interiorização e, acima de tudo, a conquista de novos cursos, especialmente para as regiões mais distantes da capital, pois isso vai propiciar que nós tenhamos os nossos jovens formados, trabalhando, tendo a oportunidade de retribuir à sociedade que investiu na sua educação, através da sua atividade profissional.

Os temas seguintes abordarei na próxima sessão, uma vez que o nosso tempo está esgotado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Muito obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, da sra. Elizabete Anderle, nossa companheira de partido, ex-secretária de estado da Educação e Inovação e agora presidente da Fundação Catarinense de Cultura. Fica aqui o nosso registro e os nossos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs 0114/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0115/2007, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0116/2007, de autoria do deputado Jailson Lima; 0117/2007, de autoria do deputado Manoel Mota; 0118/2007, de autoria do deputado Darci de Matos...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Presidente, deputado Clésio Salvaro, não é o deputado Kennedy Nunes e nenhum deputado da Oposição, é o eminente trabalhador, deputado Darci de Matos, integrante da base do governo, o autor da Indicação n. 0118/2007. Não é a Oposição que está há três anos pedindo para o governo reformar as escolas interdidas de Joinville. Agora até os deputados da base do governo já estão mandando indicações, como que numa ação de desespero, expondo o governo, pedindo para reformar as escolas interdidas em Joinville, como pede esta indicação dirigida ao secretário da Educação, que é o eminente deputado Paulo Bauer. Eu não estou vendo indicação para o secretário de Desenvolvimento Regional! Afinal de contas, as regionais não foram criadas para resolver todos os problemas de cada região, inclusive as reformas de escolas?

Então, sugiro que seja mandada uma cópia também para o secretário de Desenvolvimento Regional. E quero, com a permissão do deputado Darci de Matos, subscrever esta indicação, porque essas escolas interdidas em Joinville e no resto do estado já deram o que falar e eu espero que o secretário Paulo Bauer resolva em definitivo essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Serão, ainda, encaminhadas os respectivos destinatários as Indicações n.s: 0119 e 0120/2007, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao delegado Rodrigo Bueno Gusso, cumprimentando-o pelo excelente trabalho realizado elucidando o caso da menina Gabrielli, em Joinville.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à gerente da Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra -, de Tubarão, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras Municipais de: Anchieta, Bombinhas, Campo Alegre, Catanduvas, Dionísio Cerqueira, Florianópolis, Gaspar, Indaial, Jardinópolis, São José e Turvo, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidente da Associação das Voluntárias da Maternidade do Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, cumprimentando-a pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Colégio Cenecista Elias Moreira, de Joinville, cumprimentando-o pelos 45 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Brasileira dos Ouvidores, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Ouvidor, comemorado em 16 de março.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção dos Supermercados Angeloni, cumprimentando-a pelo programa Troco da Bondade, que beneficia entidades assistenciais do estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente do SESI, cumprimentando-o pelo projeto Mostre seu Talento, que desenvolve nos jovens aptidão na área tecnológica.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Crea, cumprimentando-o pela comemoração dos 49 anos de atividades daquele conselho.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, cumprimentando-o pela passagem do 23º aniversário de fundação da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Fórum Permanente de Discussão sobre a Interiorização e Expansão da UFSC e da Udesc, solicitando o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Educação pedindo informações relativas ao ensino superior federal.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, quais são os deputados integrantes do Fórum Permanente para Discussão da Interiorização e Expansão da Udesc e da UFSC, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - São os deputados Herneus de Nadal, Manoel Mota, Pedro Baldissera, Gelson Merísio, Joares Ponticelli, Marcos Vieira e Sargento Amauri Soares.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente.

Gostaria de poder também me inscrever. Como líder, posso fazer parte desse fórum permanente, por isso gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Sua solicitação será encaminhada ao presidente deste fórum, deputado Herneus de Nadal, para saber sobre a possibilidade de v.exa. subscrever este requerimento.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro da Justiça e ao procurador-geral da República, solicitando a indicação do catarinense Affonso Ghizzo Neto ao Conselho Nacional de Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, na sessão de ontem me absteve desse debate, mas hoje, quando é apresentada essa moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, por uma questão de ética, gostaria de me manifestar sobre essa indicação.

Nossa experiência de prefeito de Chapecó possibilitou uma relação extremamente saudável e ímpar com o Poder Judiciário, com o Ministério Público do Estadual e com a própria Câmara Municipal, se falarmos dos vários poderes. Agora, específica e particularmente em relação a esse promotor, lamentavelmente foi uma relação extremamente tensa e conflitiva, e não só com este deputado.

Na época em fomos prefeito, entramos com uma representação junto à Corregedoria do Ministério Público contra esse promotor, assim como também ele nos processou. Foram várias solicitações, ações cautelares, ações civis públicas, bem como uma ação cautelar tentando impedir que o município de Chapecó fizesse uso de dinheiro do setor financeiro em cobrança de *leasing* de arrendamento mercantil.

Portanto, pela trajetória desse promotor, pela sua postura e quando vejo agora a utilização e o uso político de sua própria função, aqui me manifesto contrário a sua indicação para o Conselho Nacional de Justiça, porque extrapolou, em várias oportunidades, o seu papel e passou a utilizar o seu espaço, como promotor, para uso político.

E quero aqui dar um exemplo:

(Passa a ler)

"Durante o debate" (lá no STF, e o próprio *Estado de S. Paulo* divulgou), "uma intervenção do vice-presidente do STF, Gilmar Mendes, criou um clima de constrangimento com o Ministério Público. Mendes insinuou que alguns integrantes do Ministério Público fazem uso político das ações de improbidade, que apesar de serem movidas contra autoridades tramitam na Justiça de 1ª instância.

Para exemplificar esse pensamento, o vice-presidente do STF citou uma ação movida por integrantes do Ministério Público contra o ex-ministro e deputado federal Raul Jungmann (PPS-PE), por suposto desvio de dinheiro. Segundo Mendes, Jungmann foi acusado escandalosamente.

De acordo com o vice do STF, ocorreu uso político notório. No caso, a intenção seria interferir na eleição para a Câmara dos Deputados. Colega de Mendes no STF, Cesar Peluso completou: 'Esse é um instrumento que serve de abuso político notório'."

Quando este deputado, que na época era prefeito, entrou com uma ação junto ao Poder Judiciário, o sr. Ghizzo Neto deu publicidade antes que o prefeito tivesse direito de defesa, posição de defesa, fez uso político!

Por isso, manifesto-me totalmente contra a sua indicação para o Conselho Nacional de Justiça, não pela atuação técnico-profissional, porque o Ministério Público tem que continuar fortalecendo-se, mas pela postura individual de utilização política do seu cargo.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Eu não conheço pessoalmente o indicado para ser membro do CNJ, sr. Affonso Guizzo Neto, mas conheço o seu trabalho, a sua índole e sei que teve indicação de mais de 70% dos seus colegas para a referida função.

Conheço um dos exemplos citados pelo deputado Pedro Uczai, com referência à questão de Chapecó, do *leasing* bancário. Quem decide é a Justiça, mas é evidente que o promotor estava coberto de razão quando moveu a ação civil pública naquele caso. Há um processo e a Justiça vai julgá-lo. Agora, a função do promotor na época foi exercida na sua plenitude. Assim sendo, não posso concordar que isso seja algo desabonador de uma indicação desta Casa. Por isso faço a defesa pelo currículo, que conheço. Como já disse, não o conheço pessoalmente, nunca tive nenhuma relação processual ou pessoal com o promotor, mas referendo aqui a indicação do deputado Onofre Santo Agostini.

A bancada do PFL vai votar favorável à moção nesta Casa, assim como mais de 70% dos seus colegas, que devem conhecer muito bem a postura e atitude deste promotor de Justiça de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, quando ontem, da tribuna, o deputado Onofre Santo Agostini fez referência a essa moção, eu corri a este microfone de aparte para hipotecar a minha solidariedade e quero reafirmá-la neste ensejo.

Entendo que Santa Catarina escolheu, através do Ministério Público, um dos seus mais notáveis membros da nova geração de promotores de Justiça, ungido legitimamente pela classe. E acho que Santa Catarina tem que cerrar fileiras em torno dele, para que possa concorrer e, quem sabe, dentre os demais 26 representantes das demais unidades federativas, ser o representante no Conselho Nacional de Justiça.

Compreendo as razões do deputado Pedro Uczai, ninguém consegue agradar a todos. Nós mesmos, na nossa ação parlamentar, desagradamos a muitas pessoas, mas acreditamos que aí deve estar o interesse superior de Santa Catarina, no sentido de nos unirmos a algo que é pouco comum aqui no estado e que é muito comum nos estados do nordeste brasileiro, para, quem sabe, fazer do nosso representante um dos membros dessa nova instância importante para a Justiça nacional, que é o Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. Presidente, por tudo que acompanhamos no oeste, em Chapecó, na própria imprensa, eu também voto contra esta moção.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu não falo em nome da bancada, falo em meu nome, mas entendendo que o indicado já passou por Joinville, fez um excelente trabalho e aquela cidade, de vez em quando, cede para o Brasil pessoas brilhantes, como o juiz Rodrigo Collaço, que é o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, que também foi juiz em Joinville, vou votar pela aprovação da moção, sabendo que ele passou por Joinville e fez um excelente trabalho.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, realmente a Magistratura de Santa Catarina e o Ministério Público têm dado para o Brasil nomes importantes, que têm feito a história do Judiciário, do Ministério Público do Brasil. A indicação feita pelo deputado Onofre Santo Agostini tem o apoio irrestrito do PSDB de Santa Catarina. Nós votamos favoravelmente à aprovação da moção.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Temos dois votos contrários e uma abstenção.

Aprovada por maioria.

Moção de autoria da liderança do PT, a ser enviada ao editor chefe da revista *Veja*, solicitando a concessão de direito de resposta à comunidade guarani de Morro dos Cavalos, em razão da matéria intitulada *Made in Paraguay*.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - O direito de resposta é sagrado a qualquer cidadão, a qualquer grupo que se julgue ofendido, que se julgue prejudicado sobre algo que foi dito ou feito contra a sua honra, contra a sua conduta. Por isso não temos nada contra o pedido de direito de resposta por parte dessa comunidade indígena, que é organizada, que tem a sua representação, que tem o seu cacique e que tem os seus líderes.

Agora, não me consta que tenha havido essa solicitação por parte dos prejudicados, por parte daqueles que se sentiram injuriados e que lhes tenha sido negado esse direito por parte da revista, aí, sim, dando ensejo a esta Casa de ter uma posição clara no que diz respeito a esse tema.

Por isso, eu não votarei a favor da moção não pelo tema em si, mas por entender que o pedido de direito de resposta deve ser feito por quem se julgou ofendido. E aí sim, caso haja uma negativa - e tenho certeza de que isso não ocorreria -, caberá a esta Casa uma moção para que seja dessa forma.

Eu, sinceramente, não li a reportagem e por isso não posso manifestar-me sobre o seu conteúdo. Não tenho nenhuma referência a fazer sobre o conteúdo da matéria nem sobre a legitimidade do pedido do direito de resposta. Agora, entendo que ele deve ser feito, prioritariamente, por quem foi ofendido. Se negado, aí, sim, caberia a esta Casa uma manifestação. Caso contrário, estaríamos agindo sem conhecer a matéria e tampouco sem a própria revista ter sido solicitada para dar o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em votação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, nós aqui somos representantes do povo catarinense. Essa matéria da revista *Veja*, que fala dos nossos índios do Morro dos Cavalos, deturpa a realidade, já que foi feita por um repórter, como expliquei na tribuna, através de uma consulta via *e-mail*. Ele não fez uma visita *in loco*.

Então, eu acredito, sr. presidente, que nós estamos aqui em defesa do povo catarinense e, principalmente, das minorias, nesse caso representadas pelos índios do estado de Santa Catarina, que foram os primeiros habitantes do nosso Brasil e que não têm o direito de estar em um meio de comunicação.

A revista *Veja* fez um papel horrível, principalmente na época da ditadura militar. Eu clamo aqui para que os deputados, que não serão mais da Frente Liberal e sim democratas, sr. presidente, votem a favor desta moção para que os índios do estado de Santa Catarina tenham o direito de resposta, que foi negado na matéria da revista *Veja* do dia 14 de março!

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. parlamentares, se a revista fosse honesta, pelo menos deveria ter ouvido os dois lados, mas ela não fez isso. O jornalista fez uma consulta via *e-mail*; ele não vivenciou a problemática dos índios do estado de Santa Catarina! Este Parlamento, se não aprovar por unanimidade esta moção, não estará aqui em defesa do povo catarinense!

Muito obrigada!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu quero parabenizar a bancada do PT por esse gesto de nobreza. Quero dizer que todas as pessoas devem buscar seus direitos. Quando alguém colocar uma matéria que venha a desonrá-las, devem processar, como eu fiz em relação a um cidadão de São José. Todos os dias, sr. presidente, por volta do ano 2000, eu era alvo de matéria do jornal *O Estado*. Para encurtar a história, eu processei o cidadão e ele terá que me indenizar por calúnia, difamação e injúria.

Então, parabenizo a bancada do PT e digo que o meu voto será positivo, favorável, representando o meu Partido Republicano Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em votação.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, eu tenho sérias dúvidas se essa moção terá alguma consequência prática junto ao setor editorial da revista *Veja*. Mas, independentemente do tratamento que vier a ser dado, penso que não nos podemos furtar a aprovar essa moção, tendo em vista os apelos que nos foram trazidos, tendo em vista a deturpação, que é caracterizada pela matéria que li atentamente.

Portanto, associo-me e desde já antecipo o meu voto favorável. No entanto, divirjo da deputada Ana Paula Lima, quando s.exa. diz que se não for votada por unanimidade, quem assim o fizer estará traindo os interesses do povo catarinense. Não podemos obrigar ninguém a votar de uma forma contrária a sua consciência. Mas o meu voto, neste caso, é absolutamente favorável porque entendo que se faz necessário, em homenagem à verdade, restabelecer os fatos na sua real versão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Falo aqui não só como deputado, mas também como jornalista. Entendo que nós, jornalistas, sempre devemos primar por ouvir os dois lados. Não é possível que profissionais, como disse a deputada Ana Paula Lima, baseados apenas numa simples informação que foi dada ao órgão, tenham aquilo como a palavra oficial dos envolvidos na matéria. Faltou, sim, por parte do jornalista, o cuidado de ouvir o outro lado, e por isso a matéria ficou deturpada.

Então, como jornalista e deputado, eu votarei favorável à moção, entendendo a questão da lei de imprensa. Acho que as pessoas que foram prejudicadas têm todo o direito de buscar o direito de resposta. Caso o veículo de comunicação não o dê, as pessoas devem buscá-lo, inclusive, na Justiça, como também o ressarcimento pelos danos morais.

Mas nesse caso, por se tratar de uma minoria, por serem índios, por serem pessoas marginalizadas por toda a sociedade e que têm um papel importante no Brasil, nós não podemos ficar, como casa política, fora desse contexto.

Por isso o meu voto é favorável e peço que os membros da minha bancada também votem a favor dessa moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em votação.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, quero parabenizar a deputada Ana Paula Lima porque também entendo que essas revistas de grande circulação nacional adentram na vida das pessoas em tantas outras situações, às vezes colocando pessoas, estados e instituições na vala comum. Então, concordo com a deputada que deve ser realmente repudiada essa atitude. Aqueles índios que ali residem vivem à margem do poder público, tanto em nível nacional como em nível estadual e municipal, e merecem o respeito desta Casa Legislativa no repúdio à nota.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em votação a moção.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Gostaria de me colocar a favor dessa moção porque acho importante que aquela comunidade catarinense tenha amplo direito de se manifestar e de responder às acusações da revista *Veja*.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em votação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, eu entendo que a própria moção aqui exposta vem ao encontro do pensamento do deputado Gelson Merísio: ele é contra querer repudiar sem solicitar direito de resposta, mas o que a moção pede é que seja dado o direito de resposta à comunidade guarani do Morro dos Cavalos.

Portanto, eu não vejo nenhum prejuízo porque a bancada do PT está solicitando que a revista dê o direito de resposta à comunidade indígena. É claro que não podemos fazer certas acusações, certas afirmações, porque recentemente tivemos um episódio que ficou conhecido no Brasil inteiro e até hoje este país não pediu desculpas a Alcení Guerra, que foi acusado, por uma revista e por um partido político, de atos que não praticou! O Brasil deve esse pedido de desculpas a Alcení Guerra, que pagou um preço terrível, deputado Joares Ponticelli! Eu sei o quanto aquele homem sofreu. Ele me disse, numa ocasião, que nem seus filhos podiam frequentar o colégio. Quando os filhos desciam lá no prédio onde ele morava, o zelador os chamava de bicicleta. E depois ficou provado que ele não devia nada. Lembro aqui também o deputado Ibsen Pinheiro e tantos outros. Quantas injustiças já foram praticadas neste país, em função de uma informação mal dada. Uma imprensa, às vezes, mal-intencionada, divulga um fato às avessas da realidade.

Deputado Gelson Merísio, meu líder, quero pedir permissão para votar favorável, porque veja bem o que diz a moção de autoria da bancada do PT:

(Passa a ler.)

"[...]solicitando ao editor-chefe da revista *Veja* a concessão de direito de resposta à comunidade guarani do Morro dos Cavalos" [...][sic]

Então, a moção quer apenas que a revista permita que seja ouvida a comunidade guarani. Eu não vejo nenhum mal na moção!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em votação.

O Sr. Deputado Sérgio Grandó - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sérgio Grandó.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Nós, que já tivemos um prefeito indígena em Ipuacá e temos vereadores em Entre Rios também indígenas, somos totalmente favorável ao que a deputada Ana Paula Lima levantou como resposta e que deve ser veiculada na revista.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu gostaria de esclarecer, com a permissão do deputado Gelson Merísio, uma questão. Essa moção é fruto da vinda de um grupo de indígenas que ocupam a área de Morro dos Cavalos e de mais um grupo que apóia a reivindicação, grupo esse ligado à Universidade Federal de Santa Catarina e a outras organizações não-governamentais. Eles estiveram visitando-me, como presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente e também do Fórum Permanente do Parque da Serra do Tabuleiro, para solicitar apoio à reivindicação que eles já fizeram para a revista *Veja*, no sentido de que eles possam colocar o seu posicionamento frente às acusações que foram ali colocadas, tendo sido ouvido só um lado.

Como o assunto é polêmico, a democracia pede - e a nossa sociedade já evoluiu a esse ponto - que se possa escutar os contraditórios também. Então, é isto que nós estamos fazendo aqui com esta moção: referendando o pedido que já foi feito pelo grupo à editora da revista *Veja*, no sentido de evitar que seja feita uma ação judicial para conseguir esse direito de resposta.

Então, por isso eu peço aos deputados a aprovação desta moção.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação, como líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gelson Merísio, líder do PFL.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Primeiramente, gostaria de dizer que nesta Casa não existe patrulhamento. Eu não aceito a colocação da deputada Ana Paula Lima de que quem votar diferente do que ela pensa estará cometendo um desatino, estará indo contra a população do estado de Santa Catarina. Cada um tem a sua legítima representação aqui, no meu caso, por mais de 40 mil pessoas. Assim, eu tenho todo o direito - e é prerrogativa minha - de exercer a minha função de deputado nesta Casa.

Como disse no início, eu não tenho nenhuma colocação com referência ao fato. E a informação trazida pelo deputado Décio Góes agora é um pouco diferente da que foi exposta pela deputada Ana Paula Lima, no início. A minha colocação é que se não havia sido feito um pedido de direito de resposta pela parte, não caberia a esta Casa imiscuir-se no processo, sem que ele tivesse sido feito. Se houve o pedido de direito de resposta e não foi concedido pela revista - e eu não conheço a matéria -, eu concordo com a moção. Agora, o que não pode acontecer é que, para cada matéria publicada no jornal, da qual a parte interessada não pediu direito de resposta, a Assembléia Legislativa faça uma moção pedindo direito de resposta a uma parte que não se manifestou.

Se eles estiveram aqui - e eu não sabia disso, foi dito agora pelo deputado Décio Góes - pedindo o apoio para a causa, é diferente. Portanto, eu acompanho a tese e retifico a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente da Unale, solicitando a inclusão do tema *TVs Legislativas em Canal Aberto* na pauta de discussão do próximo congresso da entidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, na última semana, o Senado inaugurou em três estados do nordeste a abertura da TV Senado em canal aberto. Já são oito estados do norte e nordeste do Brasil onde a TV Senado opera em canal aberto. Essa é uma luta também das TVs Legislativas por todo país.

Estou aqui na Casa desde a instituição da TVAL e pude perceber o quanto a presença da TV mudou o comportamento do próprio parlamentar no plenário. É um instrumento de transparência, de fiscalização e tem que ser acessível a toda a população. A TV em canal fechado, a TV por assinatura ou pela Internet, ainda atinge uma pequena parcela da população, aqueles que podem assinar uma TV a cabo, que, sabemos, representam uma minoria da população. A grande massa da população não tem acesso a esse canal, que é democrático, de transparência e de fiscalização.

Por isso, estamos propondo à direção da Unale que na conferência de maio possa pautar esse assunto. E o senador Efraim Moraes também tem sido um grande defensor da abertura das TVs Legislativas e públicas em canal aberto. Espero que possamos ver a nossa TV operando em canal aberto para garantir mais transparência, mais democracia e, acima de tudo, fazer com que o cidadão possa fiscalizar-nos cada vez mais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, reforçando o que o brilhante deputado Joares Ponticelli salientou, quero dizer que também estarei presente na reunião da Unale, já que faço parte dela, e que irei reforçar esse pedido porque é muito importante que a população possa acompanhar-nos, saber da nossa atuação, do nosso desempenho e qual é o papel do parlamentar, pois assim ela poderá conhecer-nos e participar das audiências públicas.

Portanto, é muito importante que possamos entrar na casa de toda população catarinense.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, da mesma forma quero manifestar-me favorável e dizer que, por insuficiência econômica, grande parte da população do estado de Santa Catarina não tem acesso aos debates desta Casa, até porque na maioria das regiões não existe tecnologia ainda para a instalação da TV a cabo.

No bairro onde moro, que é aqui na Grande Florianópolis, na Serraria, São José, não há como instalar TV a cabo. Já estamos tentando instalar há vários anos - não é só porque hoje estou aqui -, mas até agora lá a TV a cabo não chegou.

Então, é absolutamente importante que as TVs Legislativas possam ser acessadas em canal aberto para que de fato toda a população de Santa Catarina e do país possa assisti-las.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, solicitando a implantação do curso pré-vestibular popular no município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada à ministra do Meio Ambiente e ao presidente do Ibama, solicitando a ampliação das discussões sobre a criação de unidade de reserva da baía da Babitonga.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Blumenau, solicitando esclarecimentos relativos ao Parque Vila Germânica, naquela cidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Moacir Sopelsa, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, nos últimos dias a nossa Casa tem sido palco de discussões sobre a questão da educação. Aliás, eu já estou no terceiro mandato, deputado Elizeu Mattos, e este é um assunto que tenho sempre debatido com muita veemência e também com bastante interesse por parte de todos os deputados.

Todos têm falado sobre a questão de investimentos na educação; sobre os arts. 170 e 171, sobre a questão das bolsas de estudo e sobre a descentralização da Udesc e da UFSC.

Eu quero trazer, nos próximos dias, deputada Odete de Jesus, as coisas boas que acontecem no setor da saúde. Mas trago, hoje, aqui as coisas boas que são feitas também no setor da educação, uma vez que levantamos os problemas dos prédios escolares e da estrutura das escolas. Srs. deputados, quero mostrar aqui com orgulho o que já foi realizado, mas com a consciência de que nós ainda não alcançamos todos os nossos objetivos e a estrutura que gostaríamos de ter.

Deputado Joares Ponticelli, v.exa. sempre foi um crítico construtivo pensando em elevar cada vez mais o nível da educação, mostrando escolas que precisam ser melhoradas. Então, no dia de hoje, quero falar sobre o melhoramento na estrutura de ensino da região de Concórdia. E aproveito para dizer que nós temos consciência de que ainda não temos aquela estrutura que gostaríamos de ter, aquele investimento que precisaríamos ter, mas queremos mostrar as melhorias feitas nos primeiros quatro anos do governo Luiz Henrique da Silveira.

Eu pediria que a nossa assessoria mostrasse alguns investimentos, algumas obras realizadas para a melhoria da nossa educação. (Procede-se à exibição de slides.)

Esses são alguns dos investimentos feitos nesses últimos quatro anos. Foram as obras realizadas.

Podemos ver o ginásio de esportes. Ao todo foram dez ginásios de esportes, srs. deputados, construídos nos 16 municípios da Amauc, beneficiando dez escolas. Eu diria que com a qualidade dessa escola que estamos vendo e com essa estrutura, nós temos dez que foram ampliadas, reformadas e construídas e que dão, srs. deputados, uma condição digna para os alunos.

Nesta imagem, vemos mais um ginásio de esportes, cuja construção é necessária para a formação dos nossos alunos.

Neste slide podemos ver os uniformes escolares. Acredito que todos os alunos da região foram contemplados. Temos também o material escolar, que já foi entregue aos alunos.

Srs. deputados, estou ilustrando a minha fala com a apresentação das obras, para mostrar que falta muito, e sabemos que existem muitos investimentos a serem feitos, mas tenho a consciência, srs. deputados, de que nunca houve tanto investimento em nossa região como nos últimos quatro anos do governo Luiz Henrique.

Estou-me referindo à educação, mas poderia referir-me a todas as áreas, ou seja, à infra-estrutura, à agricultura e ao transporte. Isso é só para mostrar que nós temos que avançar, nós precisamos avançar, srs. deputados, mas nós já avançamos muito com a descentralização, que vai ao encontro do anseio, da necessidade e daquilo que pede a nossa gente.

Não temos mais apenas aquela administração que vem de cima para baixo, mas, sim, deputados Sérgio Grandó e Elizeu Mattos, as ações feitas conforme o Conselho de Desenvolvimento Regional, que participa da escolha das prioridades. Os conselheiros que lá estão são representantes do povo nos municípios e nas Câmaras Municipais. Quero dizer que essa nova forma de administrar, é verdade, precisa de ajustes, mas com certeza está dando uma outra direção ao desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Eu mostro aqui a questão da educação porque quando jovem - eu tenho a certeza de que muitos deputados que aqui estão tiveram essa dificuldade - andava quatro quilômetros a pé ou a cavalo para ir ao colégio, pois tive a felicidade de fazer o meu primário em um colégio de freiras.

Hoje, sabemos que precisamos ter mais tecnologia, precisamos levar a informática para as nossas escolas, enfim nós precisamos ter melhor estrutura. Tenho a consciência de que se nós quisermos um país com dignidade e com justiça, teremos que começar pela educação, além de assegurar saúde a todos. E quando eu defendo que todos precisam ter alimentos é porque entendo que sem alimento ninguém consegue estudar, ninguém consegue trabalhar e ninguém consegue manter-se.

Então, a educação, a saúde e a agricultura, responsável por produzir alimentos, são segmentos que precisam do reconhecimento e do investimento do poder público.

Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não! Sei que v.exa. vai engrandecer ainda mais aquilo que procuro trazer, hoje, para esta Casa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, mas tenho que dizer que não posso concordar com tudo o que v.exa. disse, porque não acho que as críticas do deputado Joares Ponticelli sejam construtivas. Eu ainda não ouvi críticas construtivas de s.exa. nesta Casa.

Só não vê quem não quer o que está acontecendo na educação do estado, o que foi realizado. Lógico que temos muitas coisas para fazer ainda. O caminho para o desenvolvimento do estado, do país e de uma região é a educação! Não existe desenvolvimento de um estado, de uma região ou de um país, se não apostarmos na educação. E relacionada à educação está a saúde, está a segurança pública, enfim, tudo depende da educação. Não adianta termos estradas e mais estradas se não temos um povo educado e preparado, porque nós não vamos progredir.

O governo Luiz Henrique da Silveira, com a descentralização, apostou muito na educação. São mais de 1.200 escolas no estado de Santa Catarina, das quais quase 90% receberam melhorias. Lógico, deputado Moacir Sopelsa, não podemos fazer tudo de uma só vez. Eu acho que o secretário de Desenvolvimento Regional de Concórdia, Idair Piccinin, nosso colega, está de parabéns. E o que está sendo mostrado aqui, está acontecendo por toda Santa Catarina!

Cumprimento v.exa. por trazer o que está acontecendo na região de Concórdia, mostrando que a descentralização lá está funcionando muito bem, como está por toda Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Claro que ouvimos todas as críticas. E aqui o deputado Manoel Mota foi feliz, quando colocou que nós temos unidades escolares interditadas, mas que não foi em quatro anos que elas se deterioraram, não foi em quatro anos que elas ficaram sem condições de uso, a ponto de ser interditadas.

Contudo, acho que todos os governadores têm interesse em fazer o melhor que podem durante o seu mandato. Agora, precisamos ser justos e dizer que o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira fizeram, nesses quatro anos, uma administração diferente daquelas habituais. Uma administração na qual houve uma participação, sem dúvida nenhuma, muito maior da sociedade, com decisões que puderam ser tomadas pelos prefeitos, pelos vereadores, pelos conselheiros, pela sociedade. Sem dúvida, tivemos uma participação maior de todos e pudemos ver os investimentos, deputado Marcos Vieira, que foi secretário da Administração e pode ajudar-nos muito, pois houve ganhos também na questão dos servidores públicos.

Claro que nós temos que ter consciência e aceitar a crítica sempre que ela vem de uma forma que nos ajude a acertar naquilo que ainda não conseguimos. Mas, às vezes, não temos os recursos que precisamos para fazer os investimentos necessários. Agora, precisamos ser competentes e buscar alternativas, para que os poucos recursos que existem possam ser investidos de fato na direção que a nossa sociedade deseja, que os nossos municípios precisem, pois o governador Luiz Henrique da Silveira sempre diz que é lá no município que vivem as pessoas; as pessoas não vivem em Brasília, não vivem só em Florianópolis, mas, sim, nos 293 municípios do estado de Santa Catarina e nos mais de cinco mil municípios do país.

Por isso nós precisamos aperfeiçoar-nos ainda mais e ajudar o governador para que ele possa consolidar o processo da descentralização. Não é um processo apenas do governador Luiz Henrique da Silveira, mas é um processo que eu entendo que vem ao encontro do desenvolvimento do estado, das decisões de todas as pessoas, um projeto novo, que tem apenas quatro anos. Quero dizer que é um projeto que vem para mudar, principalmente, a situação daquelas pessoas que estão longe do poder, enfim, daquelas pessoas que têm mais dificuldades.

O presidente Lula não é do meu partido, mas eu torço para que o governo federal possa distribuir melhor a receita, a renda, que possa acertar o país e que esses 30 milhões de brasileiros que não têm condições de comer bem para assim vivermos numa sociedade mais justa.

Muito obrigado!

(Sem REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Inscrito para falar o sr. deputado Sérgio Grandó, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje vou falar sobre o aniversário de 281 anos de Florianópolis, a capital de todos os catarinenses, que acontecerá no próximo dia 23 de março.

A minha relação com Florianópolis me emociona muito porque cheguei aqui aos 16 anos. E lá se vão mais de 40 anos vivendo em Florianópolis, dos quais 35 anos como professor de várias e várias gerações. Muito me orgulha porque Florianópolis me deu um mandato de vereador; fui o vereador mais votado naquela época, em 1982, e durante o meu mandato dei toda a ajuda criando o passe do estudante com 50% de desconto, pois até então os estudantes da capital não tinham esse direito.

Srs. deputados, Florianópolis me deu um mandato de deputado estadual, também o mais votado na capital, pois tive a coragem de fazer uma emenda constitucional de não deixar transferir a capital para Curitiba. E vejam só o que poderia ter acontecido com o estado de Santa Catarina! Lá se vão os idos de 1993 e fomos vitoriosos, tiramos esse artigo das Disposições Transitórias, nunca mais se falou nisso e todos trabalham por Santa Catarina.

Quero dizer que fui eleito prefeito desta capital com grande orgulho, apesar dos nossos adversários dizerem que havia duas ilhas comunistas no mundo: Cuba e Florianópolis. Fizemos um trabalho na Frente Popular com o companheiro Afrânio Boppré, que também foi nosso aluno. E foi um grande prazer trabalhar juntos, como também temos aqui dois colegas deputados que foram nossos alunos e que expressaram a sua alegria no trabalho que realizamos, que são os deputados Dado Cherem e Jailson Lima, que é médico. Sentimos muito prazer em estar juntos trabalhando para a construção de uma nova Santa Catarina.

Como prefeito desta cidade tive a honra de transformá-la na capital com a melhor qualidade de vida do Brasil, porque investimos em obras enterradas, sim, em saneamento, começando pelos morros e chegando até a beira-mar, onde hoje todos caminham. Ainda temos que melhorar muito! E temos bacias hidrográficas em Capoeiras e no Abrão, por exemplo, nas quais precisamos fazer o sistema de saneamento, como também no Rio Tavares, no Ribeirão, onde se criam ostras. Inclusive, a região norte precisa de mais investimentos em saneamento, pois parece-me que muito pouco foi feito em obras enterradas depois que fomos prefeito.

Introduzimos o Orçamento Participativo na Frente Popular, que era composta por oito partidos e tivemos a coragem de vir a esta Casa propor que o aterro da baía sul fosse doado ao município.

Nós aumentamos, deputada Ana Paula Lima, o tamanho do município de Florianópolis. Essa área era toda do estado e esta Assembléia Legislativa aprovou uma lei, enviada pelo governador Antônio Carlos Konder Reis, a quem muito agradecemos. E Florianópolis deve isso a esse governador e a esta Casa, que aprovou a lei e hoje, com escritura, nossa capital aumentou o seu tamanho.

E função disso pudemos realizar uma licitação internacional para viabilizar a construção do centro de convenções, que era uma promessa de 30 ou 40 anos. Até alguns presidentes e ministros que aqui estiveram, disseram que Florianópolis tinha vocação turística e que merecia um centro de convenções. Até hoje o nosso centro de convenções continua sendo o maior da América Latina e foi feito em parceria com a iniciativa privada, sem gastar um tostão do dinheiro público, com transparência, chamando, aí, sim, o Poder Legislativo Municipal para aprovar a lei. Aprovamos também a construção da primeira garagem subterrânea da capital, que se encontra ao lado das Lojas Americanas.

Inovamos com a participação e a parceria da iniciativa privada, com honestidade, transparência e ética, como foi o caso do Ilha Shopping. E digo sem medo que foi a primeira administração que chamou o povo para ir à avenida Beira-Mar festejar o Ano Novo, que ainda hoje é a maior festa de Florianópolis.

Foram muitas as novidades e realizadas de forma criativa, como o passe livre do estudante, com o caroninha. Nós aproveitávamos o fluxo e o refluxo dos ônibus, negociando com o sindicato dos motoristas e com os empresários, e transportávamos mais de cinco mil crianças da rede municipal de graça. Nós já tivemos aqui transporte de graça para os estudantes do interior da Ilha. Era um processo simples: os ônibus iam de manhã, às 7h, por exemplo, até o Campeche vazios, porque iam pegar as pessoas que vinham trabalhar no centro; os estudantes embarcavam e iam de graça. Às 11h, o ônibus voltava vazio e ocorria a mesma coisa, ou seja, aproveitando o fluxo e o refluxo dos ônibus nós construímos o passe livre para os estudantes municipais.

Com isso podemos dizer que Florianópolis passou a ser outra. Passou a ser respeitada, aumentando sua auto-estima. Isto é importante para que um lugar se desenvolva. E queriam transferir a capital para o interior, alegando que aqui as pessoas só viviam do serviço público e que praticamente não trabalhavam. Ao contrário, aqui se trabalha muito, tanto que o povo de Florianópolis provou a sua vocação natural, que engrandece Santa Catarina, através do turismo e da responsabilidade pública de representar todo o estado. E não resta dúvida de que a descentralização veio reafirmar e melhorar a gestão de Florianópolis.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, deputado Sérgio Grandó. Vou ser breve.

O nobre deputado sabe da admiração que tenho por v.exa., sei que fez um governo marcante na cidade de Florianópolis, contando, principalmente, com a participação popular. Isso até norteou vários municípios do estado de Santa Catarina, como Blumenau, com algumas secretarias que v.exa. desenvolveu através do Orçamento Participativo, pois essa sempre foi a nossa marca. E não foi somente em Blumenau, para vários municípios do estado de Santa Catarina nós levamos a marca de Florianópolis.

Mas eu quero aproveitar a oportunidade, deputado Sérgio Grandó, para dizer que esta terra é mágica. Florianópolis é considerada a Ilha da Magia. Quero aproveitar também para dar parabéns a esta terra maravilhosa, que irá completar 281 anos no próximo dia 23 de março, ocasião em que será feita uma grandiosa festa aos que nasceram aqui e a todos, como eu, que foram recebidos de braços abertos nesta terra. Esta cidade tem um povo maravilhoso, um povo bondoso, uma gente generosa e, principalmente, uma gente que trabalhou muito pelo estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Também fizemos algo inédito: através de um decreto muito simples, todas as crianças tinham que estudar na escola pública mais perto de casa. Não importava se era federal, estadual ou municipal. Por quê? Porque as crianças do morro não estudavam na escola mais perto. Vou citar o exemplo do Instituto Estadual da Educação. Vinham pessoas de outros municípios estudar nessa escola, porque era um bom colégio, mas as crianças e os jovens que moravam em frente não podiam lá estudar. Com isso foi democratizada a escola e hoje todos valorizam a escola pública.

Também quero colocar, com tristeza, que nós não tivemos direito à reeleição. A reeleição passou a vigorar a partir de 1998. Estou dizendo isso porque a nossa administração foi considerada entre as cinco melhores do país, concorrendo com administradores que foram, posteriormente, governadores, ministros, como é o caso de Tarso Genro - fomos prefeitos na mesma época; de Olívio Dutra; de Rafael Greca, com a sua grandeza; de Jarbas Vasconcelos e de tantos outros administradores. Então, nessa época nós nos encontrávamos em nível nacional para discutir os problemas das capitais.

Neste sentido, a participação popular é fundamental, através do Orçamento Participativo, pois lá eram estabelecidas as prioridades. Porque governar é estabelecer prioridades para atender as demandas do povo.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Sérgio Grandó.

Eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que fui apoiador, na época de estudante universitário e policial militar, da sua gestão nesta cidade. Eu morei 13 anos nesta cidade e quero parabenizar todos os habitantes daqui pelo seu aniversário de 281 anos.

Parabéns a v.exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDÓ - Para finalizar o nosso discurso, queremos parabenizar a administração de Dário Berger. Eu reconheço que cada administração que vem após a nossa melhora um pouco mais esta cidade, como será melhorada ainda mais! Essa é a tendência da responsabilidade pública de governo, ou seja, dar continuidade às obras, como nós estamos vendo. Hoje, na Alfândega, temos o exemplo de dois prefeitos: um que começou e nós...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Eu agradeço, sr. presidente, e cumprimento mais uma vez todos os deputados e a comunidade aqui presente.

Ao contrário do meu primeiro pronunciamento, nesta Casa, quero falar agora de um fato lamentável que está acontecendo no município de Balneário Camboriú.

Deputado Elizeu Mattos, eu vejo com muita preocupação o fato de não termos políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento de nossas cidades. Nós temos, como eu já disse aqui em outras oportunidades, muita fala, muita conversa e muito discurso. E no exercício do nosso mandato, seja de parlamentar, de prefeito, de representante do Executivo municipal, nós sofremos com a falta de ação e de responsabilidade de muitos administradores dos nossos municípios.

Eu vejo com profunda preocupação a falta de planejamento nas cidades que estão crescendo. Muitas cidades crescem sem nenhum planejamento e com esse crescimento desenfreado e desorganizado, crescem também os problemas, as mazelas. Infelizmente, estamos enfrentando os mais diversos problemas, hoje, em nossos municípios, na área da saúde, da segurança, da educação, pelo fato de os nossos administradores não terem tido uma visão correta do desenvolvimento. E eu falo isso independentemente partido político, deputado José Natal.

Srs. deputados, eu não estou-me referindo ao partido "a", "b" ou "c" e o PMDB também provocou diversas falhas administrativas em muitos municípios que administrou. Mas essa falta de visão e de responsabilidade faz com que o estado acabe sofrendo o ônus de ter vários problemas futuros. Mas se esse crescimento tivesse sido planejado de forma correta, devida, responsável, comprometida e em cumplicidade com a comunidade, buscando um desenvolvimento com planejamento, talvez esses problemas nós não tivéssemos que enfrentar hoje.

Preocupo-me muito com essa situação, pois temos o ministério das Cidades, temos, no governo do estado, a diretoria das Cidades, temos todo um aparato político governamental, mas ações concretas e apoio aos nossos prefeitos, deputado Sérgio Grandó, talvez não estejam chegando da forma devida. E eu estou dizendo isso para falar sobre um fato lamentável e triste que está acontecendo no município de Balneário Camboriú.

Eu não vou falar dos bolsões de pobreza que hoje tomam, circunferencialmente, as nossas cidades por falta de planejamento e de responsabilidade. Eu não vou falar do que aconteceu em Balneário Camboriú, a maravilha do Atlântico Sul; o que aconteceu em Camboriú, a capital da pedra, uma cidade centenária. Hoje, é grande o abandono e a irresponsabilidade ocasionada pelos administradores do passado, pois divulgam a cidade com intuito político-eleitoral.

Falou-se muitas vezes, através dos grandes órgãos de imprensa, srs. deputados, que a cidade estava em primeiro lugar em termos de qualidade de vida. E baseados e impulsionados, deputado Pedro Uczal, por esse factóide, as pessoas dos municípios do interior do nosso estado ou do interior do nosso Brasil, com condições inferiores à cidade de Balneário Camboriú, foram em busca dessa pretensa qualidade. Claro que Balneário Camboriú é uma cidade excelente, ótima, bonita, maravilhosa, mas nós não tínhamos condições de receber tantas pessoas em busca de um endereço fixo, deputado José Natal. E quando essas pessoas foram para Balneário Camboriú e não encontraram um endereço, um emprego e qualidade de vida, acabaram trazendo para a nossa região problemas sérios, que hoje nós temos que enfrentar com muita responsabilidade.

Mas estou fazendo toda essa fala desta tribuna para alertar sobre o problema da cultura milenar do povo de lá, deputado Sérgio Grandó, v.exa., que tem um grande conhecimento sobre o meio ambiente, sabe muito bem disso. Antes de Balneário Camboriú existir, antes talvez de ser fundado, já existia a exploração das jazidas de pedra, tanto que Balneário Camboriú é a capital da pedra.

As pessoas, os moradores do Morro da Barra, pessoas simples, humildes e trabalhadoras, que vivem, de forma secular, como já disse, da cultura da extração mineral há muitos anos, foram retiradas do seu ofício devido à degradação ambiental. Talvez isso devesse acontecer mesmo, mas devido à falta de uma política pública, devido à falta de responsabilidade do prefeito de Balneário Camboriú e das autoridades políticas instituídas pelo poder, essas pessoas foram abandonadas. Tanto que o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal impediram essas pessoas de desempenharem essa função que já tinham há muitos anos.

Então, eu lamento, deputado Manoel Mota, que pessoas sérias, trabalhadoras, pessoas dedicadas ao desenvolvimento da cidade, que pertençam à nossa cultura, que iniciaram tudo em Balneário Camboriú e em Camboriú, hoje, num número de 150 famílias, deputado José Natal, estejam passando fome. Estão passando fome por quê? Porque o poder público, no momento em que retirou essas pessoas do ofício sob o argumento da degradação ambiental - sob o meu ponto de vista, isso poderia ter sido totalmente sanado quando as jazidas se esgotassem, sendo feito um projeto de revitalização e recuperação da área afetada -, ficaram sem trabalho, sem ter o que fazer, amargando essa dificuldade e passando fome.

Então, o que é ser deputado? O que é ser vereador? De que serve ser prefeito? Para que ser governador? Para que ser político, se nós não podemos atender o nosso povo e a nossa gente?

Eu estou revoltado, eu estou muito triste e envergonho-me, hoje, de ser político, porque é inadmissível que aquele povo simples, pobre trabalhador esteja passando fome! E seria hipocrisia e demagogia de qualquer um de nós vir a esta Casa dizer que, em nome do meio ambiente, eles teriam que sair do morro porque assim tem que ser.

Eu não entendo isso, eu repudio a atitude do sr. prefeito municipal de Balneário Camboriú que, sob o argumento de que foi uma autorização do Ministério Público Federal, se esconde e não oferece uma política pública que atenda todo aquele povo.

É inadmissível, deputado Manoel Mota, e falo isso aqui, hoje, em forma de desabafo, que nós vejamos a desgraça alheia e não nos sensibilizemos com ela. Isso é inadmissível! E hoje, quando eu falava na rádio pela manhã, não consegui dar esse depoimento que dei agora, pois a emoção tomou conta de mim. E quem escutou a Rádio 99, pela manhã, viu que eu não consegui proferir mais do que dez ou 15 palavras.

Então, eu quero ser, sim, um representante político, eu quero ser um agente político, mas não quero ser uma pessoa que apenas pensa no próprio umbigo, que quer fazer ocupação de espaço político em benefício próprio ou de sua família. Eu quero ser um agente político para atender o nosso povo, a nossa gente em seus anseios.

Srs. deputados, eu poderia ter trazido à tribuna uma notícia de felicidade, mas eu trago à baila, nesta Casa, infelizmente, um triste relato de abandono, um relato que vai colocar a classe política cada vez mais em descrédito, um relato que denigre a nossa imagem como agentes políticos, pela falta de exação no cumprimento do dever de ofício, que é o de planejar as cidades, que é o de planejar políticas públicas com responsabilidade, no sentido de bem atender o nosso povo e a nossa gente.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Obrigado, deputado.

Eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, mas também quero fazer um reparo. A questão de os municípios crescerem desenfreadamente está relacionada ao fato de eles não quererem acatar os mandatários municipais. A aprovação dos seus novos planos diretores seria feita no exercício do ano passado. As cidades crescem desordenadas e aí se vai a qualidade de vida à qual v.exa. se referiu.

Assim sendo, eu parabenizo também o prefeito de Balneário Camboriú e de tantas outras cidades de Santa Catarina, pois eles têm que pensar no planejamento da cidade, assunto este que já foi colocado pelo deputado Sérgio Grandó. Porque se o estado ou o Ministério Público deixassem o povo de Camboriú continuar a extrair aquela pedra lá, o que em muitos lugares do Brasil acontece também, a questão ambiental ficaria cada vez mais complicada.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Vou conceder um minuto de aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Eu, respeitosamente, no final do meu pronunciamento, concedi um aparte ao deputado José Natal porque tenho muita admiração e respeito por ele, mas quero lamentar o que falou em seu pronunciamento. V.Exa. perdeu uma grande oportunidade de ter apenas ouvido e ficado calado, porque eu sou humano e não questioneei a questão da legalidade da ação do Ministério Público. Então, eu sugiro a v.exa., como agente político, que tenha uma atitude de seriedade, de comprometimento com o nosso povo, com a nossa gente e que não seja apenas um político que procure o benefício próprio. Nós temos, sim, que ter responsabilidade de elaborar políticas sociais concretas, que atendam o nosso povo e a nossa gente.

Era só isso, deputado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar este tempo que me foi destinado para refletir sobre algumas questões que não debatemos suficientemente neste Parlamento. São questões sobre a conjuntura nacional, mundial e, portanto, de interesse também do nosso estado.

Debatemos neste Parlamento sobre a construção de uma nova estrada, sobre o calçamento de uma nova rua, a reforma de uma escola ou a construção de outra, por uma gratificação a mais de R\$ 50,00, R\$ 100,00 para os servidores públicos dessa ou daquela categoria e sempre lamentamos o fato de que os governos não têm recursos para fazer esses serviços, para atender as necessidades populares da saúde, da educação, da assistência social e o reajuste dos salários.

Srs. deputados, eu trago este debate à tona a v.exas. para explicar as causas, as razões disso. Eu gostaria de pedir, então, à nossa companheira que expusesse o quadro sobre o gasto do Brasil.

(Procede-se à projeção de slides.)

Esse é o Orçamento do governo federal do ano passado, 2006. Esse dado não foi inventado por ninguém, ele está acessível no site da Câmara dos Deputados. É um dado, portanto, da Câmara Federal mostrando os gastos do governo federal no ano passado.

Nós gastamos com saúde 4,82%; com educação, 2,27%; com urbanismo, 0,08%; com habitação, moradia, 0,01%; com repasse para todos os 27 estados e para os cinco mil e tantos municípios, 15,38%; para a Previdência Social, 25,73%; e com juros e amortizações da dívida, gastamos um total de 36,70%.

Vamos, então, supor o seguinte: se diminuíssemos somente a metade do pagamento da dívida, poderíamos investir o dobro nas outras rubricas, ou seja, em escolas, em hospitais, no salário dos servidores públicos da saúde, da educação, em moradia popular, na pequena agricultura, em segurança pública e não teríamos a metade dos problemas sociais que temos hoje.

Então, precisamos fazer este debate e esta reflexão neste Parlamento, porque isso não acontece por acaso, isso acontece por decisão de sucessivos governos em agir dessa forma. São estabelecidas prioridades por um projeto de governo, por um projeto de país, por um projeto de nação, para que o esforço da classe trabalhadora, o suor de um povo, o sacrifício coletivo de uma nação sejam usados justamente para atender os interesses do sistema financeiro internacional e nacional, com juros cada vez maiores, que oscilam entre 12% e 20% há muitos anos, conforme oscila a economia dos Estados Unidos. Trata-se de uma economia indexada por interesse e vontade dos nossos governantes. Ai alguns dirão: mas não há jeito! Tem que ser assim mesmo! Nós precisamos deles, senão esse capital vai embora! E eu retuco: qual o capital que vai embora, se a riqueza somos nós que produzimos?

Nós temos exemplos concretos, aqui pertinho, no nosso vizinho. E nem vou falar da Venezuela, que cresce três vezes mais do que o Brasil, vou falar da nossa vizinha Argentina, que tinha um modelo parecido com o dos brasileiros e rompeu, alguns anos atrás, quando o povo foi para a rua e derrubou cinco governos, consecutivamente, em menos de um mês. E aí a Argentina tomou rumo.

E recorro a uma matéria do jornal *Diário Catarinense*, do dia 18 de março, que precisa ser elogiada. A jornalista Lúcia Ritzel foi a Buenos Aires e fez uma matéria especial de três páginas, que está no *Diário Catarinense* do último domingo. Eu pretendo ler na íntegra esta matéria, para podermos analisar.

(Passa a ler.)

"Lição refeita

De aluna disciplinada do Fundo Monetário Internacional (FMI), no final dos anos 1990, a Argentina agora desafia as teorias conservadoras com uma receita alternativa de crescimento econômico.

Depois de suspender o pagamento da dívida, o país adotou uma política que combina dólar valorizado, estímulo ao consumo interno, controle de preços, aumento da receita e investimentos públicos - tudo com tempero heterodoxo. Na semana passada, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos confirmou expansão de 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2006.

O governo de Néstor Kirchner criou 4 milhões de empregos e, desde 2004, vem concedendo significativos aumentos de salários. No ano passado, a massa salarial, incluindo os trabalhadores formais, os informais e os servidores públicos, cresceu 10% em termos reais (acima da inflação). Nos últimos quatro meses de 2006, o desemprego foi de 8,7% - primeira vez em 13 anos que o país registrou a taxa de um dígito. Houve aumento também para os aposentados e pensionistas, além de mais crédito para a população. Em quatro anos, o piso avançou 247% e está no valor real mais elevado desde 1984.

- Este aumento do emprego e da renda foi retroalimentando a atividade econômica, por meio do consumo interno, que realmente é o motor do crescimento - afirma o economista Abel Viglione, para quem os bons resultados exibidos até aqui têm os dias contados.

Outro pilar da retomada foi a organização das finanças públicas. Em 2003, a dívida total do estado era equivalente a 138,8% do PIB, índice que caiu para 72,6% no ano passado. Kirchner conseguiu negociar a maior parte das dívidas: cerca de US\$ 30 bilhões apenas estão em litígio nos tribunais internacionais. As pendências com o FMI foram zeradas e o governo está em negociação com o Clube de Paris. Pela primeira vez em 45 anos, o país registra superávit das contas. A melhora da situação fiscal foi obtida por meio do aumento de impostos, e a carga fiscal alcançou o equivalente a 26% do PIB. Foram criadas *retenciones*, isto é, tarifas sobre as exportações que, na média dos produtos, são de 20%. E os argentinos também pagam um imposto sobre transações financeiras." [sic]

Tarifa sobre exportação, elevação de imposto, imposto sobre transação financeira, e podemos dizer assim: os senhores que se entendam com os credores, nós vamos decidir quando e como pagaremos a nossa dívida. A Argentina fez isso e está crescendo quase 10% ao ano, nos últimos cinco anos; a Argentina fez isso e mais do que dobrou os salários, aumentou em 247% o piso salarial. E nós, aqui, ficamos falando em 1% e 1,5%, ficamos falando em separar a Previdência do salário mínimo.

Então, são questões para refletir e analisar, pois não falta produção no Brasil, não falta trabalhador, não falta trabalho, falta pulso e novo direcionamento para os nossos governos em nível geral.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Pedro Uczai, com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos, sendo que em função de estar-se esgotando o horário regimental, este será o último orador a fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, vim de branco, hoje, porque há paz nesta Casa. Hoje o clima foi tranqüilo, foi um clima de paz e isso é importante para o Parlamento!

Mas quero aqui falar um pouquinho da minha região, que é extremamente importante para Santa Catarina, porque é a maior produtora de arroz irrigado do estado. Por isso ela é importante! Mas é uma região ainda muito fraca em termos de investimento na área empresarial, na área industrial. Por esse motivo, ontem foi aprovada aqui uma moção de minha autoria, que será enviada à SCGás, pedindo a extensão do sistema de abastecimento de gás natural aos municípios de Araranguá e Sombrio.

Houve o deslocamento de uma empresa e com isso perdemos aproximadamente de 400 a 500 empregos, que foram para o município de Criciúma, em razão do gás natural. Gastaríamos 16 metros cúbicos de gás. Como não temos sistema de abastecimento de gás industrial, é evidente que a empresa deixou a cidade, o que foi uma perda significativa para a região. Por essa razão vou trabalhar, vou lutar e fazer mobilizações para levarmos o gás natural para Araranguá, porque considero uma alternativa importante.

Se hoje não alcançarmos o nosso objetivo, deputado Décio Góes, ou melhor, se não houver o retorno imediato da SCGás, com certeza vamos ter, num futuro próximo, mais do que o retorno, com a garantia de investimentos, porque é uma região muito importante para a instalação de empresas. Mas se não tivermos o gás, não iremos instalar empresa nenhuma em nossa região.

Além disso, já temos pequenas cerâmicas que poderão utilizar o gás, e não apenas em Araranguá. Precisamos, deputado Décio Góes, v.exa. que também é da nossa região, levar o gás natural para Sombrio, para atender também as cerâmicas daquele município e toda a população, para que possa desenvolver a área industrial, empresarial, instalar postos de abastecimento de gás natural, porque na região temos carros movidos a gás, mas os proprietários têm que ir a Criciúma para abastecer.

Então, é muito importante, é muito significativo termos o gás natural. Essa indicação é apenas o levantamento de uma bandeira, de uma luta pela minha região e com certeza vou visitar o presidente da SCGás, o deputado e amigo Ivan Ranzolin, vou mobilizar o governo para que tenhamos, sim, esse investimento na região.

A região serrana é considerada a mais pobre do estado e a minha região é considerada a segunda mais pobre. Nós temos que sair desse patamar de região mais pobre, deputado Elizeu Mattos! Temos que investir para entrar num patamar de região respeitada e respeitável. É isso que queremos: investimento concreto e real.

Por isso, tenho certeza absoluta de que vamos mobilizar as forças vivas da região, como fizemos em tantos outros movimentos, para que tenhamos o gás natural nos municípios de Araranguá e de Sombrio.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço com muita honra o deputado Décio Góes, que com certeza vai participar, vai ajudar, vai contribuir e vai estar junto conosco. Por isso concedo-lhe a palavra, até porque ontem não consegui terminar o meu raciocínio e fiquei devendo-lhe um aparte.

O Sr. Deputado Décio Góes - Agradeço esta oportunidade de poder solidarizar-me e ajudar nessa luta que o nobre deputado está empreendendo. Realmente a região sul tem um dos menores IDHs do estado. Isso precisa ser corrigido, e só uma política pública responsável pode ajudar a fazer essa correção.

É uma luta que vai ser difícil, porque a SCGás hoje pertence à Celesc, e a Celesc, como é uma empresa que tem ações no mercado, também tem interesse em lucro. Dessa maneira, não vai ser uma batalha tão fácil como se a Celesc ou como se a SCGás fossem totalmente do estado, porque nesse caso os critérios sociais valeriam mais. Agora os critérios econômicos vão valer mais.

Então, quero solidarizar-me com v.exa. e colocar-me à disposição para que estejamos juntos nessa luta.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte, deputado Décio Góes, e incorporá-lo ao meu pronunciamento. Quero também dizer que vamos trabalhar juntos nessa direção.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouvirei também aquele que está lutando muito pela região serrana, deputado Elizeu Mattos, que, com certeza, estará contribuindo nessa luta, nesse trabalho para buscar alternativas e desenvolver tanto a minha região como a sua. Neste momento estou lutando pelos municípios de Araranguá e Sombrio, pois temos muitas cerâmicas que podem utilizar o gás natural e com certeza, se não tivermos o gás, daqui a pouco teremos problemas com o Ibama e com a Fatma, com a proibição do uso da madeira como forma de energia. Então, essa é uma alternativa importante para desenvolver aquela região.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, nós, quando fomos secretário do Desenvolvimento Regional em Lages, recebemos uma empresa grande que iria instalar-se no município. Fizemos um trabalho junto com o laboratório de biotecnologia da Epagri, pois havia necessidade de câmara de aclimação. Todo o trabalho foi realizado, mas no final da história o empresário perguntou pelo gás. Não tínhamos gás e perdemos a empresa, que acabou não vindo.

Mas, graças a Deus, desencadeamos um trabalho, juntamente com o governador do estado, com o Conselho do Desenvolvimento Regional apoiando, e no início do ano passado lançamos, com uma grande festa, o edital, em Lages, do projeto de engenharia do gás, que percorrerá o seguinte trajeto: Indaial/Rio do Sul/Orcilício Costa/ Correia Pinto/Lages. Foi uma grande festa.

Estive, dias atrás, com o ex-deputado Ivan Ranzolin. O projeto já está pronto e deve ser iniciada, nos próximos meses, a obra da primeira etapa, levando o gás natural a Lages: no máximo em dois anos já estaremos com gás natural naquele município.

O gás coloca a nossa região em igualdade de condições, porque hoje, uma empresa para estar num município, numa região, ela necessita de energia. E o que é uma empresa? Energia! E a alternativa de energia leva uma empresa à região. Isso nos coloca em igual condição com o litoral, com São Paulo, que já têm gás.

Eu não vejo dificuldades do gás chegar a Araranguá, como é a solicitação de v.exa., e vou discordar um pouco do deputado Décio Góes, quando diz que a absorção da SCGás pela Celesc vai dificultar a chegada do gás em Araranguá. Não dificulta em nada! Porque se a Celesc levasse em consideração somente o lucro, nós não teríamos, em hipótese alguma, colocado energia elétrica gratuitamente, numa parceria com o governo federal, em mais de 20 mil residências, porque energia elétrica, energia rural não dá lucro, e a Celesc bancou uma parte, o governo federal bancou outra e o governo estadual também bancou uma parte. Em nossa região, que tinha o maior déficit de eletrificação rural, praticamente zeramos.

Então, não vejo dificuldade, não, de estar com a Celesc a SCGás. Não vejo dificuldade nenhuma! Vejo, diferentemente, facilidade para que o gás chegue à sua região.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Elizeu Mattos, e incorporo-o ao meu pronunciamento. Quero dizer que precisamos, nesta caixa de ressonância que é o Parlamento catarinense, a casa do povo, vir aqui com espírito de luta defender as nossas regiões.

A minha é uma região com um grande potencial turístico. Temos um potencial muito grande que precisa ser desenvolvido com as obras que estão sendo realizadas, mas precisamos ter a mão-de-obra mais sólida e para isso precisamos do investimento de empresas que se irão instalar em Santa Catarina, principalmente agora, com a

duplicação da BR-101. Mas essas empresas não se irão instalar se não tivermos o gás natural. Sabemos perfeitamente que o governo do estado precisa investir na SCGás, é uma parceria, mas o governo do estado precisa investir.

Então, eu acho que este é o momento de nos mobilizarmos por essa alternativa: o gás natural vai trazer uma nova perspectiva de crescimento, de luta, de geração de emprego e renda, porque lá se irão instalar novas empresas. Acho que esse é o grande compromisso que temos com Santa Catarina e com cada região.

O Parlamento é representado por todo o estado e o nosso...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero apenas registrar a

presença, neste Parlamento, do vereador Dorlei João Antunes, da cidade de São Francisco do Sul, que é vereador do PDT e suplente de deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Esgotado o horário regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 024-DL, de 2007

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições
CONCEDE licença ao Senhor Deputado Moacir Sopelsa para ausentar-se do País, no período de 02 a 14 de junho do corrente ano, a fim de acompanhar a delegação do Sindicato e Organização das Cooperativas

do Estado de Santa Catarina - OCESC, aos países da Irlanda e Inglaterra, objetivando a realização de estudos e o desenvolvimento de conhecimentos técnicos em benefício do Cooperativismo Catarinense.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 29 de março de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO PARA DISCUTIR SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2007, ÀS 9H, NO AUDITÓRIO DA ALESC

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Senhores presentes, bom-dia. Esta audiência pública foi promovida pela Comissão de Constituição e Justiça, da qual sou presidente; pela Comissão de Finanças e Tributação, aqui representada pelo seu vice-presidente, deputado Gelson Merísio; e pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, aqui representada pelo seu presidente, deputado Onofre Santo Agostini.

Convidamos para fazer parte da mesa o secretário de Estado da Coordenação e Articulação, senhor Ivo Carminati, representando o governador Luiz Henrique da Silveira; o presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Onofre Santo Agostini; o senhor Mário Antônio da Silva, membro do fórum de lutas, para representar as demais entidades.

Pedimos a compreensão das demais autoridades presentes pelo fato de não convidá-las para compor a mesa por falta de espaço.

Senhoras e senhores, o objetivo da audiência pública é dar oportunidade para a sociedade catarinense, através de todas as entidades de classe organizadas, de instituições, enfim, a população em geral, participar na discussão da reforma administrativa proposta pelo Governo do Estado, tendo em vista este Poder ser uma casa de debates onde os projetos são amplamente discutidos, modernizados, podendo oferecer as mudanças necessárias que forem sugeridas pela comunidade e acatadas pelos senhores deputados.

O roteiro da audiência pública é o seguinte: regimentalmente, de início será concedida a palavra aos parlamentares que compõem o Poder Legislativo catarinense e depois haverá o debate com todos os presentes. Conforme as inscrições que serão feitas pela assessoria da Casa aqui na entrada do auditório, num prazo de cinco minutos, poderão ser feitas exposições e perguntas. Posteriormente, a quem forem dirigidas as perguntas, será cedido o tempo necessário para as devidas respostas. Porém, antes serão ouvidos todos os questionamentos dos presentes e depois será dada oportunidade para as respostas e os debates.

Passo a palavra ao deputado Gelson Merísio, vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Bom-dia, senhor presidente, senhores deputados, autoridades, imprensa presente.

Senhor presidente, o coração, a gênese da audiência pública é ouvir a sociedade, escutar as lideranças dos mais diversos setores, e no caso específico também os representantes dos organismos de classe.

Nós deputados temos todos os dias a tribuna, o plenário, para fazermos a nossa manifestação, e não me parece justo ocupar, agora, por um prazo mais longo o espaço que deve ser cedido à comunidade.

Por isso, nós da bancada do PLF apenas faremos a introdução do tema, iremos ouvir a comunidade e depois, se houver tempo, discutiremos aqui. Caso contrário, debateremos no plenário e nas Comissões, onde temos o fórum e o tempo necessários.

Era essa a nossa manifestação. Na nossa concepção, primeiramente vamos ouvir os membros da sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao senhor deputado Onofre Santo Agostinho, presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINHO - Senhor presidente e senhores deputados, o nosso líder - deputado Gelson Merísio - colocou o nosso ponto de vista: quem tem que discutir são as partes interessadas.

Então, vamos ouvir os setores representativos do servidor público e dos demais interessados e o governo. Depois, nós parlamentares iremos nos manifestar.

Eu também acho, e o deputado Merísio colocou muito bem, que agora é o momento de nós ouvirmos as partes interessadas. Por isso, ao final nós vamos nos manifestar, senhor presidente, para que possamos chegar ao objetivo desejado.

O próprio governador, quando encaminhou esta e outras matérias para a Assembléia, foi muito claro: elas não vieram prontas e acabadas. O governador fazia questão de que os senhores deputados aperfeiçoassem as matérias, para o bem de Santa Catarina e do povo catarinense.

Por isso, eu também comungo com o pensamento do deputado Merísio.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Peço escusas a todas autoridades e a todos os representantes de entidades que registraram seus nomes com a nossa assessoria, pois vou deixar de citá-los para ganharmos tempo, já que estamos com quase uma hora de atraso. Mas todos se considerem citados e saudados pela mesa.

Concedo a palavra à deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Senhor presidente Romildo Titon e demais representantes das outras Comissões, cumprimento meus colegas parlamentares e toda a população, que aqui se faz representar pelas entidades.

Estou aqui para ouvir os posicionamentos, as justificativas, do representante do Poder Executivo quanto a esta terceira reforma administrativa, à venda da biblioteca do Estado, que eu acho um absurdo, ao Teatro Guaira, à Casa de Açores. Estou aqui para escutar, tirar as minhas conclusões e defender os interesses da comunidade, porque nós somos os porta-vozes de todo o povo catarinense. Então, estou aqui para contribuir.

Muito obrigada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao senhor deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Senhor presidente e demais membros das Comissões, hoje é um dia muito importante, assim com esta audiência pública.

Nós precisamos ouvir as entidades, o servidor público, para depois nós poderemos fazer uma análise mais profunda e discutir isso nas Comissões. Este é o momento em que as entidades e todos têm que se manifestar. Vamos estar atentos, com muito cuidado e com muita responsabilidade, e, depois, nós iremos analisar tudo isso.

É isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao senhor deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Senhor presidente, reforço a posição do líder da minha bancada - PFL -, o deputado Gelson Merísio: neste momento devemos nos ater mais a ouvir as propostas, as reivindicações, os posicionamentos, das partes envolvidas.

Enalteço a iniciativa das Comissões de Justiça, de Finanças e de Trabalho de proporcionar oportunidade para o debate. Neste momento, o Poder Legislativo está cumprindo com a sua essência, com a sua missão, que é, além de fiscalizar o Poder Executivo e legislar, interagir com os cidadãos e com a comunidade, não tenho dúvida disso.

Portanto, concluo dizendo, afirmando, que nós haveremos de convergir e de divergir mais, porém, neste ambiente, neste debate, nesta discussão, haveremos de tirar subsídios para que o Poder Legislativo possa analisar e votar a reforma administrativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor presidente, senhores deputados e convidados para esta audiência pública.

Neste dia, nós da bancada do Partido dos Trabalhadores queremos ouvir as entidades, os setores organizados da sociedade, não só sobre o impacto financeiro que vai produzir a reforma administrativa, mas também a respeito da qualificação das políticas públicas no Estado de Santa Catarina, a gestão pública, a finalidade última desta reforma administrativa que são as políticas públicas. Ao mesmo tempo, como ficam os servidores, como se constrói a sociedade nessa relação da reforma administrativa no processo das empresas públicas, das políticas públicas e da própria democracia com o dinheiro público.

Por isso, hoje, neste primeiro momento, não desejamos nos posicionar sobre o mérito, porque já temos posição de mérito sobre a reforma administrativa, mas ouvir os diferentes setores da sociedade catarinense para ver aonde vai chegar essa reforma administrativa, como ficarão os servidores públicos com a reforma administrativa, como ficará a gestão pública com a reforma administrativa, como ficarão as políticas-fim do Estado. Vai ser produzida qualidade na educação e para os servidores da Educação? Lá no fim último, o médico, o dentista, a enfermeira vão ter melhor condições de trabalho e de vida e melhor qualidade no atendimento, que é o fim último do Estado?

O papel das empresas públicas, como a Casan, como um bem vital pode ser privatizado e não vai trazer nenhuma consequência para o cidadão catarinense? O que é vital? É saúde, é educação, é uma empresa pública?

Quando fui prefeito de Chapecó, inclusive discutimos com Valmor de Luca mantê-la estatal, mantê-la pública, nem municipalizar para não privatizar. Esse era o debate e a discussão. E é estranho quando agora vejo aqui que se pode alienar todo o patrimônio dessas várias empresas, como a própria Casan.

É surpreendente ter que discutir neste momento esse elemento, ao mesmo tempo em que várias políticas públicas na América Latina, no Brasil, estão recuperando empresas públicas, como o Besc, a Eletrosul e tantas outras, e aqui se coloca a perspectiva de que a desresponsabilização do Estado poderá produzir uma melhor política pública, sem falar na questão cultural ou transferir para o município uma biblioteca que é patrimônio do Estado em Santa Catarina.

Portanto, além da questão do impacto financeiro, precisamos saber e ter presente é aonde chegaremos depois de quatro anos da terceira reforma administrativa.

Então, neste momento, a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores vai ouvir, discutir e debater, mas já começa a levantar questões centrais que nos preocupam: qual é o futuro de Santa Catarina com esta reforma administrativa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Senhor presidente, senhores deputados, catarinenses e os que aqui comparecem com tantas dúvidas, com tantas angústias, com tantas incertezas, assim como nós também estamos, pois, afinal de contas, em menos de cinco anos estamos discutindo a terceira reforma administrativa deste Estado.

O que se viu até aqui foi muita propaganda e pouco resultado prático efetivo para a sociedade catarinense. Não melhorou a educação, não acabou a "ambulancioterapia", o governo não chegou de fato perto do cidadão a não ser com o seu comissionado em cada agência, no meu entendimento eleitoral, apelidada de Secretaria de Desenvolvimento Regional.

O que nós estamos vendo, e a matéria trazida no jornal A Notícia no último final de semana que nos preocupa ainda mais, assistimos e acompanhamos no final do ano, foi um governo que saía dizendo que entregava para seu sucessor, de quem tinha recebido o governo, um Estado saneado, pronto, para (como disse o atual no dia da posse) engrenar o governo na quinta marcha.

O que se percebe ao final de quase noventa dias de governo, que ainda não começou, que ainda não disse para que veio, é uma situação de extrema preocupação para o servidor e para o cidadão como um todo. Gasta-se energia com reformas e mais reformas. A lei atual tem mais de vinte leis que foram alteradas porque o governo, verdadeiramente, não sabe aonde quer chegar.

Por isso, hoje, queremos ouvir a sociedade e por esse motivo estamos aqui. E associo-me a todas as manifestações anteriores, pois não há informações mais elementares para discutir o projeto, nem o impacto financeiro, já que tivemos que aprovar um requerimento no âmbito desta Comissão para que o governo respondesse. Os números que são colocados diariamente, para mim, são números de "chutômetros" porque nem esses elementos básicos o governo tem para nos oferecer. Contradições múltiplas a cada dia.

Penso que a sociedade, aqui representada por diversos segmentos, tem muito a nos dizer. Hoje, nós queremos ouvi-los, porque penso que teremos uma responsabilidade muito grande até o final deste mês em votar essa matéria. Estamos atrasados, já são 10h, e, se formos até o horário regimental para começarmos a sessão, teremos apenas quatro horas para discutir. Acho o tempo escasso demais.

Quero propor, já no início desta audiência pública, que façamos um esforço, a nossa bancada, bancada Progressista, com a aquiescência do meu líder, que não tenho dúvida que fará todo o esforço, para esgotar este debate e realizarmos mais um, dois, três, tantos debates quanto forem necessários, porque a matéria é muito complexa e não podemos mais manter a sociedade catarinense nessa insegurança.

Por isso, queremos ouvi-los. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor deputado Marcos Vieira, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, entidades da sociedade civil organizada aqui presentes nesta audiência pública.

Na condição de líder do PSDB nesta Casa, da mesma forma como PFL e o PMDB, eu gostaria de dizer que no dia de hoje estamos aqui para ouvir a todos os senhores e a todas as senhoras, e a partir de amanhã, na reunião da bancada, faremos um exame de tudo que for debatido e decidido nesta manhã.

Mas quero ressaltar, sobretudo, que nos quatro primeiros anos do governo Luiz Henrique da Silveira ele determinou que seus secretários e seus técnicos participassem de todas as audiências públicas realizadas nesta Casa, da mesma forma como acontece no dia de hoje a primeira grande audiência pública que trata dos projetos de lei da reforma administrativa. E também, estão aqui para participar deste debate secretários de Estado e técnicos que fazem parte da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Senhor presidente, eu gostaria de ressaltar, sobretudo, que esta audiência pública está se realizando por iniciativa da bancada governista nesta Casa, tendo a frente o deputado João Henrique Blasi, que, sendo relator do projeto principal, propôs o calendário de apreciação, discussão e votação da matéria, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que depois o senhor presidente colocou em votação no Plenário.

Então, estamos todos aqui e queremos crer que será um dia muito proveitoso para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Senhores presentes, como o número de participantes é superior ao número de cadeiras e de espaço do auditório, já solicitamos a instalação de um telão no hall de entrada, para que os que estão do lado de fora possam também ouvir o que aqui está sendo discutido.

Com a palavra o senhor deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor presidente; senhores deputados; senhoras deputadas; autoridades aqui presentes, a quem saúdo na pessoa do secretário de Coordenação e Articulação, Ivo Carminati; senhores e senhoras participantes desta audiência pública.

A audiência, como o próprio nome já diz, é para ouvir, e foi para essa finalidade que, na condição de relator da matéria, propus a realização de uma audiência pública conjunta, a fim de que pudéssemos ouvir, de forma respeitosa, de forma democrática, todos aqueles que quiserem dar a sua contribuição da forma mais variada possível a respeito das matérias que o Executivo nos incumbiu de examinar.

Nesse sentido, quero saudar os servidores públicos de todas as entidades que aqui estão trazendo as suas angústias, as suas inquietações, as suas perplexidades e as suas reivindicações; e saudando a todos, eu quero nominar servidores de uma entidade que têm estado sempre aqui presentes conosco, trazendo a sua manifestação em várias situações, com os quais sempre travamos um diálogo respeitoso e sempre conseguimos chegar a um objetivo que atende àquilo que eles querem e também ao interesse público.

Por isso, em nome dos servidores do Hemosc e do Cepon, eu quero saudar todos os servidores que aqui vêm para debater, repito, de forma respeitosa e democrática este projeto, que têm dois objetivos: primeiro, aprofundar grandemente a marca do governo Luiz Henrique, que é a marca da descentralização e da desconcentração do poder. Segundo, buscar meios e modos para racionalizar o dispêndio com a máquina administrativa, fazendo renascer mais recursos para investir naquilo que é, efetivamente, fundamental.

Eu tenho a mais absoluta convicção de que é desse movimento dialético, da afirmação de uma idéia e da negação dela que nós vamos avançar. O projeto não é um prato feito, o projeto não está pronto e acabado. O que veio para a Assembléia é a hipótese inicial de trabalho no entendimento do Poder Executivo. Com sua soberania, a Assembléia irá examiná-lo.

Na condição de relator, eu reafirmo a minha disposição de ouvir a todos e de acatar toda e qualquer sugestão vertida em forma de emenda que signifique o aperfeiçoamento do projeto original.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado César Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CÉSAR SOUZA JÚNIOR - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, nossos convidados que hoje estão aqui para discutir o projeto.

Este é um momento salutar neste Poder, porque nós deputados temos tantos espaços para falar, e esta é uma oportunidade impar de ouvir as pessoas, e não ouvir apenas as entidades, a letra fria de um documento, mas ouvir aqueles que estarão diretamente envolvidos e que sofrerão as consequências das decisões que serão tomadas por este Poder, este Poder que não é um Poder homologatório, mas um Poder soberano que tem responsabilidade de analisar com muito cuidado e com muita atenção todas as propostas aqui enviadas. É momento fundamental, importante, de humanização do processo legislativo, que certamente dará subsídios para que os parlamentares possam tomar a decisão que será a melhor para o Estado.

Rapidamente, gostaria de concluir esta participação, para que nós possamos ouvir as pessoas envolvidas nesse projeto tão importante.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao senhor deputado Sérgio Grando.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO GRANDO - Desejo saudar a todos e dizer que nós do PPS queremos ouvir todas as propostas, idéias, discussões, principalmente pela criatividade.

Nós temos algumas propostas de emendas. Eu não posso admitir, num mundo moderno como hoje, que a Casan não possa produzir energia elétrica através das suas represas, que é o grande gasto desta empresa com a Celesc. Então, ela pode muito bem se manter e trabalhar, e trabalhar com os resíduos sólidos, que é outra alternativa.

Acho que vão surgir aqui muitas soluções para melhorar o Estado, e nós vamos ouvir. Só espero que realmente nós possamos evoluir, não ficar tontos de tanto ouvir. E nós nos propomos a fazer emendas para melhorar. Como o próprio governador colocou, a descentralização em todo e qualquer lugar do mundo significa avanço, revolução e mudança. É isso que nós temos que ver. Eu sei que é difícil, mas é o que se exige de cada um de nós.

Era isso que tínhamos a dizer e colocamos-nos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao senhor deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Presidente, nós queremos escutar. Vamos fazer o debate, após ouvir as pessoas que aqui estão. Mas vale lembrar que todo este processo aqui é para melhorar! Ninguém está querendo prejudicar o Estado, ninguém quer atrapalhar o Estado, nós queremos é avançar.

E houve avanço. Não sei em qual o Estado que o deputado Ponticelli vive. Ele disse que não houve avanço, mas ocorreu. O nosso trabalho para o qual estamos aqui é para avançar mais ainda, e vamos escutar para fazer um debate com educação e tentando cada vez mais melhorar o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao senhor deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Senhor presidente, senhoras deputados e senhores deputados.

Quero cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, todos os funcionários do governo, todos os colaboradores.

Eu entendo, perfeitamente, qual é essa grande preocupação, essa movimentação, por parte dos servidores com esta reforma. A Assembléia Legislativa, com 40 parlamentares, tem 27 da bancada governista. Não foram eles, os 27, que fizeram essa reforma. Mas é proposta por um governo de coalizão que ganhou a eleição e que levou a Assembléia a esses 27. Então, é evidente que essa preocupação dos senhores é muito pertinente.

Cabe-me dar aqui um testemunho: já vi muitos parlamentares, a exemplo do deputado Blasi, fazerem sugestões contundentes com relação a mudanças de artigos dentro da reforma, alguns que já nem vieram escritos aqui, diga-se de passagem. De forma que eu quero assegurar que esta Assembléia, independentemente do partido que está o deputado, tem o seu primeiro compromisso, justamente, com aqueles que estão na sua frente, que é verdadeiramente a sua bandeira.

Esta audiência, o vigor das colocações, certamente dará argumentos, tanto para a oposição quanto para os deputados que dão sustentação a este governo, para se fazer sugestões, sim, que venham a fazer o governo dar o melhor resultado à população. Afinal, todos os senhores que são colaboradores do governo são úteis enquanto colaboradores. O governo terá que buscar a proposta para poder tê-los junto, porque sozinho também não faz ou não presta o serviço que propôs a toda a sociedade.

Por isso, estamos aqui para ouvi-los. Seguramente, essas propostas servirão de subsídios muito importantes para as nossas votações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Peço à assessoria que providencie microfones, porque há deputados que não têm acesso à mesa por falta de espaço.

Concedo a palavra ao deputado sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vice-presidente da Comissão de Finanças e Tributação, presidente da Comissão de Trabalho e Serviço Público, demais pares deputados, autoridades do Poder Executivo, companheiros, servidores públicos estaduais.

Eu acho que tudo já foi dito, só falta ouvirmos vocês. Então, penso que esta deve ser a dinâmica, e posteriormente se estabelecerá o debate. Está certo o senhor presidente.

Para não alongar o tempo, que deixemos as entidades falarem, os sindicatos falarem, e posteriormente passaremos ao debate.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Continua livre a palavra aos demais deputados. *(Pausa.)*

Não havendo mais nenhum deputado que queira se manifestar no momento, nós passaremos a ouvir, por ordem de inscrição, todos os inscritos que desejam se manifestar. Orientamos que a assessoria levará o microfone até a pessoa (é só levantar a mão), para sermos mais rápidos.

Gostaria que todos respeitassem o tempo concedido, para que possamos terminar esta audiência pública dentro do prazo previsto.

Abrindo um precedente, primeiramente, concedo a palavra ao senhor Mário Antônio da Silva, membro do Sintespe e do fórum de lutas, que já está aqui na mesa, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO ROMILDO TITON) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor presidente e senhores deputados, uma vez que muitas lideranças, ou o conjunto dos participantes, não têm o debate que algumas entidades possuem sobre o conjunto das principais propostas da reforma administrativa, eu gostaria de propor (não sei se foi o entendimento dos nobres deputados) o seguinte: antes de as entidades se manifestarem, que o representante do governo coloque as principais mudanças da reforma administrativa em relação à reforma administrativa anterior. É para que consigamos ter um ponto de partida para as intervenções e as falas das diferentes entidades. *(Palmas.)*

Senhor presidente, eu não sei em que sentido são as principais mudanças que a reforma administrativa propõe, os impactos tanto financeiros quanto administrativos.

Depois, ouviremos as manifestações das diferentes representações das entidades da sociedade civil.

Senhor presidente, essa é a proposição.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Deputado Pedro Uczai, respondendo a sua questão de ordem, nós não concedemos a palavra ao secretário Ivo Carminati porque foi um acordo entre as três presidências das referidas Comissões, juntamente com o secretário Ivo, que estará à disposição para responder todas as perguntas das pessoas inscritas.

Ele está aqui para o diálogo, mas, diante da sua colocação, perguntamos ao secretário Ivo se ele permanece com a mesma posição ou deseja mudar.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Gelson Merísio, vice-presidente da Comissão de Finanças.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Respeito a posição do deputado Pedro, mas parece-me que é muito mais produtivo nós ouvirmos, pois todos têm conhecimento da matéria. (Vaias.) A Comissão de Finanças quer ouvir os fóruns, as pessoas que têm interesse, e eu, representante do governo, direi minhas dúvidas no final da reunião.

Essa é a posição da Comissão de Finanças, e é assim que queremos continuar. (Vaias.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o secretário Ivo Carminati.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO IVO CARMINATI (SC) - Senhor presidente, agradeço a transferência da palavra e saúdo todos os parlamentares na pessoa do presidente que coordena esta bela audiência pública.

Trago o abraço especial a todos os representantes das entidades de classe dos servidores públicos do Estado e à sociedade catarinense, de maneira geral aqui representada. Trago o abraço forte e fraterno do governador Luis Henrique e de todos os secretários de Estado no sentido de fazermos uma discussão nesse plenário democrático e respeitoso.

Com esta terceira reforma administrativa, o governo vem à audiência pública de forma tranqüila, leal e transparente, para que nós possamos fazer uma discussão rica, aprimorando e recepcionando todas as sugestões que vêm democraticamente da sociedade civil catarinense, a fim de que possamos enriquecer substancialmente a reforma administrativa.

Ela versa sobre dois pontos básicos: primeiro, ela aprofunda e radicaliza a descentralização, proposta inovadora do governo do Estado no sentido de levar as ações administrativas do Poder Público à gestão pública mais próxima das comunidades. As Regionais encaminhadas demonstram com números reais e concretos que os investimentos do governo do Estado, na primeira gestão, foram de aproximadamente R\$ 4 bilhões - 17% do orçamento. Essas obras e esses investimentos não seriam possíveis se a descentralização não tivesse sido efetivada, não tivesse sido implementada, e as razões de sua aplicação, demonstradas no plano de ação do governo, foram canceladas no pleito passado.

O outro viés da reforma da reforma administrativa, e aí jogo o governo para a discussão da massa crítica, é exatamente a descentralização orçamentária e financeira. Quando o governador concepcionou a reforma foi exatamente no sentido de implementar a ação administrativa de uma forma moderna, ágil, rápida, eficaz, com o governo próximo à comunidade, junto com os seus Conselhos de Desenvolvimento Regional, que são formados pelas lideranças municipais ou das regiões que compõem cada Secretaria Regional.

Agora é o *plus*, é o adicional, é o que aprimora a proposta de gestão pública do governo, que é exatamente levar aos Conselhos de Desenvolvimento Regional o seu orçamento e a sua parte orçamentária, para que ele, secretário regional, juntamente com os representantes da comunidade lá da Regional, possam definir as prioridades, as demandas sociais, e implementar, após tal decisão democrática da sociedade civil de lá, as suas ações e as suas obras.

Certamente, com esses dois vieses, o governo apresenta esta terceira reforma administrativa. Claro que não é um projeto pronto e acabado, e passa por uma discussão leal, firme e decisiva, tal como esta, ouvindo sim as sugestões, as críticas, que enriquecem sempre a discussão social e a discussão democrática. O governo vai discutir abertamente, de forma transparente, sem problema nenhum, todos os dados: o impacto financeiro (a nossa equipe de governo está posicionada aqui à frente exatamente para responder essa questão); os servidores, que são uma preocupação, sim; a parte dos cargos, que é outra preocupação, sim, que afeta a vida dos servidores e das respectivas famílias; e, principalmente, o impacto financeiro, que o governo remeteu à Casa Legislativa e que aqui será registrado a toda imprensa e à sociedade civil.

Como esses pontos, senhor presidente, creio que existem inúmeros outros pontos polêmicos que vamos discutir, tal como levantou o deputado Grando. Penso que a Casan precisa passar por uma discussão como esta, sim! Ninguém desconhece, e o Estado não desconhece, que a Casan tem um modelo cujo contrato de concessão em muitos municípios já inspiraram e são frutos de demandas judiciais; que o Estado, a Assembléia e os senhores deputados e a sociedade precisam participar trazendo sugestões para enriquecer esse modelo de gestão que o governo deseja continuar, sim.

Por outro lado, trago que este ponto da reforma administrativa, que hoje passa por uma discussão firme com a sociedade catarinense e com os senhores parlamentares, enverga e eleva à discussão do novo modelo de gestão. É esse modelo de gestão, capitaneado agora pelo secretário de Estado da Administração, doutor Gavazzoni, que traz à tona uma série de sugestões para que o Estado possa implementar um governo eletrônico, reduzindo o custeio. E a redução desse custeio vai para a capacitação dos servidores públicos, para investimentos, depois de aportado num fundo de investimentos social no Estado que nós vamos discutir aqui com a Casa.

São com esses pontos claros, concretos, objetivos e transparentes que o governo traz essa proposta para a discussão com a sociedade civil, sem a menor dificuldade.

Senhor presidente, rapidamente, eram essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Então, seguiremos o nosso roteiro.

Com a palavra, o senhor Mário Antônio da Silva, membro do fórum de lutas, por até cinco minutos.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - Eu gostaria de fazer um pedido ao presidente: temos aqui algumas inscrições, mas o pessoal está cedendo espaço para poderemos fazer um debate, um relato maior com a plenária dos servidores públicos. Gostaria que esse pedido fosse considerado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Senhor Mário, temos inúmeros inscritos, uma quantidade bastante expressiva. Vamos seguir à risca aquilo que foi combinado entre os três presidentes, que são cinco minutos para cada um, e todos terão o direito de participar.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO DA SILVA - Então, bom-dia ao presidente desta audiência pública, aos demais deputados, aos membros do Poder Executivo aqui presentes, a todos os companheiros, aos presidentes das entidades e aos servidores públicos.

Não estamos aqui somente implorando, mas colocando a nossa condição naquilo que o governo não está dando à disposição do debate da reforma administrativa.

Ela não se trata de uma reforma democrática, em momento algum. Se tivesse democracia nos debates dessa reforma, secretário, teríamos, nas trinta Regionais que o governo já criou, o debate lá na sociedade, que é plural, democrática e não está tendo acesso. Esta reforma administrativa foi feita a sete chaves; as entidades aqui presentes não tiveram acesso ao seu debate. Ponderamos várias questões que estão colocadas no cerne desta reforma que vai sangrar o Estado, sim, até a morte. E é nisso que vamos responsabilizar esta Casa Legislativa que irá aprovar esta reforma, porque o governo coloca aqui um projeto de reforma no qual não temos acesso ao debate para fazer a defesa do serviço público para a sociedade. Não há interesse público, para nós. (Palmas.) É nessa linha que defendemos e fazemos essas ponderações.

Colocamos as gratificações que o governo quer congelar, que foram criadas a partir de 1992 e que estão dentro da proposta de congelamento e de extinção. Quem ganhou 15% nesse mês de janeiro, senhor deputado Marcos Vieira, que fale para esta plenária se não foram gratificações e projetos políticos de eleições, porque hoje está sendo feito isso: mal começou a ser pago e já vai haver a sua de extinção, já vai haver o seu congelamento. Isso é política salarial desce? Isso é política salarial justa?

Os números do Dieese também mostram que o Estado tem 200 milhões que em 2006 deixou de pagar e transformar em salário o funcionalismo, que está a baixo da receita e da Lei de Responsabilidade Fiscal, que não está sendo usada até o limite prudencial. Por que não? Para aonde estarão indo esses investimentos? É isso que nós queremos saber. É isso que a sociedade quer saber. Nós fizemos uma rodada de seminários no estado, pelo fórum de luta dos trabalhadores, e tiramos vários encaminhamentos. Um deles, e acredito que é o anseio de todos que estão aqui, é a retirada da reforma para um debate amplo. É este o encaminhamento. (Palmas.)

Secretário, nós queremos fazer esse debate no seio da sociedade. Em várias regiões do Estado as pessoas apontaram situações singulares variadas, por exemplo, na situação das Regionais. Elas têm uma empatia tão grande com a sociedade que não há nem pessoas atendendo dentro das Regionais! Eles procuram e não encontram ninguém! É uma estrutura que não atende ninguém! A sociedade precisa ser atendida, se for para ser próximo, mas tem que haver uma relação de parceria entre governo e sociedade. Estamos correndo o risco de quebrar e colocar em xeque a galinha-dos-ovos-de-ouro que é o Estado de Santa Catarina.

Queremos ver o Estado trabalhando e também gerando emprego. Não só criando Regionais que vão, aleatoriamente, indicar grupos de pessoas e não trará resultados para a sociedade. Inclusive, os Conselhos que o secretário aponta vão ser indicados pelos secretários regionais e homologados pelo governador à sua vontade. Onde a sociedade vai discutir orçamento no Estados? Está dentro da reforma! Deputado, está dentro da reforma! O conjunto de servidores não teve acesso à reforma porque nem todos os locais do Estado têm acesso ao computador! O Estado está em frangalhos!

Nos debates do seminário, tivemos depoimentos de mães que há escolas não têm banco para colocar as crianças para almoçar; tem escolas onde as crianças estão ganhando duas bolachas! Enfim, uma série de situações. E cadê os recursos que seriam destinados para essas regiões?

E a transferência das rodovias para os municípios. Quem disse que os municípios têm condições de administrar isso?

Presidente, só para encerrar, temos que fazer um debate com responsabilidade. Esta audiência é muito pouco para um pacote tão grande da reforma. No mínimo, precisaríamos de cinco audiências públicas para de fato fazermos uma limpa na pauta e esclarecimento para todo o conjunto dos trabalhadores e da sociedade, que não estão tendo acesso a isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao capitão da Polícia Militar Marcello Martinez Hipólito, da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares de Santa Catarina.

O SR. CAPITÃO DA PM MARCELLO MARTINEZ HIPÓLITO - Senhor presidente e senhores deputados, represento a Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares - cerca de 96% dos policiais da ativa.

Senhores deputados, a nossa preocupação como entidade representativa dos oficiais da Polícia Militar é quanto ao respeito à entidade como uma entidade de caráter nacional e com *status* constitucional. Pedimos que os senhores parlamentares, ao apreciarem os projetos enviados pelo Governo, dos quais, dos 12 projetos, 9 projetos, de forma direta ou indireta, tratam a respeito da Polícia Militar, que respeitem, sobretudo, as instituições Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares. Essas instituições são o baluarte de defesa do Estado democrático de Direito, são o único segmento do Poder Público que circulam 24 horas por dia nas ruas de Santa Catarina; que sempre são solicitada quanto menos o Estado e a própria sociedade funcionam.

Queremos ressaltar, senhores deputados, que nesse sentido a Constituição federal é bem clara: que compete exclusivamente à União legislar sobre matéria afeta às instituições militares estaduais. Infelizmente, alguns dos projetos enviados extrapolam essa competência legislativa que, historicamente, não é só neste momento, tem sido desrespeitada.

A nossa intenção aqui é muito mais alertar os senhores deputados para que seja observado o artigo 20, inciso XXI, da Constituição federal, que diz: "Confere a União à competência privativa para legislar sobre normas gerais de organização, material bélico, efetivos, garantias, convocação e mobilização dos policiais militares e corpos de bombeiros militares."

Esse é um limitador. Não somos contra a modernização do Estado, mas nesse aspecto a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares devem ter as suas garantias respeitadas.

Senhores deputados, também nesse aspecto o projeto de reforma administrativa, o PLC nº 0001/07, atenta, por exemplo, o Decreto-Lei nº 667, a Lei Orgânica das Polícias Militares, quando determina que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares fiquem subordinados diretamente ao governador do Estado. A função do secretário de Segurança seria eminentemente de gestão, de organização e de coordenação dessas instituições. É fundamental manter esse caráter como forma de tentar defender as instituições militares da ingerência política negativa, com a qual temos sofrido nos últimos anos.

Ainda, o próprio projeto de reforma administrativa não respeita a competência constitucional da Polícia Militar, que é a preservação da ordem pública e a polícia ostensiva, passando essas atribuições para a Secretaria de Segurança. Seria uma clara inconstitucionalidade.

Repetindo, senhores deputados, nós da Polícia Militar temos essa singularidade do *status* constitucional, e não só isso, mas a nossa competência está delimitada na Constituição federal, artigo 144, parágrafo 5º. Nesse sentido, pedimos atenção.

Nós tivemos o cuidado, senhores deputados, de entregar uma minuta com todas as nossas proposições, com críticas ao eminente relator, deputado João Henrique Blasi, e, oportunamente, logo passaremos a todos os deputados as nossas indagações e sugestões de suprissão e alteração dos dispositivos.

Nós temos especial preocupação com o corpo temporário de inativos, que deve seguir legislação federal, como ressaltado, incluindo, inclusive, a questão do Bombeiro Militar que não foi colocada.

Gostaríamos, como uma instituição singular dentro do Estado, de nos colocar à disposição para esclarecimento não só do próprio Governo, que infelizmente não é só, como ressalto, desse Governo o desconhecimento dessa particularidade, mas nos colocar à disposição de todos os senhores deputados para o esclarecimento, a fim de que se preserve essa instituição de caráter nacional. Vejam os senhores que hoje temos policiais militares na Força Nacional, e por isso essa necessidade de uma harmonia em termos de uma legislação federal. Hoje é o Rio de Janeiro, amanhã pode ser, e esperamos que não, que seja Santa Catarina que precise do envio de Força Nacional. Por isso essa necessidade de certa homogeneidade no tratamento das polícias militares no plano nacional, e por isso as características peculiares devem ser preservadas em termos de Polícia Militar.

Nos próximos dias encaminharemos aos senhores as nossas proposições de alteração das reformas. E ressaltamos, senhores, que tomem cuidado, porque dos doze projetos encaminhados, nove tratam de forma direta ou indireta da Polícia Militar.

Muito obrigado, senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio) - Concedo a palavra ao senhor Maurino Silva, do Sintespe, por até cinco minutos.

O SR. MAURINO SILVA - Bom-dia, senhor presidente e demais autoridades aqui presentes: bom-dia a todos os servidores públicos deste Estado aqifredor.

Quero iniciar minha fala dizendo que o governo, para ganhar as eleições, anunciou na imprensa o crescimento da receita do Estado e o equilíbrio das finanças. Hoje o governo anuncia um rombo de R\$ 1,7 bilhão, que não é proveniente da folha de pagamento de pessoal, como alega a imprensa, para justificar o (*inaudível, por falha do microfone*) do Estado, os compromissos assumidos para ganhar a eleição. O que causa estranheza é que agora, depois de ganhar as eleições, aparecem as mazelas desse governo. Sabemos que a receita do Estado, durante o governo Luiz Henrique da Silveira, cresceu 56% e que a despesa com folha de pagamento está em 41% da receita líquida disponível.

Senhoras deputadas e senhores deputados, a gratificação fazendária é um direito de todos os servidores. A gratificação agregada, como justifica o governo, foi um privilégio cedido por lei aos cargos comissionados. Agora querem entregar para a iniciativa privada o desmonte do Estado de Direito, os serviços públicos gratuitos e de qualidade.

O governo fala em uma bancada de 27 deputados, e aí quero alertar a todos, não só aos deputados, mas à sociedade: esses parlamentares têm que estar a serviço do povo e não de uma política de Estado mínimo. (Palmas.)

Sobre o projeto de reforma, nós não temos nada de bom para falar, pois ele não traz benefício para os servidores nem para a sociedade. Ele só traz benefício para os empresários entregando para a iniciativa privada tudo aquilo que o Poder Público tem que dar em troca para os servidores, através dos seus recursos que constroem neste Estado (*sic*).

Era isso, senhor presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio) - Concedo a palavra ao senhor Antônio Batistti, do Sintespe. (Pausa.) Não estando presente, passamos a palavra ao próximo inscrito, senhor Jayson Nascimento.

O SR. JAYSON NASCIMENTO - Senhores deputados e demais autoridades presentes, quero pedir licença para saudar os gloriosos sindicatos e as gloriosas associações que, de fato, representam os servidores deste Estado, em especial a aguerrida categoria desses servidores. Infelizmente não tive a oportunidade de ouvir todos, pois cada vez fica mais difícil entrar nesta Casa, intitulada a Casa do Povo.

Uma verdade o ex-secretário e hoje deputado Marcos Vieira falou: o esforço da bancada governista para haver uma única audiência pública, porque deveriam ser várias audiências públicas. (Palmas.)

É lamentoso a manifestação do deputado Serafim Venzon, que falou em servidores do governo. Nós somos servidores do Estado (*palmas*). E quando diz também que servidores são úteis, úteis como colaboradores do governo. Temos é que colaborar para com a (*inaudível, por falha do microfone*) deste Estado, dos cidadãos catarinenses. (Palmas.)

A reforma administrativa traz concentração de poder nas mãos dos secretários das SDRs. A extinção de gratificação que sempre serviu de estímulo (*inaudível, por falha do microfone*) e produtividade, logo após ter sido estendido o percentual (*inaudível, por falha do microfone*) da mesma num período pré-eleitoral, com a promessa de conceder os 85% restantes, agora está aí a extinção da gratificação. Estende 15% no período pré-eleitoral, e depois a promessa de 85% não é cumprida.

Nós queremos é concurso público em vez do serviço auxiliar temporário na PM, do corpo temporário de inativos na SSP e da prorrogação dos contratos temporários na saúde (*palmas*)! Nós queremos é o pagamento dos precatórios, o pagamento de indenização e o aluguel sobre os imóveis cedidos pelo Ipes! Nós queremos que as ações de cultura fiquem a cargo da Secretaria da Cultura em vez de entregar ao Badesc, cujas ações não podem ser desvinculadas do retorno financeiro! Queremos a Biblioteca Pública, o TAC e a Casa dos Açores sob a administração do Estado, com maiores investimentos para servir à comunidade! (Palmas.)

Quero dizer também que está lá na reforma administrativa a previsão da realização de seminários quadrimestrais dos secretários das SDRs. Só se for para voltar a farra das diárias, como a gente sabe! Servidor em cargo comissionado, em função de confiança, tem que ser servidor público efetivo, de carreira! (Palmas.) E vamos lutar por concurso público e por um serviço público de qualidade para a comunidade!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o senhor Odair Rogério da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores de Água e Esgoto.

O SR. ODAIR ROGÉRIO DA SILVA - Bom-dia, senhor presidente, senhores deputados desta mesa, senhoras deputadas, companheiros e companheiras, trabalhadores e trabalhadoras, acho que muito bem apontou o Mário quando falou aqui também em nome do Fórum, sobre a necessidade de a gente ampliar este debate. É difícil fazermos a discussão de um projeto dessa envergadura numa audiência pública que se resume a uma ou duas horas, dada a complexidade e a importância que essa reforma tem para o Estado de Santa Catarina.

Então, como reivindicação, e acho que outros companheiros, outras entidades irão se manifestar aqui, é necessário que a gente possa continuar fazendo essa discussão nas regiões. Acho fundamental que as regiões participem do debate.

Quanto à Casan - e aí eu represento o Sindicato dos Trabalhadores da Casan -, estamos sempre nesta Casa fazendo a discussão sobre a Casan. Entra ano, sai ano, e nós estamos aqui! No ano passado transferiram os ativos da Casan para a SC Parcerias. Estamos aí numa luta feroz contra a municipalização... E olhem, digo para vocês, senhores deputados e plenária, está instalado o "hidronegócio" em Santa Catarina, o comércio da água está instalado em nosso Estado. E este ano estamos de novo discutindo a Casan, no sentido de transferir o controle acionário, alienar o controle acionário para qualquer um, podendo ser capital privado...

Mas será que ainda não caiu a ficha dos parlamentares e do Executivo em relação ao papel estratégico que significa a Casan para o Estado de Santa Catarina? No sentido de proceder ao desenvolvimento sócio-econômico, da saúde dessa população!? Não caiu essa ficha ainda em relação ao papel que tem essa empresa para o saneamento público, que lamentavelmente por trinta anos teve sucessivas más gestões!?

Gostaria até de fazer uma menção aqui ao deputado Darci de Matos, que hoje está nesta Casa. Lembro que quando estive participando de uma audiência pública na cidade de Joinville, disse aos vereadores (e o deputado Darci de Matos, na época, era presidente da Câmara Municipal): olhem, é natural que todo parlamentar busque alçar vãos mais altos, e possivelmente alguns dos vereadores dessa Casa podem chegar à Assembléia Legislativa. E hoje vemos aqui o deputado Darci de Matos, que naquele período não teve espírito de solidariedade com a população de Santa Catarina, porque a arrecadação da Casan tem que financiar, tem que subsidiar os municípios pobres do nosso Estado (*palmas*). Quem vai financiar os municípios pobres do nosso Estado se não são os grandes municípios!

E a discussão que a gente vê nos grandes municípios é que se arrecada três milhões, quatro milhões, cinco milhões e vai tudo para Florianópolis, mas que os municípios deveriam ficar com a arrecadação da Casan. Cadê o espírito de solidariedade dos parlamentares? Essa é a discussão que nós temos que colocar na mesa, ou seja, qual o papel que cada empresa representa para o nosso Estado. Está aí o Ciasc também na berlinda, transferindo o controle acionário, enfim, alienando: a ZPE, que é um "cabidaco", mas que tem patrimônio público, tem que se fazer a discussão do que vão fazer com aquele patrimônio; é a SC Gás!... Qual é o papel do Estado? Será que é lógico ser neoliberal ainda? Em 2007 um Estado mínimo!?

Essa é a reivindicação do setor das empresas em relação à reforma: temos que ver o papel dessas empresas. Queremos, sim, um Estado forte e com empresas que possam prestar um serviço de qualidade e com eficiência a toda a população de Santa Catarina! A universalização dos serviços (*palmas*), que é isso o que população precisa, ou seja, que os municípios de baixa renda tenham água e esgoto de qualidade. Saúde! A cada real investido em saneamento se economiza R\$ 4,00 num leito de hospital, e não sou eu que falo, é a Organização Mundial da Saúde. É esse o papel estratégico da Casan!

Portanto, somos contra e exigimos a retirada desse artigo. E queremos trabalhar, aí, sim, deputado Grando, acho que você vai dar uma grande contribuição para invertermos a lógica dessa reforma. Precisamos fortalecer essa empresa para que ela possa gerar energia, gerar emprego, para que ela possa trabalhar com resíduos sólidos. (*Palmas*.) É preciso fazer o caminho contrário: não o seu esvaziamento, mas, sim, o seu fortalecimento para que ela possa cumprir o seu papel.

Desejamos a todos uma boa audiência e achamos que é necessário, sim, ter outras audiências.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Gelson Merísio) - Com a palavra a senhora Patrícia Juliana Barzan, presidente do Comitê da Bacia do Rio Araranguá.

A SRA. PATRÍCIA JULIANA BARZAN - Bom-dia, senhores deputados e todos os presentes, eu estou hoje presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e participo do Fórum Catarinense dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado, e vim aqui a esta Casa trazer uma moção sobre a estrutura que pretende dar essa nova reforma à Diretoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, que por sua vez será extinta e substituída pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Essa diretoria, que já tem uma estrutura pequena, conta com apenas uma Gerência de Outorga e Controle e uma Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos, mas nessa nova reforma pretende-se extinguir a Gerência de Planejamento, justamente num momento em que o Estado acabou de contratar uma consultoria, com recursos do Ministério do Meio Ambiente, para executar o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina! Justo num momento em que acabamos de aprovar, em nível federal, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, plano esse que nos guiará, como um pacto em nível de Estado, na solução dos problemas que ocorrem no dia-a-dia com estiagens, com inundações, com barragens, com falta de água para abastecer as atividades, sejam elas da agricultura ou de abastecimento humano.

Portanto, eu vim aqui em nome do Fórum, em nome dos alunos da Furb, do curso de Capacitação de Gestores de Recursos Hídricos, pedir a esta Casa que reveja a posição ao dimensionar a estrutura dessa Diretoria de Recursos Hídricos, ao mesmo que fazer a entrega ao presidente da Comissão, deputado Onofre, da moção que nós fizemos, de um abaixo-assinado pedindo que esta Casa reveja a sua posição. O

Obrigada. (*Palmas*.)

(*Procede-se à entrega de documento ao presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Onofre Santo Agostini.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Gilmar Salgado dos Santos, da Conlutas.

O SR. GILMAR SALGADO DOS SANTOS - Bom-dia a todos e a todas, aos deputados, aos trabalhadores, aos sindicalistas, aos movimentos sociais e à juventude. Nós, da Conlutas, estamos participando do Fórum de Lutas e somos categóricos, assim como as outras entidades, ao afirmar que somos totalmente contrários a essa contra-reforma, que não tem nada de reforma para melhorar. Essa é uma contra-reforma, como já foram feitas outras em nível nacional, como na gestão do Fernando Henrique e na gestão do senhor Luiz Inácio. São reformas que vêm no sentido de prejudicar o serviço público e retirar direitos dos servidores públicos e da sociedade. Portanto, nós rejeitamos categoricamente.

Sabemos que o governo tem maioria - inclusive o deputado aqui já se vangloriou disso -, mas nós, funcionários públicos, também temos maioria e vamos mobilizar essa sociedade para impedir tanto essa reforma. O governo está com pressa, nós sabemos disso, tanto que está anunciando a votação para o dia 27 ou para o início de abril.

Então eu acho que esse é um compromisso nosso, da Conlutas e do Fórum de Lutas, que é o de mobilizar todos os trabalhadores do nosso Estado para que venham para Florianópolis, que tomemos literalmente Florianópolis, que paremos esta Capital para mostrar que o governo Luiz Henrique (*palmas*) não tem nada de democrático e nada de descentralizado. Ele não está passando o poder para a população, está passando o poder para os seus cabos eleitorais aprofundarem as políticas neoliberais em Santa Catarina! E o caso da Casan é emblemático, porque foi exatamente o senhor Luiz Henrique o primeiro a botar a mão e destruir a Companhia de Águas e Saneamento através da palavra municipalização, que por detrás se escondem os interesses de grupos estrangeiros, que é a privatização da água. É isso o que nós estamos vendo!

Então, na verdade, Luiz Henrique é o governo que merece ser chamado de demolidor da estatal de saneamento de Santa Catarina, e isso mais tarde vai se refletir na sociedade. E todos têm que saber que em Santa Catarina são mais de 180 municípios, sim, que só tem água porque a Casan existe, porque os trabalhadores garantiram isso nesses trinta anos. Com a municipalização e a privatização desse serviço, a população de Romelândia, de Canelinha, de Jaborá, de qualquer localidade pequena, como Iraceminha, lá no oeste de Santa Catarina, Maravilha, vai sofrer graves consequências, porque nem no meio urbano e nem no rural dessas cidades tem sequer coleta de saneamento e tratamento de água.

Então nós, da Conlutas, queremos dizer mais uma vez que na Corsan, no Rio Grande do Sul, e na Sanepar os trabalhadores também estão sabendo o que está acontecendo, e nós vamos contar com eles, porque lá o governo não está destruindo, lá os trabalhadores e a população estão fortalecendo essas empresas estaduais. Por isso nós precisamos ter esse entendimento.

A gestão democrática não é criar cabide de emprego, não é pagar bem o funcionário do partido do governo! É o trabalhador, junto com a sociedade, decidir como deve gestar esse serviço público (*palmas*) e não o governo. Enquanto o governo nomeia os presidentes das estatais e seus cargos comissionados, pouca coisa melhora, mas quando a população pega os serviços, colocando-os em suas mãos, os serviços melhoram.

Nesse momento, na contramão da história, o governo de Santa Catarina e o governo Lula continuam aplicando as políticas neoliberais, mas na Argentina, na Bolívia, na Venezuela e no Equador os trabalhadores já chutaram a bunda (*sic*) das multinacionais da água e da energia e desprivatizaram tudo o que havia sido privatizado! Isso aconteceu bem pertinho daqui e vai acontecer aqui também, porque nós acreditamos na nossa condição de nos organizar para mudar essa situação!

Aqui em Santa Catarina estão os grupos franceses, portugueses e canadenses junto com o governo neoliberal de Luiz Henrique querendo privatizar a água através da municipalização. E é isso o que está em jogo! E aqui tem o projeto da alienação, que na verdade é a venda total. Mas nós já impedimos que o governo do PMDB privatizasse a Casan na gestão do Paulo Afonso, e vocês se lembram muito bem! Fomos para as ruas e conseguimos, e vamos conseguir novamente! Não vamos admitir que isso aconteça com o Ciasc, com a Celesc, com o Besc ou com qualquer outra empresa pública.

Nós entendemos que é o momento de reestatizar tudo o que foi privatizado na gestão do Fernando Henrique, porque aqui neste país, neste Estado, a média salarial do nosso trabalhador é de R\$ 500,00, R\$ 600,00, e nós precisamos de mais, mais e mais serviços públicos, não gerenciados por falsos politíqueiros, mas pela população e para a classe trabalhadora através de uma gestão democrática! E gestão democrática é o que estão fazendo hoje os professores deste Estado, através do Sinte, que estão lutando pela eleição direta dos diretores! (Palmas.) E esse governo autoritário do Luiz Henrique desmente seu discurso e não dá posse aos diretores! É essa a gestão do serviço público que nós queremos: pais e alunos, a comunidade que paga o serviço decidindo como ele deve ser gerenciado!

E isso nós vamos conseguir com muita luta. Fórum de Lutas, vamos nos unir e derrotar essa contra-reforma que fere o serviço público e prejudica a vida da população!

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - O próximo inscrito é o senhor Jair Batista Ramos, da Ufeco, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. JAIR BATISTA RAMOS - O meu bom-dia a todos. Eu sou militante dos movimentos sociais aqui de Florianópolis, neste ato representando a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco).

Senhoras e senhores, o nosso trabalho aqui na cidade tem sido o de organização das entidades comunitárias em busca da democracia participativa. E há muito tempo já vimos denunciando os atos arbitrários do governo do Estado e também do governo municipal, que nos têm impedido de participar e efetivar, realmente, a democracia participativa na nossa cidade e no nosso Estado.

Essa falsa democracia participativa, através da descentralização do governo do Estado, tem sido um engodo, já que tem maquiado a democracia participativa, principalmente pelo uso dos meios de comunicação, através da chamada propaganda institucional, em que o governo do Estado gastou em torno de R\$ 70 milhões na sua primeira gestão para legitimar seus atos de uma democracia velada, que é um engodo de democracia participativa.

Eu gostaria, nesse sentido, de relatar aqui algumas questões que realmente vêm enfatizar o que estou falando. Nós já denunciemos aqui a questão do orçamento regionalizado, que foi amplamente discutido em todos os municípios e, infelizmente, não foi acatado pelo senhor Luiz Henrique da Silveira. Ou seja, foram feitas audiências públicas para discutir o orçamento regionalizado mas, na hora da sua efetivação, isso foi ignorado pelo senhor Luiz Henrique da Silveira.

A questão do transporte integrado para a Região Metropolitana também tem sido um verdadeiro engodo aqui nesta cidade. Estou até trazendo um exemplo de um encarte do jornal em que está colocado "Região Metropolitana no ano de 2020". Se bem que aqui também tem muita coisa enganosa.

Como estou falando da questão do transporte metropolitano, gostaria de dizer que no ano passado foi realizada uma audiência pública, aqui na Assembléia Legislativa, pela base governista, liderada pelo então deputado Djalma Berger, simplesmente para discutir o transporte integrado para a Região Metropolitana, sendo que na audiência pública estavam apenas o deputado, alguns da base governista e os empresários, e a sociedade nem foi convidada a participar. Nós aqui estivemos e denunciemos esse engodo de audiência pública, que veio legitimar um projeto que estava na mesa.

Também em relação ao transporte integrado, nós temos uma luta nesta cidade para a efetivação desse transporte integrado que realmente atenda à população. Infelizmente nós estamos sendo impedidos inclusive de discutir com a sociedade e de divulgar a questão desse transporte, que é uma verdadeira caixa-preta nesta cidade. Inclusive no ano passado fomos agredidos por uma gangue de seguranças privados, contratados para reprimir a democracia participativa nesta cidade, amparada pela polícia, pela segurança pública deste Estado, que estava ali para proteger os capangas contratados para nos agredir. Nós fomos amplamente recriminados, inclusive alguns dos nossos estão sendo processados criminalmente por fazer parte da democracia participativa.

A própria eleição para diretores nas escolas, como citou o nosso amigo Gilmar, está sendo um absurdo. Nós estamos na defesa da posse dos diretores das escolas estaduais, que foram eleitos, o que realmente vem reafirmar essa democracia representativa que está em falência através do uso velado da propaganda enganosa, do uso da mídia, passando uma falsa imagem à sociedade de que ela está participando, que está sendo cúmplice dos atos do governo, e isso não é verdade! Nós, da sociedade civil, estamos inclusive denunciando o uso do dinheiro público com propagandas enganosas, com questões que não retratam a democracia participativa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Neudi Giachini, presidente da CUT/SC.

O SR. NEUDI GIACHINI - Quero cumprimentar todas as lideranças sindicais, comunitárias e populares que estão neste plenário, os parlamentares - e agradecer à Comissão pela proposição desta audiência pública, ao mesmo tempo em que lamentamos por ser apenas uma única audiência - e as demais autoridades presentes.

Antes de tudo gostaria de dizer que, infelizmente, a gente não consegue vir aqui e fazer propostas num espaço de cinco minutos! Não há como você propor alguma coisa com um pacote deste tamanho, tendo apenas cinco minutos. Mas gostaria de começar a minha intervenção perguntando aos parlamentares catarinenses quantos debates eles fizeram nas suas próprias regiões, com seus eleitores? Alguém fez esse debate?

Ouvi muitos parlamentares dizendo que estão aqui para ouvir, inclusive assim disse o secretário Carminati, que estão aqui para nos ouvir. Nós não queremos ser ouvidos, queremos que debatam com a gente, queremos fazer o debate, que é diferente de simplesmente ouvir. Não queremos apenas ser ouvidos, nós queremos que seja feito o debate. E fazer o debate é garantir um processo de participação de toda a sociedade, de toda a organização.

Aproveito para fazer o relato de um fato ocorrido na semana passada, quando fiquei surpreso com a surpresa do deputado Moacir Sopelsa, ex-secretário da Agricultura, que ao ser entrevistado pela Rádio Rural de Concórdia foi-lhe perguntado sobre o que achava de Jaborá ser incluída na regional de Joaçaba, e ele disse: "Estou surpreso, não sabia. Estou sabendo agora e tomarei todas as providências para que isso não aconteça. Farei com que Jaborá continue na regional de Concórdia." Com isso eu fico me perguntando: se o deputado, ex-secretário, não sabe, como é que nós, da sociedade civil, vamos saber de um projeto que chega a toque de caixa nesta Casa!? (Palmas.) Inclusive eu não iria falar, porque no início disseram que o deputado não estava presente e eu não gostaria de fazer essa colocação se ele não estivesse presente, mas até posso requisitar a fita e trazer para vocês.

Então a responsabilidade desta Casa é muito grande. Se de fato querem ouvir a sociedade, querem debater com ela... Eu não estou aqui me colocando contra a reforma, não! O meu entendimento é que a reforma tem que vir para melhorar a vida do cidadão. Então, por favor, parlamentares catarinenses, retirem o projeto e façam o debate com a sociedade. (Palmas.) Essa é a proposta que nós temos, essa é a proposta do Fórum e gostaria que vocês fizessem isso. Se houvesse mais tempo, eu faria mais algumas propostas aqui.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra a eminente vereadora Ângela Albino, da Câmara Municipal de Florianópolis.

A SRA. VEREADORA ÂNGELA ALBINO (Florianópolis/SC) - Bom-dia a todos e a todas.

Eu queria situar esse debate em dois campos distintos: um de forma e um outro de conteúdo. Quanto à forma, a gente viu a representação do governo e também a base do governo dizer da tradição democrática de Luiz Henrique para trazer este debate aqui.

Senhores, debate não é darmos cinco minutos para cada entidade e dizer que isso está bom e que está cumprido o requisito! Democracia não é uma forma, democracia é uma vivência! E se querem fazer um debate democrático, é necessário que possamos intervir! (Palmas.) Perdoem-me o termo deselegante, mas é preciso se livrar dessa esquizofrenia, porque se o governo diz que a democracia é levar a descentralização através das Secretarias de Desenvolvimento Regionais, mas não permite o debate através dessas mesmas Secretarias, isso é sofrer esquizofrenia. Ou bem serve para a democracia, ou bem serve para descentralizar o governo! Nós precisamos saber exatamente o que o governo pensa sobre as suas Secretarias, que servem para descentralizar o serviço, mas não servem para nos apropriarmos do debate.

A base do governo se surpreendeu quando o projeto veio para esta Casa. E como é que nós, da sociedade civil, estamos debatendo isso? Senhores, nós temos uma dificuldade colocada aqui, e se há disposição do governo, se há disposição... E aí apelo à base do governo, que tem tradição democrática, ao deputado Sérgio Grandó, ao deputado João Henrique Blasi, que façam essa intervenção no governo e possibilitem a ampliação do debate, porque não é democrática a forma como ele está colocado até agora! Não é democrático dizer para nós como vamos fazer, sem sabermos de qual conteúdo se trata. (Palmas.) Para isso nós precisamos fazer mais audiência pública. Não podemos fazer audiência pública *pro forma*! Temos que fazer audiência pública que viabilize de fato o debate! É esse o apelo que a gente faz, independente de qual base pertença, se a oposição ou se a do governo, mas que tenha uma linhagem democrática que facilite e intensifique essa fala com o governador para possibilitar o debate.

O que é, de fato, um debate democrático? Se o governo achasse que democrática é essa reforma, teria colocado ela antes das eleições para submetê-la ao crivo popular. (Palmas.) Eu quero saber se quem é do Hemosc votaria em Luiz Henrique de novo, sabendo que aquele trato construído - eu sei que vocês têm um interlocutor privilegiado nesta Casa, mas temos que abrir os olhos - com a luta do Hemosc, com a luta do Cepon e com um diálogo da sociedade que foi quebrado na proposta enviada para esta Casa!? Só isso já bastaria para quebrar o voto de confiança! (Palmas.)

Eu quero saber dos trabalhadores da Biblioteca, dos trabalhadores da Casa Açoriana, dos trabalhadores do TAC, e mais do que isso, da base da sociedade que constrói a cultura neste Estado, se consideram democrático que Luiz Henrique tente municipalizar e entregar às moscas o Teatro - porque nós sabemos que Dário Berger colocou um lixão ao lado do nosso Teatro, então imaginem quando ele puder contribuir para toda a administração do nosso Teatro!?

Eu quero saber se os trabalhadores da Casan votariam de novo em Luiz Henrique se soubessem que ele pretende agora tirar o controle acionário, que é do Estado, garantindo esse serviço essencial de fornecimento de água, muito mais agora, depois da Lei 11.445, com todo o resíduo sólido, com todo o manejo e com todas as discussões em torno de recursos hídricos; se soubessem que tão logo ele tomasse posse enviaria para cá um projeto de lei reformando o Estado e dizendo que não quer mais o controle acionário dessa estatal, que foi criada não neste governo, não no governo passado, mas com a solidariedade e com o suor dos trabalhadores da Casan e do povo catarinense, que entenderam com muita sabedoria que Trombudo Central tem que ter saneamento da mesma forma que Florianópolis, e por isso criamos o sistema solidário!?

E se me permitem, talvez a maior ofensa embutida nessa reforma vem exatamente da Casan, porque não atinge os trabalhadores, mas toda a concepção de saneamento básico e, portanto, da nossa saúde no Estado inteiro. Não por acaso a representação sindical do Sintae, o companheiro Odair, colocou aqui o perigo que está colocado para nós... Quem não está acompanhando as empresas da França e de Portugal vindo atrás de Santa Catarina por agronegócio. Privatizar a Casan, que é o que corresponde perder o controle acionário, caminha ao encontro desses interesses internacionais que estão dentro do nosso Estado querendo que nós percamos a Casan, que nós entreguemos esse patrimônio, que é a água, para o capital internacional.

Por fim, gostaria de dizer que temos, sim, minoria nesta Casa, mas nós temos maioria na rua, e disso não vamos abrir mão! (*Palmas.*) E faço um apelo final aos parlamentares e às parlamentares desta Casa: é muito importante lembrarmos que se o Luiz Henrique pode ser acusado de traição porque não nos trouxe esse projeto ao crivo das eleições, esta Casa, se o aprovar, não só vai ser traidora como vai ser subserviente, porque já sabe que o povo não quer a reforma como está! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Romero de Souza, do Fórum de Lutas e da CUT.

O SR. ROMERO DE SOUZA - Em nome da Central Única dos Trabalhadores e do Fórum de Lutas quero desejar um bom-dia a todos.

Inventar reforma administrativa não é novidade nesse governo, essa é a terceira reforma administrativa. Lembro, como funcionário da Celesc que sou, que na segunda edição de reforma administrativa, o órgão que estava para ser privatizado era a Celesc, e só com a luta e a mobilização dos trabalhadores da Celesc é que conseguimos conscientizar a sociedade que era um mau negócio vender o setor elétrico, mas mesmo assim respingou alguma coisa, pois através da cisão foi dividida a empresa e o parque gerador foi colocado para a privatização.

A bola da vez neste momento é a Casan, o Ciasc, as bibliotecas e, pasmem, a cultura. É interessante que enquanto o governo federal revê as privatizações feitas no governo Fernando Henrique, o Luiz Henrique vem investindo justamente na contramão da história, numa discussão neoliberal de Estado mínimo, em que coloca todas as empresas para a privatização.

Temos discutido no Estado, através de seminários, a questão dos coronéis... desculpem, dos supersecretários. E nós os confundimos com a questão dos coronéis porque eles vão ficar com amplos poderes. A população de Santa Catarina elegeu o governador, sim, não com uma diferença muito grande, porque 100 mil votos não é muito grande, está praticamente com a metade, mas não elegeu supergovernadores regionais, que ficarão com superpoderes, no mesmo nível de governador. E a população não os elegeu! Muito pelo contrário, pois as pessoas que estão sendo colocadas como secretários regionais são perdedores, são políticos que não se elegeram e agora estão sendo colocados, por subserviência ao governo, como secretários.

E a gente fica preocupado, porque empresas como a Celesc, a Casan, o Ciasc e vários órgãos públicos são colocados para a administração de forma pública, democrática, para a população de uma maneira geral. E muitas ações, muitas obras têm que ser feitas de forma técnico-política. Ficamos preocupados quando um coronel... desculpem, um secretário desse assume uma pasta, porque vai querer fazer a política dos amigos, fazendo com que as ações técnicas da Celesc, da Casan e por aí vai sejam colocadas de forma político-político, visando apenas o fortalecimento político do senhor Luiz Henrique.

Uma outra colocação que eu gostaria de fazer é a seguinte: na exposição de motivos está escrito assim: "Extinção de gratificações incompatíveis com o orçamento do Estado e extinção de 30% dos cargos comissionados." Eu gostaria que vocês lembrassem quando foram criadas essas gratificações incompatíveis? Justamente em 2006, nas vésperas das eleições. E naquela oportunidade dizia que seria cumprida a partir de 2007, mas antes de cumprir ele entra com a reforma administrativa extinguindo o cargo. A criação dessas gratificações e desses cargos nos dá o direito de pensar o quê?

Por último, gostaria de dizer que no ano passado o Governo alardeou na imprensa de uma maneira geral que economizou com aquela reforma administrativa cento e cinquenta milhões. Eu gostaria de saber onde foram investidos esses cento e cinquenta milhões, se novamente ele vem com uma reforma para gerar caixa!? Eu não sei se faz parte do pacote, mas lembro que no final da gestão passada do governo a SC Gás foi vendida para a Celesc, e espero que não tenha sido para criar caixa para fechar as contas do governo.

Esses são alguns pontos que levamos e discutimos nos seminários. As dúvidas são grandes, as reclamações são grandes. São reclamações dos professores, do pessoal do Deinfra, que está proibido de trabalhar - e realmente está, porque as estradas estão cheias de mato (*palmas*), não se vê as placas. Nós fomos conversar com eles, que disseram que estão sendo proibidos de trabalhar. Eu me lembro que essa estratégia foi usada na Celesc para que a população tivesse maus olhos ao serviço público, ao serviço prestado à população.

A proposta do Fórum de Lutas e da Central Única dos Trabalhadores, em razão das dúvidas que pairam sobre esse projeto, é no sentido de que o mesmo seja retirado para que façamos uma ampla discussão com a sociedade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Ronaldo Gariglio Barreto de Andrade, do Sindicato de Processamento de Dados.

O SR. RONALDO GARIGLIO BARRETO DE ANDRADE - Senhor presidente, deputados e deputadas, autoridades e demais presentes nesta audiência pública, faço parte da direção do Sindicato dos Empregados de Processamento de Dados e, neste momento, estou representando os trabalhadores do Ciasc.

Inicialmente eu gostaria de desmistificar a posição deste sindicato. A impressão que fica é que somos contra qualquer reforma apresentada pelo governo do Estado. Muito pelo contrário, cremos na necessidade de uma reformulação do modelo de gestão que traga eficiência, eficácia, efetividade e relevância aos serviços prestados à sociedade catarinense no setor público. E mais, que traga transparência e moralidade na execução desses serviços, o que nesse projeto não está contemplado e que não está amplamente discutido com a sociedade. Esse fórum aqui não quer fazer esse debate com a produção de somente uma audiência.

Atualmente, a transparência só é possível com a gestão de informações confiáveis, precisas e legais. O Ciasc foi criado há mais de trinta anos com o objetivo de atender esses requisitos, isto é, processar as informações do Estado e proporcionar ao governo a gestão das informações, racionalizando os recursos e garantindo a segurança das informações estratégicas do Estado e do cidadão.

O perigo da privatização ou da alienação do Ciasc. O Ciasc é uma empresa de retaguarda do governo, responsável por atividades meio, tais como o processamento, a guarda e a administração de informações, tendo por princípio fundamental o sigilo e a segurança. Dentre as informações sob a guarda do Ciasc, podemos citar: informações de dados pessoais, como número de CPF, endereço, carteira de identidade; informações de empresa, como situação fiscal, CGC, recolhimento de ICMS e outros impostos, endereços, dívidas; informações de veículos, como dados cadastrais, multas, proprietários, etc.; informações de segurança pública, como boletins de ocorrência policial (todas aquelas informações prestadas quando os cidadãos registram sua ocorrência estão à disposição do Estado, através do sistema do Ciasc); informações de compras e patrimônio público, como controle de material no estoque dos órgãos do Estado, controle e cadastro de bens patrimoniais dos órgãos públicos; informações de recursos humanos, dos servidores públicos, como os contracheques, e-mails e número de conta corrente. Essas atividades devem ter seu sigilo resguardado para assegurar lisura nas atividades. A perda do controle dessas informações poderá propiciar o uso das mesmas por empresas ou pessoas de má-fé, com objetivos ilícitos, como, por exemplo, a espionagem industrial.

Queremos enfatizar que as informações que o cidadão entrega ao Estado podem cair na Internet. O favorecimento em concorrências públicas pode ocorrer com o vazamento dessas informações. Todos esses dados fazem parte atualmente da segurança da sociedade, e o Estado tem o dever de guardá-las sob sua administração. Se hoje o Ciasc perdesse todas essas informações, o Estado quebraria. Quem tem as informações tem o poder. Caso seja aprovada a possibilidade da privatização ou alienação, o Estado tornar-se-á refém das empresas privadas. A guarda dessas informações da sociedade, por lei, frisamos, são de responsabilidade do governo.

No aspecto financeiro, o governo diz que o objetivo da reforma administrativa é cortar os custos do Estado. Do ponto de vista da tecnologia da informação, os gurus da área afirmam que a forma de desenvolver o sistema deve ser semelhante a uma linha de montagem de automóveis...

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Por gentileza, mais trinta segundos para concluir.

O SR. RONALDO GARIGLIO BARRETO DE ANDRADE - Senhor deputado, é difícil a gente permanecer aqui tentando expor um assunto de tão grande relevância num espaço de tempo tão pequeno como este. Vamos tentar falar o mais breve.

Numa matéria publicada no jornal A Notícia, do dia 19 de fevereiro deste ano, o próprio presidente do Ciasc disse: "Os custos do serviço do Ciasc aos cofres públicos hoje são de 1,129 milhão de reais por ano. Numa empresa privada, o desembolso seria de 12 milhões de reais por ano". Dez vezes mais, senhores deputados.

Concluimos nossa participação deixando algumas perguntas: e o governo eletrônico, como bem disse, como seria implementado? Por uma empresa privada? Por que não podemos aprender com a experiência de outros Estados, a exemplo do Paraná, que hoje detém todo o sistema? Por que precisamos desperdiçar recursos públicos para mais tarde saber que erramos?

Gostaríamos de ter mais tempo para poder expor, mas, infelizmente... Mas os demais sindicatos estarão aqui dando a sua contribuição. Assim, gostaríamos de pedir a retirada do artigo que coloca a possibilidade da alienação do Ciasc, da Casan e das demais empresas, bem como com a possibilidade de debatermos com a profundidade que esse assunto requer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra ao senhor Antônio Valmor de Campos, do Sinte.

O SR. ANTÔNIO VALMOR DE CAMPOS - Meus cumprimentos aos colegas sindicalistas, aos funcionários públicos, às autoridades, aos componentes da mesa.

Inicialmente, queria fazer um apelo, com muito respeito, à Casa: que os nossos representantes aqui não estivessem neste período somente de corpo, que eles pudessem ouvir realmente o que as instituições estão trazendo, porque somos representantes de um segmento significativo deste Estado que vai prestar o serviço de Estado lá para a população. É uma pena que não estejam todos aqui, e muitos talvez não estejam atentos o suficiente para ouvir o que realmente a gente gostaria de falar. (Palmas.)

Primeiro, gostaria de dizer que temos um compromisso de responsabilidade do Estado nesse processo chamado descentralização. Precisamos ter a clareza de que o Estado é um ente complexo, e, como tal, tem um conjunto de compromissos que não podem ser feitos a toque de caixa, que não podem ficar à mercê da vontade de determinados partidos políticos. É preciso que se levem em consideração e que se respeitem aqui a organização do Estado e a vontade da comunidade catarinense, implementando políticas de Estado que privilegiem e beneficiem a todos de igual forma.

Segundo, precisamos assegurar que o Estado de Santa Catarina garanta no mínimo, se for o caso, as condições dignas de atendimento aos serviços essenciais, sejam eles educação, segurança pública, saúde, cultura e qualidade no atendimento da água e do saneamento básico.

Na educação, quero me referir especialmente em nome do Sinte, dizendo que precisamos urgentemente na escola de condições técnico-pedagógicas. Precisamos, secretário Ivo Carminati, que seja cumprido aquele acordo da democratização da escola regulamentando o processo democrático (palmas), porque esse foi o acordo que fizemos no ano passado, e estamos ainda carentes de que ele seja cumprido para que a gente não precise fazer mais enfrentamentos com o governo do Estado quanto ao processo eleição/direção da escola. Porque fizemos acordo com o governo para elaborar, fizemos acordo para enviar a esta Casa, e, infelizmente, ainda não veio.

Precisamos preparar melhor os nossos profissionais, precisamos fazer o aperfeiçoamento continuado; agora, isso não pode ser feito apenas naquilo que pensa o governo, é preciso que se leve em consideração também a educação como um processo que é democrático, e esse processo envolve os profissionais da educação, sejam eles técnicos ou professores, e também a comunidade escolar, não deixando de fora os estudantes.

Por fim, quero falar que a qualidade da educação precisa de três critérios fundamentais. O primeiro é o suporte técnico-pedagógico, que hoje não funciona nas nossas escolas, porque falta laboratório funcionando (quando tem não funciona), falta profissional, nossas bibliotecas estão sucateadas e não há atendimento na maioria das escolas e, quando tem, os livros estão desatualizados. Também precisamos da democracia na escola, para que a comunidade escolar possa contribuir para o processo político-pedagógico.

E por fim, precisamos que os profissionais da educação estejam motivados, e para que isso ocorra são necessárias algumas coisas fundamentais. Primeiro, que tenhamos segurança, e não só segurança física, que às vezes nos falta também, mas segurança na hora de chegar à escola e saber quais aulas vamos ter, saber qual carga horária vamos ter, saber a segurança que vamos ter na hora de pedir, por exemplo, uma alteração de carga horária, na hora de pedir uma remoção, enfim, é uma segurança do ponto de vista da estabilidade psicológica que vamos ter.

Também é preciso que tenhamos salários dignos, porque se não tivermos condições de pagar as nossas dívidas, de comprar um livro, de nos aperfeiçoar, a gente não vai conseguir melhorar a qualidade da educação. (Palmas.)

E quero lembrar, senhores parlamentares, secretários, representantes do governo, que o Estado só tem um sentido de existir: se for para melhorar a vida das pessoas. Do contrário, não tem sentido existir. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o senhor Rossano Sczip, do Sinte, por três minutos.

O SR. ROSSANO SCZIP - Bom-dia a todos. Saúdo os trabalhadores presentes nesta audiência, os senhores deputados e as demais autoridades.

Gostaria de externar aqui o nosso sentimento, sentimento que passa pela categoria do magistério e principalmente pela direção do Sinte, qual seja, que este governo é marcado pela mentira e pela contradição, porque diz uma coisa e, na prática, faz outra.

No ano passado assinamos um acordo de greve... O senhor secretário Ivo Carminati está lembrado que o projeto de eleição para direção escolar viria até o dia 15 julho para esta Casa, e não veio. O sindicato tocou a campanha e realizou o processo eleitoral, e hoje está numa briga, numa disputa com o governo para que a decisão da comunidade escolar seja respeitada, para que as escolas não sejam mais alvo de políticas partidárias, para que as escolas não sejam mais alvo dos partidos políticos dando a linha da direção escolar, e sim que a responsabilidade das escolas seja repartida por elas.

Tanto o deputado Blasi, quanto o secretário Ivo Carminati disseram que a marca do governo é a descentralização, com o Estado mais próximo da comunidade. Como o Estado vai estar mais próximo da comunidade se quando a comunidade decide o rumo da escola isso não é respeitado? (Palmas.)

Vimos aqui cobrar dos senhores secretários, do Estado, do governo principalmente, que cumpram os acordos assumidos desde 2004, quando o então secretário da Educação Jacó Anderle se comprometeu com o processo eleitoral nas escolas.

Em 2005, o então secretário Diomário de Queiroz também se comprometeu com a gestão democrática, e no ano passado, depois de uma greve de trinta dias, o senhor Ivo Carminati com a secretária Elizabeth Anderle assumiram o compromisso da gestão democrática.

Não tem comunidade participando do processo democrático se não for permitido que ela decida o rumo da escola. As escolas que realizaram processos democráticos - e não só elas, as demais escolas do Estado todo - são marcadas por um processo de compromisso do Estado com a educação.

Todo o ano, desde o início dessa gestão, as escolas, sejam de Joinville, de Florianópolis, enfim do Estado todo, são marcadas pela interrupção das aulas por conta da ação da Vigilância Sanitária. Ela interrompe o início do ano letivo porque as escolas não têm condições mínimas de iniciar as aulas: é teto caindo, é ventilador caindo, é banheiro que não funciona, é escola que não tem papel higiênico, é escola que não tem assistência técnico-pedagógica, é escola com professor não sabendo a sua carga horária. Isso sem falar nos demais problemas que ultimamente vêm crescendo, como o da violência nas escolas.

Desde que assumimos a gestão do Sinte, temos cobrado do governador e do governo uma política definitiva para resolver o problema de violência que as escolas vêm enfrentando ultimamente. Todo ano a violência nas escolas vem crescendo consideravelmente, são professores agredidos por alunos e por pais de alunos, são alunos sendo esfaqueados, sendo vítimas até de balas na frente das escolas. Nas demais estruturas da escola, não tem bibliotecário, não tem apoio pedagógico, como o Antônio já referiu.

Gostaria de deixar bem claro que para nós, servidores públicos do Estado de Santa Catarina, não tem outra situação, não tem outro comprometimento para tirar daqui que não seja a luta. Quando esse projeto for para votação, nós temos que lotar esta Casa para dizer que nós não queremos a privatização do Hemosc e do Cepon, que não queremos a privatização da Casan, que não queremos a privatização do Ciasc (palmas), nós queremos o Estado cumprindo o seu papel, que é garantir saúde, educação, habitação e trabalho para todos.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o senhor Mário Zunino, do Hemosc.

O SR. MÁRIO ZUNINO - Senhor presidente, deputado Onofre Santo Agostini; deputados; colegas servidores públicos, especialmente os do Hemosc e Cepon.

Represento a Associação dos Servidores do Hemosc e do Cepon, o Movimento para a Manutenção do Serviço Público do Hemosc e Cepon e o Sintesáude.

Acho que a sociedade, os senhores deputados e as pessoas aqui presentes lembram que no ano passado nós nos mobilizamos como nunca e conseguimos que esta Casa aprovasse uma lei para manutenção do Hemosc e do Cepon como setores públicos.

Coletamos em todo o Estado de Santa Catarina 70 mil assinaturas, que culminou com a aprovação da lei. E pela vontade, pela oportunidade naquela época, pela singularidade, a lei foi aprovada e mantivemos o Hemosc e o Cepon públicos, sendo sua administração compartilhada com uma fundação não-estatal.

Isso foi dedução, por interesse da sociedade. Nessa reforma apresentada pelo governo a esta Casa, estranhamente, ao manuseá-la, estudá-la, não encontramos na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde as unidades Hemosc e Cepon. É uma forma de extinção, porque não está escrito literalmente na lei de reforma "extinção do Hemosc e Cepon". É uma forma de extinção, repito, é a omissão das duas unidades, deputado Venzon, na estrutura organizacional da secretaria.

Isso nos levou a uma preocupação, e novamente, apesar de estarmos sempre mobilizados, de fazermos contato com esta Casa, os deputados com os quais conversamos, inclusive o deputado Blasi, colocaram que foi um equívoco e que esse equívoco era possível de ser corrigido (tivemos o comprometimento do deputado Blasi de que esse equívoco ia ser corrigido), porque não poderia o Hemosc e o Cepon serem extintos da forma que foram, da forma como está na lei. E não adianta alguns deputados, alguns membros e alguns colegas dizerem que não está escrita na lei a extinção puramente, porque a omissão da estrutura da secretaria leva à extinção, sim!

Procuramos especialistas em Direito Público e assessores dos deputados, e todos foram unânimes em dizer que, se não for corrigida a lei, com a volta das duas estruturas para a estrutura organizacional da secretaria há, sim, uma extinção, e toda a sociedade já sabe como vai ser gerida: através de uma OS.

Acreditamos que essa não seja a intenção, segundo a palavra dos deputados, porque não conversamos ainda com o representante do governo, e se é essa a intenção, certamente o serviço do Hemosc e do Cepon serão absorvidos por uma OS.

Nós aprovamos a lei, e a sociedade não aceita que dois serviços públicos de qualidade, que são referência na América Latina e no Brasil, possam ser extintos de forma sorrateira por uma reforma política de administração do Estado. (Palmas.)

Nesse sentido, deputado Blasi e demais membros do governo, nós acreditamos no comprometimento feito pelos deputados nesta Casa, através de tramitação de emendas, nas quais serão colocadas novamente as duas unidades na estrutura organizacional da secretaria de Estado da Saúde, mantendo-se os serviços do Hemosc e do Cepon públicos, através de uma administração compartilhada, não entregando o serviço para uma organização social.

Nós queremos manter o serviço de qualidade, da forma que foi feito até hoje, porque assim a sociedade concorda, assim a sociedade o elegeu como um serviço de qualidade e de referência.

Nós acreditamos no comprometimento do governo e no comprometimento do deputado Blasi e dos demais deputados desta Casa em manter esses serviços públicos e de qualidade para toda a sociedade de Santa Catarina.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o ex-vereador e cidadão de Florianópolis, senhor Alcino Vieira.

O SR. ALCINO VIEIRA - Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, estou aqui como funcionário aposentado do Estado, depois de 49 anos de serviço e de contribuição, e é a única aposentadoria que exerço.

Vim aqui mais a convite de colegas também aposentados e gostaria de fazer um apelo aos senhores deputados para que analisem com muito carinho o congelamento das gratificações. Segundo informações, porque não tive acesso ao projeto, logo não posso discuti-lo em detalhes, serão congeladas as gratificações de quem já as tem, sendo eliminadas no futuro. Então, o nosso apelo para que não sejam congeladas.

Em segundo lugar, queria fazer um apelo aos senhores deputados e aos próprios representantes do governo, e o colega que me antecedeu já falou muito bem, quanto ao Hemosc e ao Cepon. Imaginem dois órgãos fundamentais para a saúde do cidadão serem extintos do comando da Secretaria da Saúde ou quem sabe até, mais adiante, privatizados? Seria um absurdo. É inacreditável até que se esteja pensando desse modo. Ou a privatização de outros órgãos também, mas especificamente o Hemosc e o Cepon, prejudicando os funcionários.

Foi melancólico o que aconteceu neste país em relação à privatização. Eu acho que todo mundo sabe que o governo federal gastou R\$ 85 bilhões e arrecadou R\$ 82 bilhões com as privatizações. Vou dar um exemplo bem claro: o governo gastou R\$ 3 bilhões para acertar toda a situação do Banco do Estado do Rio de Janeiro e o vendeu por R\$ 300 milhões. Parece até brincadeira isso, mas é fato concreto. Pelo menos foi o que eu li.

O governo federal emprestou dinheiro a uma empresa americana, a AES, para comprar uma empresa nossa de energia elétrica em São Paulo, para desempregar brasileiro e trazer americano para comandar. Recentemente a empresa AES não pagou ao BNDES, que foi quem emprestou o dinheiro, e o governo federal atual não teve outra saída senão comprar ações dessa empresa, no valor de quase R\$ 1 bilhão, tendo ficado, se não me engano, com 48% das ações. Ora, por que o governo então, se é que tinha de fazer, não comprou 51% das ações e ficou com a empresa? Mas, não, resolveu dar mais essa colher-de-chá para a empresa americana.

Então os exemplos de privatização são os piores possíveis, e não vejo razão para isso. Eu fui um modesto presidente do Ipsc e o administrei por quase dois anos com apenas os 8% de contribuição dos funcionários. Levantei a dívida de todos os Poderes e fui a todos os Poderes para cobrar o que deviam ao Ipsc de 4% da cota da Previdência. Nenhum dos Poderes quis pagar parcelado e passaram, dali para frente, a pagar os 4%. Consequentemente, as contas do Ipsc estavam em dia, deixei em dia todas as contas, o Ipsc não devia nada. Deixei em caixa R\$ 84 bilhões na época, em banco, e pedi ao governador para sair do cargo. O que eu vou fazer? Não posso fazer um plano de trabalho, ninguém quer pagar, quem deveria pagar não paga...

Então, eu não acho que qualquer órgão público precise ser privatizado, ele precisa ser bem e honestamente administrado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o doutor João dos Passos Martins Neto, da OAB de Santa Catarina.

O SR. JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO - Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, eu falo aqui designado pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Gostaria de observar, em primeiro lugar, que a Ordem dos Advogados do Brasil é uma instituição laica em relação a quaisquer credos, fé ou confissões religiosas, bem como apartidária; portanto, não tem vínculos político-partidários, o que não a faz indiferente à política, porque a Ordem dos Advogados do Brasil sempre se notabilizou por sua luta contra os regimes opressores de ditadura, pela sua luta em defesa das liberdades públicas e dos direitos civis, contra a corrupção e a defesa da probidade na administração.

Uma reforma político-administrativa interessa à Ordem dos Advogados do Brasil, e a preocupa justamente na medida em que concebe o Estado como uma entidade cuja função precípua é a proteção, a promoção e a efetivação de direitos, sobretudo aqueles direitos sociais que se efetivam por meio de políticas públicas e serviços públicos eficientes e de qualidade.

Nós concebemos uma organização administrativa como um meio para um fim; uma organização administrativa não é nunca um fim em si mesmo, mas um meio para a consecução de determinados objetivos.

Nesse sentido, a preocupação que a OAB manifestaria nesta audiência pública diz respeito àquilo que nos parece ser a ausência de um diagnóstico claro sobre os resultados da política administrativa no governo em curso, ou seja, sem dizer que sim nem que não, que é bom ou ruim. Na verdade, não parece que exista um levantamento sólido, seguro, quanto aos resultados dessa política, porque há informações e sinais, por exemplo, de que o Estado de Santa Catarina atravessaria uma situação financeira delicada.

Um desses sinais, e é uma questão pontual que interessa diretamente à Ordem dos Advogados do Brasil, é o atraso, o retardamento no pagamento de precatórios. Segundo informações extra-oficiais, precatórios que deveriam ter sido pagos em 2000/2001 ainda não o foram. Estamos aí em torno de seis anos de atraso no pagamento de precatórios. Isso significa não só um desrespeito aos direitos dos credores do Estado, não só um atentado às ordens emanadas do Poder Judiciário, mas também um problema de gestão de recursos públicos, porque a cada novo ano que passa um precatório não quitado sofre a incidência de mais juros, que podem ser de 6% a 12% ao ano, o que significa que, no final, o pagamento que o Estado fará será mais de juros do que sobre o principal da dívida.

Nesse sentido, Ordem dos Advogados do Brasil quer manifestar essa preocupação e sugerir que toda a discussão em torno dessa matéria leve em conta a possível relação de causa e efeito que possa existir ou não entre a política administrativa e a situação financeira em que se encontra o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o senhor Marino Tessari, presidente da Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina.

O SR. MARINO TESSARI - Bom-dia, senhores deputados, senhor presidente, senhor relator, senhores representantes do governo.

Nós viemos aqui representar os Conselhos Profissionais de Santa Catarina e solicitar aos deputados que mantenham no texto original dessa reforma a proposta que foi aprovada em 2005: que no mínimo 30% dos servidores públicos exercerem os cargos de comissão no governo do Estado. Essa mesma lei determinou que a partir de 2007, portanto este ano, passaria a 50% dos cargos. E, para a nossa surpresa, a proposta de lei agora apresenta um percentual de preferencialmente 30%. Isso significa um retrocesso, pois entendemos que o profissional, o servidor público, é a pessoa mais adequada para exercer as funções, tendo em vista a continuidade do processo, para a melhoria do atendimento à sociedade, que é o principal objetivo do Estado de Santa Catarina.

Portanto, fazemos um apelo ao senhor relator, o deputado João Henrique Blasi, para que aceite essa nossa ponderação e que realmente seja considerado o mínimo do percentual.

Outro posicionamento é com relação à questão do esporte e da cultura. Entendemos que o esporte e a cultura devem ser tratados como uma questão de Estado, e não de governo. É o caso do Teatro Álvaro de Carvalho, da Biblioteca Pública estadual... Inclusive o governador, em duas oportunidades em que tivemos audiência pública com a Associação dos Conselhos Profissionais, prontificou-se a criar os cargos que não existiam para que a biblioteca realmente pudesse funcionar em condições adequadas para atender a população.

Entendemos que a Biblioteca não deve ser municipalizada, muito menos privatizada. É importante que o governo a mantenha, pois ela é fundamental para que a nossa cultura seja preservada. (Palmas.)

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar diz respeito às emendas, deputado João Henrique Blasi, apresentadas pelos deputados com relação à estrutura mínima do esporte em Santa Catarina. A nossa Fesporte vem a duras penas sobrevivendo nos últimos anos. E para que tenha condições plenas de funcionamento, ela precisa ter os integradores nas 36 regiões; os funcionários precisam ser tratados com dignidade, para que eles possam fazer um trabalho de qualidade na área do esporte, criando condições para os membros exercerem plenamente suas funções.

O nosso Conselho Estadual de Esporte e o Tribunal de Justiça (Desportivo) são exemplos no Brasil em termos de cultura e esporte. Infelizmente, nos últimos anos vem perdendo algumas condições de trabalho, pela estrutura disponível, pelo material e pelos equipamentos.

Então, estamos solicitando o apoio dos senhores deputados e do senhor relator para que atenda os nossos pleitos através das emendas apresentadas.

Por último, a nossa preocupação é com a questão da formação continuada. Os conselhos profissionais têm lutado por uma aproximação entre as universidades e o campo de atuação, para que possamos cada vez mais preparar futuros profissionais, bem como atualizar os que estão em pleno funcionamento, para termos um atendimento de qualidade e uma sociedade atendida em todos os seus objetivos: na educação, na saúde, na segurança, no esporte, na cultura e no lazer.

Portanto, em nome dos conselhos, gostaríamos de deixar o nosso apelo aos deputados e ao senhor relator, colocando-nos à disposição para qualquer esclarecimento, tanto através de mim, do presidente do Conselho de Educação Física ou dos demais conselhos, para que possamos, juntos, somar e melhorar esse projeto de reforma.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Onofre Santo Agostini) - Com a palavra o senhor Romário da Silva, presidente do Sindalec.

O SR. ROMÁRIO DA SILVA - Bom-dia, presidente deputado Onofre Agostini, que neste momento preside esta sessão.

Cumprimento os demais deputados e deputadas presentes, os companheiros e companheiras sindicalistas, estes uns heróis pela resistência, pela luta que vimos travando há cinco anos.

Já foi falado muito sobre essa reforma administrativa, e queria ressaltar, neste momento, a importância do Fórum dos Servidores Públicos Unificado do Estado de Santa Catarina nessa luta constante contra o desmonte do serviço público e contra a desvalorização dos servidores públicos do Estado.

Então, na verdade, somos heróis por essa resistência, por essa luta, e, mais uma vez, lutamos nesta plenária por um serviço público de qualidade, e serviço público de qualidade se faz com investimento em saúde, em educação, respeitando-se as decisões que forem tomadas nas comunidades, como a eleição dos seus diretores. Queremos, sim, um serviço público de qualidade, com investimento em segurança.

Portanto, se não houve debate nenhum com a sociedade, seis debates foram feitos através do Fórum dos Servidores Públicos Unificado. Começamos em Chapecó, na semana passada, e terminamos ontem, em Blumenau.

Esse debate com a sociedade foi feito, mas foi feito com condições mínimas, através do Fórum dos Servidores Públicos, quando, na verdade, deveria ter sido feito pelo Executivo, que mandou essa matéria para Assembleia Legislativa.

Quero dizer aos senhores deputados que, acima do compromisso que têm como base aliada do Executivo, têm um compromisso maior com a sociedade catarinense, a quem o Poder Público deve gerar e dar um trabalho e um serviço público de qualidade.

Senhores deputados, companheiros e companheiras, quero destacar para vocês a importância do Fórum dos Servidores Públicos Unificado, a importância do Fórum de Lutas, a importância da CUT e da Conlutas na participação desse fórum, pois só caminhando e lutando unidos, lutando este plenário, é que realmente haveremos de ter um Estado de Direito, um Estado que preste um serviço digno à sociedade, que paga os seus impostos, que paga os servidores públicos, que mantém os deputados dentro do Poder Legislativo. Por ele, sim, a sociedade organizada deve trabalhar, e continuaremos, sim, lutando por um serviço público de qualidade e por servidores mais valorizados.

Essas propostas nada têm de descentralização, têm, sim, de desvalorização do servidor público e de desmonte do serviço público no Estado de Santa Catarina.

Temos que ter consciência que a luta não é só nossa, a luta é de todos, trabalhadores, trabalhadoras e sociedade catarinense.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Agradecemos ao Romário e devolvemos a presidência dos trabalhos ao senhor deputado Romildo Titon.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra a senhora Elizete da Costa Vieira, presidente da Associação dos Servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial.

A SRA. ELIZETE DA COSTA VIEIRA - Bom-dia, senhores deputados e colegas.

A Fundação Catarinense de Educação Especial é um órgão normativo da educação especial do Estado de Santa Catarina, única no Brasil, modelo no Brasil, e não reconhecida no Estado de Santa Catarina.

Há muito se vem falando, quando se soube da reforma administrativa, por que não chamaram os profissionais da educação especial para participar dessa reforma. Não sou contra a reforma, acho que a reforma tem que vir para contribuir, para engrandecer o Estado de Santa Catarina, e não para destruí-lo. (Palmas.)

A reforma administrativa ora apresentada na Assembleia Legislativa diz que as fundações têm que obedecer às suas leis de criação, aos seus regimentos internos e à lei ora instituída, só que a própria lei não obedece à lei de criação quando, cada vez que tem uma reforma administrativa, diminui-se a situação da fundação. Cada vez mais a fundação vai morrendo, essa é a palavra concreta.

A Fundação Catarinense de Educação Especial, em todas as reformas, vem perdendo a sua estrutura organizacional. Enquanto as políticas nacionais de inclusão social aumentam as atribuições da fundação, as reformas administrativas vêm contribuindo para a sua ineficácia operacional.

Um outro ponto da reforma administrativa é a gratificação de produtividade. Em toda a negociação na gestão anterior, foi com muito sacrifício, com muito sofrimento que conseguimos a implantação da gratificação, e agora essa gratificação não vai ser considerada, vai cair mesmo.

Eu peço aos senhores deputados veto ao artigo que acaba com a gratificação de produtividade. O Estado de Santa Catarina fala tanto em isonomia salarial, e que isonomia é essa que uns ganham e outros não?!

Primeiro implante-a para todos, depois acabe com a gratificação.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor Nauro José Velho, membro da Intersindical dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina.

O SR. NAURO JOSÉ VELHO - Bom-dia aos companheiros e às companheiras, trabalhadores que aqui se fazem presentes; bom-dia à mesa, aos deputados. É muito importante para nós, como classe trabalhadora, estar aqui debatendo esse projeto, infelizmente num tempo infimo. Como sempre, são dedicadas à população, ao povo, apenas as migalhas, inclusive em relação ao tempo.

Nós gostaríamos de reforçar que fazemos parte da Intersindical dos Trabalhadores na Agricultura, das empresas Epagri, Cidasc, Ceasa, Santur, Codesc e que participamos do Fórum de Lutas, dos sindicatos, dos movimentos sociais, que estão lutando e defendendo uma forma de Estado diferente dessa que está se colocando aqui.

Também gostaríamos de dizer que esse Fórum realizou seis debates, como já foi aqui colocado, e que lamentamos muito a ausência da base governista; nenhum parlamentar, nenhum secretário de Estado se fez presente em nenhum momento. Então, quando o governo fala em descentralização, em debates, em democracia, eu acho que é um grande engodo, uma grande mentira que se coloca aqui. Na realidade, o governo foge do debate, ele não gosta do cheiro do povo. Ele faz uma centralização de poder, muito longe da descentralização pregada.

Gostaríamos de abordar que o que está colocado em jogo aqui é o caráter de Estado que essa reforma quer colocar. Já não é mais somente aquele Estado mínimo em saúde, em educação (como outros que me antecederam aqui colocaram bem claramente), em serviço público à sociedade, ao povo, agora eles querem um Estado forte para que o capital continue se reproduzindo, para que tenham garantia. Não é mais nenhuma socialdemocracia clássica, agora é esse Estado forte, que garante apenas isso. É o que relatam as 154 páginas da reforma atual no texto principal. Em nenhum momento fala em descentralizar os serviços, em chegarem próximo ao povo os serviços, e sim na descentralização no sentido eleitoral, no sentido da formação de reais feudos políticos dos secretários, ou dos coronéis, como aqui já foi colocado, o que pudemos constatar muito bem ouvindo as pessoas que participaram do seminário.

É claro que o tempo aqui é muito exíguo para levantarmos tudo o que gostaríamos, mas algumas questões da atual reforma nos remetem aos anos 90, ao governo Kleinübing quando foi feita a municipalização, principalmente das empresas da agricultura. Ou seja, não é a municipalização dos serviços, foi o desmonte de toda a estrutura das empresas, de todas as formas de serviço público. E essas empresas, com muito custo, nos últimos dez, quinze anos, ainda não conseguiram se recuperar completamente daquela malfadada municipalização, e agora estão sendo novamente atingidas.

Nós temos aí o problema específico da Cidasc, cujo setor de infraestrutura desaparece do atual texto da reforma, ou seja, extingue um trabalho que há anos vem sendo prestado e que cada vez mais é necessário, pela falta de água que estamos sentindo cada vez mais, e isso será muito pior daqui para a frente.

Isso está totalmente sucateado, não diz na reforma para onde ele vai, não diz para onde irão os servidores; enfim, ele não coloca nada, apenas omite, como já foi citado aqui por outras entidades. Não é clara a forma como coloca a alienação; aliás, disfarça com um nome bonito, "alienação", mas isso é venda do patrimônio público.

Acho que está na hora de esse governo parar de vender patrimônio público. Secretário Carminati, o senhor está à frente desse grupo, e temos recebido críticas de que é um grupo muito burocrata, que estão usando da total burocracia apenas para administrar o poder, e não para levar realmente à descentralização dos serviços.

Nós gostaríamos de deixar a posição do fórum, a posição dos trabalhadores, a conclusão dos debates que nós ouvimos, dos encaminhamentos que foram tirados: que se pare nesse momento. Vamos retirar esse projeto dessa correria desvairada, como foi colocado pelo governo (*palmas*), e vamos para o povo, vamos discutir, vamos ouvir. Acho que tem muita coisa boa que esse povo tem para falar, secretário Carminati, para debater e discutir. Não apenas ouvir e ficar por isso mesmo.

Então, nós não gostaríamos de encerrar essa fala e ver em seguida o projeto ser "tratorado" pela mesa e continuar tudo na mesma. Acho que este momento tem que servir para que esta Casa, como poder autônomo do Estado, como estrutura de Estado, tome uma atitude e retire esse projeto.

Vamos às ruas debater e montar o Estado necessário à população, e não aos políticos apenas.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra à senhora Virginia Ana Zimmermann, do Conselho Federal de Biblioteconomia.

A SRA. VIRGÍNIA ANA ZIMMERMANN - Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, o Conselho Federal de Biblioteconomia, o Conselho Regional de Biblioteconomia são órgãos apartidários.

Nós estamos aqui hoje para defender a retirada do artigo 189, pelo qual se pretende entregar à municipalidade a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, que é sesquicentenária. No dia 31 de maio ela completa 152 anos. (*Palmas*.)

Quanto ao Teatro Álvaro de Carvalho, à Casa Hercílio Luz, pergunto: entregá-los à municipalidade por quê?

Senhores, acredito que não conhecem o acervo da nossa Biblioteca. Lá nós temos obras desde o século XVI até as contemporâneas. Possui uma das maiores hemerotecas, isto é, uma coleção de periódicos. Nós temos aqui a maior coleção de periódicos do Estado.

A nossa Biblioteca não atende à população florianopolitana com empréstimos de livros, ela atende de Palhoça a Tijucas, toda essa região, porém, na parte de pesquisa, ela atende ao Estado de Santa Catarina (isso é comprovado) e ao País inteiro. Inclusive temos pesquisadores do exterior que se valem da nossa coleção.

Vamos entregar ao município? Foi perguntado se Florianópolis quer isso, se tem condições de abarcar com essa entidade? Pode ser entregue também a Flor do Sertão, a Bocaina, onde eles não têm uma biblioteca. Seria ótimo, municipalizou. Não é isso que nós queremos!

O governador em várias oportunidades, em audiências, nos garantiu que a Biblioteca Pública do Estado estaria no seu devido lugar, que retomaria a sua posição.

Temos no Estado de Santa Catarina um sistema de bibliotecas públicas que não existe em lugar nenhum. O nosso Estado já serviu de modelo; os outros 26 seis Estados mais o Distrito Federal utilizam um modelo que foi passado pelo nosso Estado, e agora aqui estamos no Estado do já tinha, já teve, já era. (*Palmas*.)

Então, perguntamos, senhores: em vez de um Estado promissor, vamos continuar com o quê? Com já teve, já tinha?

Com esse artigo 189 estaremos também infringindo o artigo 23, inciso III, da Constituição brasileira, e os artigos 9º, incisos I, III, IV, V, e 10, incisos VII, VIII e IX, da Constituição de Santa Catarina, que são claros no que se refere à competência do Estado: "o dever de proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, impedindo a evasão, a destruição e a descaracterização das obras de artes e outros bens de valor histórico, artístico e cultural. Compete ainda ao Estado proporcionar ao cidadão catarinense educação, cultura, ensino e desporto, visando à preservação e a divulgação da memória catarinense."

Pergunto, senhores deputados, será que votamos para ter representantes aqui naquele brinquedo "fazer tudo o que o mestre mandar" ? Não, não é isso que nós queremos. (*Palmas*.) Queremos, sim, deputados, nossos representantes, que nos defendam, não aos bibliotecários que lá estão trabalhando. Precisamos, sim, que o nosso Estado também tenha o cargo de bibliotecário, para o qual já foi dado sinal verde, mas agora entrou em *standby* novamente.

Queremos nos orgulhar da nossa Assembléia Legislativa, dos nossos representantes. Estou aqui representado um órgão em nível federal, e também represento em nível federal o meu Estado, Santa Catarina, a nossa cultura, a nossa Biblioteca Pública, o nosso Teatro Álvaro de Carvalho, a nossa Casa de Cultura.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra a senhora Zuleika Lenzi, presidente do Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos.

A SRA. ZULEIKA LENZI - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, funcionários públicos de Santa Catarina, senhoras, senhores, aqui estou presente porque sempre foi dito que se você não fala, você morre; se outro não fala, morre, e daqui a pouco ninguém mais vai falar.

É uma questão de responsabilidade social, e parabeno a Assembléia por fazer esta audiência pública, mesmo que seja num curto espaço de tempo e sem muita divulgação.

Mas a luta é porque acabei de ouvir falar, e reitero todas as palavras que foram ditas aqui, sobre a questão da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Fernando Collor destruiu, desmontou a estrutura cultural brasileira, e hoje em dia está se vendo que o retorno está sendo caro. Ser diretor de Biblioteca Pública no Estado de Santa Catarina sempre teve a mesma característica de um secretário de Estado, pois ali está o patrimônio cultural.

Se os senhores observarem (e vai gente estudar a violência na Colômbia), a violência está sendo dirimida através de bibliotecas públicas colocadas à disposição da população.

Cultura, conhecimento, é poder. Não é fechando e destruindo a nossa Biblioteca Pública que vamos dar poder ao povo de Santa Catarina (*palmas*). Senhores, é um patrimônio nosso, e é um patrimônio muito importante para o nosso Estado. Ali está tudo o que já foi dito, o patrimônio de livros...

Aqui foi feita uma lei dizendo que a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina seria sempre o local que abrangeria toda a produção literária de Santa Catarina. Então, os senhores são preocupados com a cultura de Santa Catarina.

Eu lhes peço, em nome de todos que têm escrito a favor da Biblioteca Pública... Porque ela não é um simples depósito de livros, ali teve (a questão do "já teve") um trabalho de oficina para recuperação das obras antigas, ali teve também, na época em que fui secretária de Cultura e Esporte, todo o equipamento para o sistema braille, ali eram trocados os livros já usados, todos com acesso à Biblioteca Pública. Senhores deputados, como mulher, peço pelo Hemosc e Cepon: como catarinense, como pessoa responsável, eu peço: não façam isso com a cultura, não destruam, não desmantelem a estrutura cultural de Santa Catarina. (*Palmas*.)

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Senhores presentes, ouvimos os 24 inscritos, agora passaremos a palavra ao senhor Ivo Carminati, secretário de Estado da Coordenação e Articulação.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO IVO CARMINATI (SC) - Agradeço, senhor presidente.

Saúdo, mais uma vez, todos os parlamentares, assim como os presentes, em especial as pessoas que usaram da palavra trazendo sugestões, críticas, enriquecendo, sobremaneira, esta discussão e o projeto do governo, que trata da terceira reforma administrativa.

Quero iniciar exatamente pela Biblioteca Pública. Ouvi dois depoimentos, dentre outros, nessa direção, de autoridades do setor forte, como da professora Ana, da professora Zuleika, ex-secretária da Cultura do Estado, depoimentos emotivos de profunda seriedade com relação à história e ao compromisso do Estado com a cultura.

Certamente não é intenção do governo, como se coloca, desincumbir-se da responsabilidade cultural do Estado. O que o governo quer (e colocou isso claramente na sua proposta de governo) exatamente é aproximar-se dos municípios e com os municípios desenvolver esse trabalho cultural inclusivo.

O que se propõe neste momento importante em que se discute claramente e de forma transparente aqui nesta audiência pública é construir uma alternativa para a Biblioteca, para o TAC e para a ilha dos Açores em conjunto.

Certamente, como frisaram no início, não é uma proposta pronta e acabada, mas uma proposta que sofre, sim, o crivo da opinião pública, e principalmente dos parlamentares aqui na Casa Legislativa.

Essa é uma questão que pende na mesa. É proposição inicial do governo, sim, a transferência aos municípios, porque a proposta da municipalização desses serviços, aproximando o Estado através da sua gestão pública com a gestão municipal, intercalando-se, fazendo a interface dessas ações, a intenção é aproximar-se dos municípios na execução desses serviços.

Da mesma maneira é intenção do Estado ouvir as sugestões e as críticas, e na comissão específica da Casa Legislativa nós haveremos de levar em consideração os depoimentos apaixonados das pessoas que são responsáveis e envolvidas na execução e na defesa da cultura, para que possamos encontrar uma alternativa de comum acordo para isso.

Trago à discussão um outro ponto: a situação do Ciasc. A exemplo da SC Gás, em que o Estado gestou, de forma responsável, numa discussão séria e profunda, que é o futuro do Estado na geração de energia, ofertando esse potencial energético que o Estado tem, integrando, portanto, o gás à massa energética, à matriz energética da Celesc, para que possa, nessa integração, levar fortemente ao oeste de Santa Catarina essa nova oferta de energia.

Com certeza essa oferta de gás no oeste catarinense irá desenvolver e captar sobremaneira novas indústrias, gerando empregos, oportunidades, gerando inclusão social. A integração no Ciasc, portanto, na matriz energética do Estado, passa a ser uma questão estratégica do Estado. E a partir daí, evoluiu-se no sentido de que as ações majoritárias do Ciasc passem a ser integradas à Celesc, decisão estratégica, acertada com a anuência da Assembléia Legislativa.

Da mesma maneira, parece-me que o ponto de conflito nessa discussão pública, inquestionavelmente, é a Casan. A Casan, que temos a coragem de trazer à discussão aberta nesta audiência pública, para que nós, em conjunto com os parlamentares na Casa Legislativa, possamos encontrar uma alternativa viável, economicamente falando, de parceria da Casan com os municípios, uma vez que os contratos de concessão - como registrado no início - estão se esgotando. E a idéia naturalmente dos municípios é fazer a gestão da água por si, e por sua conta própria, como temos em alguns exemplos de municípios as Samaes criadas, que estão desenvolvendo essa situação.

O que pensa o governo? O que pensa o presidente da Casan a esse respeito? De maneira correta, concreta e objetiva, o Estado coloca a sua posição, na questão da gestão da Casan, exatamente a gestão compartilhada com os municípios. Isso não significa dizer que a privatização desse serviço é essencial à vida das pessoas e da gente catarinense.

Naturalmente encontra-se nessa posição alguma resistência por parte dos prefeitos e dos municípios que pretendem gerir solitariamente esse serviço. O governo, o presidente da Casan e toda a gestão da Casan, a diretoria de uma maneira geral, pretendem e encaminham essa questão nessa direção, da gestão compartilhada com os municípios, que é a forma de garantir a eficácia, a eficiência e a qualidade desse tipo de serviço público essencial a toda gente catarinense.

Da mesma maneira, eu quero registrar duas questões: a dos recursos hídricos, que a senhora Patrize registrou, do Fórum da Bacia de Araranguá, com relação à diretoria de recursos hídricos; e a gerência específica dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, uma proposta clara e objetiva, bastante séria, que recepcionada pelo trâmite regimental da Casa, com certeza, oportunamente será apreciada.

Por fim, faço duas considerações finais: primeiro, inquestionavelmente, que a reforma apenas aprimora a postura de gestão do Estado nessa nova cultura de descentralização. O que significa isso? É exatamente melhorar e aprofundar a descentralização no sentido de um passo adiante. Qual é o passo adiante objetivamente? É a transferência do orçamento e a execução financeira desse orçamento no Conselho de Desenvolvimento Social, no conselho comunitário.

Esse é o processo democrático de aplicação dos recursos, no qual os representantes do conselho são os representantes da sociedade, da comunidade, que são os prefeitos (*vários participantes da plenária manifestam-se fora do microfone*), os vereadores, os representantes da sociedade civil.

Gostaria de praticar a democracia direta, em que o governo pudesse ir lá discutir a aplicação dos recursos, mas a democracia de forma representativa exige instrumento de recepção das demandas sociais.

(Um participante da plenária manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Os conselhos são representantes, assim como os parlamentares são os representantes da sociedade civil. Nesses conselhos é que teremos a captação da demanda social, a captação da necessidade social da comunidade. É lá que se fará, que se executará o orçamento, porque o secretário regional, subordinado à decisão do conselho, executará o orçamento com a sua demanda.

A desconcentração, que é o ponto de toque da reforma neste momento (por isso a terceira reforma, que aprimora a descentralização), é exatamente a autonomia financeira lá no conselho, lá para o secretário regional. E aqui eu faço um registro das APPs, para as quais o governo repassará os recursos financeiros com base na posição per capita de cada escola, para que as APPs possam gerir e gestionar a aplicação desses recursos que para elas serão transferidos.

É importante que se registre, de forma clara e respeitosa, que dessa reforma decorrerá uma economia financeira ao Estado em função do novo modelo de gestão que será feito, em decorrência da aprovação dessa reforma. Nesse novo modelo de gestão há que se frisar um aspecto importante: o Estado tem uma estrutura enxuta, sim, com relação aos cargos comissionados. Apenas para comparar, nós temos no Distrito Federal mais de 17 mil cargos comissionados, e Santa Catarina tem 10%, 1.700 cargos.

(Manifestação paralela da plenária fora do microfone. Inaudível.)

Esta reforma extingue 30% dos cargos. Nós vamos extinguir (isso é importante que se registre, independentemente da manifestação democrática), com essa iniciativa dos 30%, desse percentual um quantitativo numérico de cargos correspondente a uma economia financeira de tanto. Para falar sobre isso, passarei a palavra ao doutor Renato, que foi o artífice dessa engenharia junto com o Paulo Eli, para que possa clarificar este ponto específico.

Para fechar, o governo naturalmente foi questionado sobre a situação financeira e orçamentária, e nós nos colocamos à disposição para tratar desse assunto na comissão específica, que é a Comissão de Finanças da Casa, a qualquer momento.

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o doutor Renato Faust, coordenador de Planejamento da Secretaria de Estado da Administração.

O SR. RENATO FAUST - Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, servidores, representantes de entidades de classe associativas e sindicais.

Os números que me coube apresentar aos senhores aqui representam justamente esse aspecto dos cargos comissionados. Dos números existentes, o secretário já frisou, de 1.725 cargos, o novo número proposto tem uma redução de 30%, chegando então a 1.208 cargos comissionados. Isso, em valores de repercussão financeira para o Estado, representa uma redução, em valores nominais, de R\$ 953 mil mensais com relação a esses cargos. Aplicando-se a esses valores aquilo que seria aplicado em termos de provisão de 13º salário, provisão de férias, triênios, auxílio-alimentação, contribuição à Previdência (a parte patronal) e ao INSS (também a parte patronal), aquele valor que eu havia citado de R\$ 953 mil eleva-se, na verdade, a R\$ 1.777 milhão de redução mensal.

É claro que há uma contrapartida. Quando eu menciono aqui a redução de 1.725 cargos para 1.208 cargos, é interessante que os senhores, que já leram e consultaram o projeto de lei, e aqueles que não o fizeram, observem que há um último anexo no projeto de lei, que é o Anexo XIV, que de certa forma recompõe diversos desses cargos comissionados na forma de funções gratificadas que são, portanto, exclusivas de serem providas por servidores que ocupam cargos efetivos na estrutura do Estado.

Isso representa, no outro lado da balança, um acréscimo em relação a esses cargos a mais que foram feitos. Esses números, quanto a essas funções gratificadas que já existiam no Estado, sob a vigência da Lei Complementar 284 e agora com a aprovação da nova lei, que passam de R\$ 510 mil para R\$ 744 mil, representam um acréscimo de R\$ 234 mil mensais, que igualmente afetados pelos acréscimos de provisão de 13º salário etc. chegam a um acréscimo de R\$ 347 mil.

Cotando ainda outro item, que não nos cabe entrar em detalhes, mas é aquela perspectiva da ajuda de custo de deslocamento de servidores para o interior, que pode ter uma repercussão que mudaria também, considerando que existirão seis novas Secretarias do Desenvolvimento Regional, atribuindo-se aquela cota para cada uma delas que já existe na Lei Complementar 284, haveria também um potencial acréscimo de despesa no valor de R\$ 145 mil mensais.

O que estou lendo aqui na verdade é um quadro que foi encaminhado à Assembléia Legislativa em resposta à diligência que foi feita mediante o Ofício nº 029/2007. Então, resumindo, somando tudo isso, qual o resultado obtido com toda essa formulação do projeto de lei em relação à Lei Complementar 284? Representa potencialmente uma redução de R\$ 1.284 milhão por mês. Isso, em termos anuais representa R\$ 15.400 milhões. Esses seriam os números que representam a tradução fiel do que está no projeto de lei.

Uma solicitação que nos faz o secretário Carminati é dar alguma notícia a respeito de um outro dispositivo do projeto de lei, que é a extinção da chamada GAF, genericamente, mas que traz também consigo a gratificação de produtividade que atinge os quatro órgãos: Secretaria da Fazenda, Secretaria da Administração, Procuradoria-Geral do Estado e Ipsc.

Como todos sabem, a extinção dessa gratificação não afetará aqueles servidores que já recebem essa gratificação, ela é transformada em vantagem nominalmente identificável. Haverá, sim, uma redução de custos por um aspecto, que é o dos cargos comissionados desses órgãos que passam a não ter uma diferenciação em relação aos demais, portanto passam a não receber mais essa gratificação; e, segundo, porque há o conceito do estancamento do crescimento dessa despesa.

Os dados históricos mostram que, com relação à GAF, havia um determinado número de servidores que percebiam em dezembro de 2004 e uma tendência de crescimento em 2005 e 2006. Com base nessa evolução, foi feita uma projeção.

Traduzindo isso em desembolso, finalmente, tanto para a chamada gratificação fazendária, exclusiva da Fazenda, como para a gratificação de produtividade, que se aplica aos demais citados, no total isso representa um estancamento dessa despesa, que poderia acontecer por esse crescimento, em torno de R\$ 577 mil por mês. Ou seja, iríamos a R\$ 10.439 milhões anualmente, um valor que o Estado deixa de desembolsar por conta potencialmente dessa gratificação.

Era isso, e obrigado pela atenção dos senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Passamos agora a palavra aos três parlamentares inscritos, Sargento Amauri Soares, Décio Góes e Ana Paula Lima, e posteriormente vamos encerrar concedendo a palavra ao deputado João Henrique Blasi, que é o relator da matéria.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Boa tarde a todas as pessoas presentes até este momento; senhores deputados; senhores dirigentes do Poder Executivo; companheiros; e servidores públicos estaduais aqui presentes.

Primeiramente eu queria ressaltar uma coisa que acho importante e necessária, embora seja de caráter pessoal e também político.

Na eleição de 2006, no segundo turno, eu decidi, conversando com centenas de companheiros, talvez milhares, apoiar o então candidato a governador Luiz Henrique da Silveira, assim como fizeram boa parte das pessoas que estão aqui; outros decidiram apoiar o Esperidião Amin. A eleição passou, temos um governo constituído e, portanto, temos que tratar das coisas de forma objetiva e concreta.

Estou falando isso para dizer que não viemos aqui para fazer críticas sectárias nem para defender nada e ninguém de forma irrefletida. Para bons entendedores, digo que sou base dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; dos pequenos agricultores, de onde sou originário; dos servidores da educação e da saúde; dos demais servidores estaduais; que efetivamente são com quem tenho me relacionado nos últimos quarenta anos, ou seja, desde que eu nasci.

Rejeito a idéia de se colocar sempre o parlamentar numa devida caixinha. Estamos aqui com compromissos históricos. Estou deputado estadual pelo PDT, e isso dura quatro anos. E é uma pena que dure, porque a legislação brasileira diz que uma vez eleito, fica eleito. Em outros países, que pensam mais democraticamente, toda vez que um parlamentar vota contra os seus eleitores ele é substituído, o que deveria existir também no Brasil. *(Palmas.)*

Foi falado aqui de nove projetos da área da Segurança, e temos discutido isso. Mas a audiência pública de hoje é para discutir o projeto da reforma administrativa. Evidentemente teremos discussão a respeito daqueles projetos na área de segurança, e a outros projetos dessa área temos apresentado emendas.

Nós prestamos atenção, com bastante carinho, a todas as manifestações feitas no microfone a respeito desse assunto. Já apresentamos ao Poder Executivo (encaminhado ao secretário Ivo Carminati e ao próprio governador do Estado) algumas sugestões e propostas de emendas a esse projeto, e vamos fazê-las novamente aqui nesta Casa.

A respeito de toda diminuição de cargos comissionados etc., nós somos favoráveis a que se proceda a tudo que possa gerar economia para o Estado, desde que não prejudique a capacidade de o Estado prestar o seu serviço. Por exemplo, estamos apresentando uma emenda para que sejam mantidas a gerência de enfermagem e a gerência técnica nos hospitais, porque achamos que isso é importante para o serviço público na área da saúde. E temos discutido isso com servidores da área da saúde, evidentemente que os servidores da secretaria, servidores daquele hospital de preferência. E aí seria uma função gratificada, não um cargo comissionado.

Estamos apresentando (como já defendemos em plenário, em outras ocasiões, o nosso compromisso com a democracia nas escolas) ao artigo 68, do projeto de reforma administrativa, que fala das competências da Secretaria de Estado da Educação, o inciso XVI, que diz o seguinte: "Garantir a gestão democrática no âmbito da educação estadual, através da eleição direta para diretores de unidades escolares."

No artigo 101, da mesma forma, como foi colocado aqui, nós estamos defendendo a Biblioteca Pública, o Teatro Álvaro de Carvalho, o Museu Etnográfico Casa dos Açores, para que permaneçam como órgãos do Estado. É preciso que se faça discussão aqui, até porque o artigo 189 não diz apenas que vai ser municipalizado, ele pode ser transferido para entidades não estatais. E aí vemos que reside o perigo principal, maior inclusive do que a própria municipalização, embora essas entidades, eu penso, tenham que ser do Estado de Santa Catarina e não dos municípios, até porque são de interesse de todos os catarinenses.

No artigo 110, dos objetivos da Celesc, também estamos propondo uma emenda no sentido de que a Celesc possa participar como acionista de empresas públicas, prestadoras de serviço público, geração de energia elétrica, distribuição de água e saneamento, distribuição de gás, tecnologia da informação, desde que ela seja ou que o Poder Público seja acionista principal, majoritário.

Essa é a nossa emenda, até indo na discussão que o deputado Grandó apresenta, de que a Celesc e a própria Casan poderiam gerar energia elétrica, através de pequenas centrais elétricas nos açudes, nos reservatórios de água da Casan. Então, já tem uma estrutura, e isso até ajudaria a Casan a pagar sua dívida com a Celesc, mas é uma discussão a ser feita. Desde que não ponha em risco o patrimônio público, estamos à disposição para fazer essa discussão.

Da mesma forma estamos apresentando emenda ao artigo 155, nesse mesmo sentido que falei no item anterior.

A questão principal que vemos aqui é no artigo 154, que dá poder para alienar ações da SC Gás, do Ciasc, da Casan, e para a ZPE de Imbituba. Estamos propondo, primeiro, extinguir o artigo e depois incluí-lo com o seguinte texto: "Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a extinguir a Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação, e transferir seu patrimônio para outra finalidade de interesse público." Porque a ZPE de Imbituba foi criada (não serviu para nada) para o povo de Santa Catarina, portanto, o patrimônio que está lá tem que ser revertido para outro interesse público. Esta é a intenção dessa emenda.

Enfim, devemos fazer outras audiências públicas para discutir a reforma administrativa, como também, aproveitando que todos ou a maioria dos dirigentes sindicais de Santa Catarina estão nesta audiência pública, poderíamos fazer audiência pública nesta Casa para discutir o PAC. Essa é outra necessidade dos trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil, porque o PAC não é a coisa mais linda que tem sido apresentada: o PAC é uma fraude, tira direitos dos trabalhadores, quando rapta, confisca o FGTS, quando dá isenção de imposto para as empresas e sequer obriga que essa isenção de imposto seja para investimento produtivo. O PAC é aquilo que trata de investimento do governo federal e das empresas. Não tem nada de novo, porque aquilo já está tudo previsto no Orçamento da União, e no planejamento de investimentos das empresas para os próximos anos.

Então, temos que debater a reforma administrativa, que é de autoria do governo estadual; e debater o PAC e outros projetos que são de autoria do governo federal, para não ficarmos aqui brigando de gato e rato, quem é bonito é Oposição e quem é feio é governo. Temos governos em nível municipal, estadual e federal, e todos têm tomado medidas no sentido de prejudicar os trabalhadores e a sociedade. Temos que debater cada projeto no sentido de alterar esses projetos, de melhorá-los, e fazer avançar a luta dos trabalhadores do nosso Estado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor deputado Décio Góes, por cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Minha saudação à mesa e a todo nosso plenário.

Esta audiência mostra a importância do debate e que o povo catarinense quer debater, por isso vejo esta audiência com grande sucesso, que pode e deve ser repetida outras vezes aqui nesta Casa e no Estado de Santa Catarina.

Quero dizer que questões de gestão não deveriam ser misturadas com questões de futuro, destino da Casan, do Ciasc, do teatro, que são outros debates que deveriam ser separados, para que possamos discutir melhor essas outras questões.

O Estado tem propagado e tentado convencer a sociedade, pela mídia, que esse projeto é para racionalizar e economizar, e está propondo um novo modelo de gestão. O que sentimos é um Estado mínimo para os serviços públicos e um Estado máximo para os políticos, ou para a política. É preciso mendigar, suplicar para que os serviços públicos sejam feitos, o que é obrigação final do Estado.

É só viajar pelo Estado que vemos a realidade do serviço público, as pessoas nos falando da saúde, da falta de gasolina para a ambulância; da polícia, da falta de gasolina para fazer atendimento; do Deinfra, que tem máquinas paradas e o mato tomando conta. Então, é uma situação em que os serviços públicos não estão sendo o eixo desse governo.

Há uma intenção, e nessa reforma consolida a intenção do governo em se livrar de um conjunto de serviços públicos, e quer entregar para as prefeituras, para a sociedade. A sociedade civil, vendo que o governo não dá conta dos serviços públicos, organiza-se em organismos, em ONGs, e vive atrás dos deputados para conseguir subvenções para exercer tarefas de políticas públicas, que são tarefas típicas que o governo do Estado tem que prestar. Chega a ser um abuso da sociedade. Então, isso é para refletirmos a importância do debate que estamos fazendo.

Realmente eu não consegui encontrar, nessa questão dos comissionados, essa redução dos 30%. A nossa assessoria pode estar enganada, mas não achamos os números que o doutor Renato acha. Vamos precisar que ele fique à disposição para que possamos confirmar esses números, eis que os nossos números dão o contrário. Então é preciso esclarecer.

O que vimos aqui hoje, por exemplo, em relação às bibliotecas, ao teatro, os espaços, os equipamentos socioeducativos, enfim, tantos equipamentos com a cultura que o Estado quer transferir aos municípios, dá-me a impressão que isso é como popularmente se diz: bode na sala. Eu não possa acreditar que isso seja verdade, então este é o momento que precisamos refletir para ver se é verdade mesmo.

Acho que hoje tem trinta secretarias. Eu não sou contra a descentralização. Nós temos dez regiões hidrográficas no Estado, que, dividindo em dez secretarias, o Estado atenderia muito bem e faria a função de Estado, não confundindo com o poder local.

Temos 21 associações de municípios. Poderia ser 21, já acharia exagerado, mas 30, 36, parece-me exagerado demais. Se continuar desse jeito, daqui a pouco teremos que fazer uma regional por município. Aí o governador vai nomear os prefeitos e vereadores também, que é só o que falta! (Manifestação da plenária.)

Essa idéia de radicalizar na descentralização do orçamento, eu acho importante. Inclusive temos um instrumento na Assembléia, que é o orçamento regionalizado. A sua lógica permite que atenda às questões regionais, mas o Estado não perde a sua função estratégica, que é a visão do Estado como um todo, de prover da infra-estrutura para o seu desenvolvimento (palmas). Porque picar o orçamento do jeito que estão fazendo, com decisões em cada região, não fica uma política de Estado, para o Estado como um todo, fica um somatório de políticas regionais, ficam 36 governos regionais. Nós vamos ter problema com isso mais adiante. Isso é sério.

A venda da Casan, por exemplo, eu não consigo compreender. Quer dizer, se o governo do Estado vem aqui nos dizer que a Casan tinha lucro, que tinha agora o financiamento do JBIC, que tinha um conjunto de melhorias, por que o Estado não tem uma proposta de saneamento para os municípios? Lá em Criciúma, está vencendo o contrato e a gente não vê um movimento do Estado para ficar com a concessão. Depois o Estado diz aqui que são os municípios que não querem! Como? Mas não tem proposta nenhuma!

Com a lei nova do saneamento nacional, eu até fico desconfiado, deputado Pedro (porque agora o município, para ficar, teria que indenizar o Estado), que querem fazer esse dinheiro! Vão lá, o município vai ter que ficar devendo aquilo, aí indeniza o Estado. Como os municípios não têm como indenizar, eles terão que dar um jeito de privatizar para poder pagar o Estado. Assim o nosso sistema estadual vai ficar todo picado, e vamos pagar água a preço de telefone celular, como aconteceu na privatização do telefone.

Então, essas coisas poderiam ser separadas para a gente discutir direito. Uma coisa é gestão do Estado e a outra são essas questões estratégicas para Santa Catarina.

Eu também queria fazer uma pergunta para o Estado quanto ao desempenho financeiro do governo. Está visível a situação, e esse projeto mostra um certo desespero. De certa forma o governo já vem vazando com documentos, como se viu no fim de semana, relatórios, declarações, entrevista do secretário. Quer dizer, para o povo já se preparar que a situação realmente está difícil. Sinceramente não entendi, qual o objetivo do artigo 173 da reforma? Eu gostaria que fosse respondido.

Então, são algumas considerações para contribuímos com o debate, acreditando que temos muito ainda para discutir. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Concedo a palavra à deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, senhor presidente. Cumprimentando-o também cumprimento a senhora deputada, os senhores parlamentares, o senhor Ivo Carminati, a equipe de governo do Estado que está presente, os senhores e as senhoras.

Senhor presidente, vamos relatar a experiência que estamos vivendo na Assembléia Legislativa, não só aqui no Parlamento catarinense, mas em diversas regiões que andamos ouvindo as pessoas, o povo de Santa Catarina, os servidores públicos.

Primeiro, gostaríamos de relatar que estamos vivendo a terceira reforma administrativa do governo do Estado, que para nós é uma reforma política infelizmente e não uma reforma administrativa.

Vivenciamos no ano de 2003 a primeira reforma administrativa, ano que antecedia as eleições municipais de 2004; em 2005, outra reforma administrativa, ano que antecedia as eleições governamentais na qual o governador Luiz Henrique foi reeleito; e hoje, em 2007, estamos também vivenciando a terceira reforma política, ano que antecede as eleições municipais de 2008.

É uma reforma sazonal, e infelizmente o governador Luiz Henrique precisava dos servidores públicos para se reeleger, tanto é que no ano de 2006 ele dividiu as categorias: atendeu uma parte da saúde; dos policiais civis e militares, deputado Soares; da educação, que não cumpriu; do Hemosc e do Cepon. Foi dessa forma que vivenciamos o ano de 2006. O ano da verdade é agora, o de 2007, o que estamos vivenciando.

Senhor presidente, nós ficamos preocupado não com a manifestação dos parlamentares aqui da base do governo nem da base de Oposição, ficamos preocupado com a declaração do secretário de Finanças do governo do Estado, que relatou a preocupação com o orçamento, que o Estado não está realizando mais obras e não vai realizar durante um tempo, que as reformas não vão acontecer. Inclusive está nos jornais de circulação estadual a preocupação com o atraso dos salários. Se temos todas essas preocupações, como vamos realizar uma reforma para aumentar as Secretarias de Desenvolvimento Regional? (Palmas.)

Também concordo com o deputado Décio Góes, que os números que temos levantado não são os mesmos que o senhor Renato relatou aqui.

A preocupação maior ainda é que essa reforma está chegando a conta-gotas aqui na Assembléia Legislativa e nós, parlamentares, temos dificuldade de acesso a alguns documentos. Se nós temos, imagine a população, que não entendeu o que é a reforma administrativa.

Sempre falo que o governador é bom de *marketing*, ele fala que a reforma administrativa é só para reduzir 30% dos comissionados. Mas não reduz os gastos, que aumentaram bastante.

Senhor presidente, senhores parlamentares, gostaria que vocês vivenciassem o que alguns parlamentares vivenciaram, inclusive esta deputada, no Fórum de Lutas, que realizou seis audiências públicas em algumas regiões do nosso Estado. Por exemplo, acredito que a base governista não tenha participado e também não tem entendimento do que é essa reforma administrativa, porque a reforma para eles é cargos, onde coloco quem, onde deixo quem, esse aqui é o meu compadre, esse aqui é o meu cabo eleitoral, é dessa forma (palmas). Então, gostaria que o líder do governo, o deputado João Henrique Blasi, ficasse atento a isso.

Na região de Lages, por exemplo, as máquinas do Deinfra e do Deter estão no pátio, porque não têm condições de trabalhar. Na região de Videira há escola que não tem lâmpada, e as crianças não têm aula porque não dá para acender a luz. Na região de Joinville a saúde pública não tem gasolina para colocar nos carros para distribuição dos remédios, dos coquetéis para os pacientes portadores de HIV. Na minha região, em Blumenau, onde ontem foi realizada audiência pública, foi lamentável. Por exemplo, a segurança pública sem gasolina, do Fundo que era para comprar carros para os policiais não comprou nenhum, apenas um para o delegado regional; também as escolas, que são a nossa preocupação, a comunidade não está atenta - e faço um apelo para a educação, para informar aos seus professores e estes informarem aos alunos para chegarem em casa e dizerem para a mãe e o pai.

Gente, algumas escolas foram reformadas sim, mas teve escola que reformaram as salas, mas não colocaram as carteiras; teve escola que não reformaram nem o prédio. Por exemplo, a segunda maior escola de Santa Catarina, que é o colégio Pedro II, começaram as aulas e não deu para iniciar, porque os alunos não tinham carteira nem as salas para poderem frequentar. Em algumas escolas de Blumenau também não têm nem os professores, porque começou mais tarde o ensino no Estado, se não me engano foi no dia 26, diferente dos municípios, porque tinha que ir com o quadro completo.

Então, isso é uma reforma administrativa? Não senhores, acho que a população só está atenta para a admissão dos 30% dos cargos comissionados, mas ela tem que estar atenta (e isso é que temos que verificar) que o governo ainda não tem o reflexo da segunda reforma, só a eleitoral, porque o governador foi reeleito. A população tem que ir nas audiências públicas.

Na questão da cultura, gostaria que o governador enchesse também o peito e fizesse seus discursos inflamados (e a dona Zuleika Lenzi falou muito bem da nossa Biblioteca Pública) e defendesse o nosso patrimônio público, como ele defende o Balé Bolshoi de Joinville (palmas), com todos os méritos que tem o Balé Bolshoi, que sou uma defensora também, mas não podemos perder um patrimônio de 152 anos (vai fazer 153 este ano) de uma boa biblioteca estadual. Não dá desta forma.

Então, senhor presidente e deputado Soares, faço o seguinte encaminhamento: que o senhor requeira a discussão do PAC aqui na Assembléia Legislativa, porque também quero fazer esse debate. O PAC, quando foi para a Câmara dos Deputados, não foi em regime de urgência como está sendo a reforma administrativa aqui na Assembléia Legislativa. (Palmas.)

Então, senhor presidente, pediria para o senhor e para o líder do governo que tirasse o regime de urgência para nós, parlamentares, assim como a sociedade, discutirmos...

(O senhor Alfeu Bittencourt manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Por gentileza, pedimos que respeite a oradora que está na tribuna. Deputada Ana Paula, conclua, por favor.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Senhor presidente, o professor falou assim. Blumenau também tem professores que não estão recebendo o salário no mês adequado e até com distorções no salário.

Mas o meu encaminhamento, senhor presidente, é que o líder do governo do Estado retire o regime de urgência deste Projeto de Lei nº 001/07, para que a gente possa discutir isso. Isso é democracia. Democracia é eleições diretas para diretores de escolas, democracia é a gente poder discutir a fundo o que vai acontecer no Estado de Santa Catarina, se aprovamos do jeito que está. Então, retire o regime de urgência.

Senhor presidente, hoje é um debate que várias pessoas gostariam de se manifestar, então, que a gente possa realizar mais audiências públicas, principalmente nas Secretarias do Estado de Desenvolvimento Regional, para que o povo de Santa Catarina possa manifestar-se.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Com a palavra o senhor deputado João Henrique Blasi, relator da matéria.

O SR. RELATOR (deputado João Henrique Blasi) - Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas.

Nós ouvimos atentos e respeitosamente todas as pessoas que fizeram uso da palavra, e gostaríamos, nesta oportunidade, com bastante objetividade, de responder algumas questões que já foram postas e alguns encaminhamentos e esclarecimentos quanto às dúvidas sobre a matéria.

Mas antes de abordar especificamente esses pontos, gostaria de dizer à deputada Ana Paula, que mencionou explicitamente o meu nome, que o debate político vamos fazer na tribuna da Assembléia, na sessão de hoje à tarde, por exemplo, na sessão de amanhã e nas subsequentes.

Agora, a deputada Ana Paula também precisa responder (e aí não sou eu quem falo é o jornal de hoje) que o seu partido, o Partido dos Trabalhadores, está discutindo a indicação de cargos em Santa Catarina. Portanto, é um procedimento normal de toda estrutura do governo, diferentemente do que quis dizer a deputada Ana Paula com relação ao governo do Estado. (Vaia.)

Sobre as questões aqui levantadas, senhor presidente, em primeiro lugar eu gostaria de esclarecer que em nenhum ponto do projeto da reforma administrativa, o Projeto de Lei Complementar nº 001/07, há qualquer referência à extensão daquelas gratificações de 15%, que foram dadas, através de dezenove leis estaduais específicas, para dezenove órgãos da administração pública do Estado.

Portanto, fique claro à Fundação Catarinense de Educação Especial e aos demais órgãos que foram aquinhoados com aquele percentual: está mantida a gratificação. Não há uma linha sequer no projeto de lei dispondo a esse respeito, o que há é uma previsão de eliminação da chamada GAF - Gratificação de Atividade Fazendária, que beneficia servidores da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Administração, da Procuradoria-Geral do Estado e, sim, aquela concedida em 2005 aos servidores do Ipsc. Por quê? Porque são gratificações extremamente onerosas. Elas são maiores até do que a remuneração do próprio servidor, o que tem gerado um contingente muito grande de pedidos, tanto que hoje o governador se vê a braços com mais de mil pedidos de transferências para esses órgãos. Por quê? Porque a gratificação é maior do que aquilo que percebem os servidores comissionados, quase o dobro dos outros órgãos.

Então, há comissionados, há servidores de primeira e de segunda classe. Quem está na Fazenda, na PGE, na Administração e também no Ipsc é primeira classe, é privilegiado, todos os demais estão na segunda classe. Então, preservando o direito adquirido daqueles que já incorporaram isso ao seu patrimônio jurídico e individual, a idéia é eliminar a gratificação apenas e tão-somente desses órgãos.

Quanto à situação do Hemosc e do Cepon, que foi suscitada aqui, não há nenhuma previsão, não há nenhuma idéia de se privatizar o Hemosc ou o Cepon. O que foi feito foi a inclusão da estrutura organizacional do Hemosc e do Cepon com o diretor-geral, o diretor técnico e o diretor administrativo, ou o gerente, se assim preferirem, no Anexo 14, que é aquele que diz respeito às funções gratificadas.

Há o entendimento de que é preciso fortalecer a estrutura do Hemosc e do Cepon, fazendo com que apenas e tão-somente os seus servidores ocupem as funções de chefia. Mas se for do entendimento dos servidores do Hemosc e do Cepon que devemos transmudar do Anexo XIV para o Anexo 7-E, que é um anexo específico da Secretaria da Saúde, não há problema algum, e é uma solicitação que já está acatada por mim, na condição de relator.

Quanto à situação do Ciasc e da SC Gás, é matéria que já foi resolvida pelo governo. Tanto o Ciasc como a SC Gás serão mantidas como empresas estatais, como subsidiárias da Ciesc.

Quanto à Casan, na verdade estamos vivenciando uma situação de extrema dificuldade, cuja responsabilidade não é apenas do governo, estamos vendo o findar das concessões e a não-renovação pelos prefeitos municipais dos mais variados matizes políticos. Os prefeitos têm optado pela municipalização ou pela privatização da concessão.

Eu penso que o que nós podemos e devemos fazer aqui, a partir da abertura ensejada por esse dispositivo do projeto de lei complementar, é discutir uma alternativa para a Casan. E, por exemplo, podemos buscar num projeto que tramitou aqui no ano passado, para reforçar a Casan, para mostrar o desejo de manter a Casan como uma estatal viável. Aquilo que já previa no outro projeto de lei complementar, que tramitou aqui pela Casa e por falta de entendimento não chegou ao seu final, que seria ampliar as suas atribuições, como, por exemplo, captação, envase, distribuição e comercialização de água potável mineral.

Também aquilo que foi mencionado há pouco pelo deputado Sérgio Grando: por que não a Casan aproveitar o potencial hidráulico dos seus mananciais para gerar energia elétrica e vendê-la a quem de direito? É um desafio que nós temos. E precisamos ouvir a sociedade, sim; precisamos ouvir, como temos ouvido, os servidores da Casan; e precisamos ouvir também os municípios, através da Fecam, para que sejam solidários no sentido de encontrarmos uma alternativa comum, de manter a Casan como estatal, mas uma estatal viável para todos nós.

Por outro lado, no que diz respeito à Biblioteca Pública, quero aqui manifestar uma posição pessoal. Pessoalmente acolho as manifestações que me foram trazidas por quantos abordaram a questão da Biblioteca Pública. Tive oportunidade de, dias atrás, também ser procurado por um grupo de intelectuais de Santa Catarina, e entendo que lhes assiste razão em pleitear a manutenção da Biblioteca Pública no acervo do Estado de Santa Catarina como uma instituição estatal.

Já disse ao governador em um debate que tivemos a respeito dessa matéria, e o governador ponderou: "Por que a biblioteca de Joinville é municipal e a de Florianópolis não?" E eu respondi (*manifestação paralela da plenária fora do microfone. Inaudível*), se me permitirem concluir, que não se trata da biblioteca de Florianópolis, trata-se da biblioteca de Santa Catarina, sediada na sua capital, que é Florianópolis. (*Palmas.*)

Inclusive quero dizer que a idéia do governo não é descartar-se da Biblioteca Pública municipal. Tanto não é que, se nós compulsarmos o Anexo XIV do projeto de lei da reforma administrativa, aquele que trata das funções gratificadas, está sendo recriada a função gratificada de administrador da Biblioteca Pública do Estado, que foi retirada em lei anterior. Está sendo recriada como uma forma de mostrar que o governo tem preocupação e que quer buscar uma alternativa, e, a meu ver, a alternativa não passa nem pela municipalização nem por aquelas outras que estão cogitadas ali. Portanto, estou aberto e receptivo para que nós avancemos no sentido de encontrar a melhor alternativa quanto à Biblioteca Pública, que é, a meu juízo, mantê-la na estrutura do Estado e visar a sua dinamização.

Por último, senhor presidente, em função de várias ponderações que aqui foram feitas nesta questão, por exemplo, dos recursos hídricos, e tantas outras, aquela ventilada há pouco pelo deputado Sargento Soares, de cargos de gerência técnica e de enfermagem nos hospitais públicos da rede estadual, nós, efetivamente, precisamos fazer e vamos proceder a uma readequação de alguns cargos e funções para suprir o corte linear que foi feito em algumas estruturas, que ficaram exiguas demais e que não vão dar conta de responder pelos cometimentos daqueles respectivos órgãos.

De sorte que, senhor presidente, concluo essa minha manifestação reiterando a minha disposição, na condição de relator da matéria e de líder do governo, de estar aberto a todas as contribuições e de acatar todas aquelas que signifiquem aprimoramento da versão original, sem ferir a essência do projeto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Blasi.

Chegamos ao fim da nossa audiência pública, e acredito que todos que se inscreveram tiveram a oportunidade de colocar aqui os seus posicionamentos.

Queremos agradecer a todos os parlamentares que se fizeram presente; ao secretário Ivo Carminati e a toda sua equipe que esteve aqui para dar esclarecimentos; a todas as entidades organizadas; e à população em geral; que participou conosco desta audiência pública.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente audiência pública.

DEPUTADO ROMILDO TITON

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DEPUTADO GELSON MERÍSIO

VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E

SERVIÇO PÚBLICO

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 076/07

Dispõe sobre o assédio moral no âmbito da administração pública estadual, e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida ao servidor a prática de assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta e indireta de qualquer de seus Poderes e instituições autônomas.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, considera-se assédio moral todo tipo de conduta abusiva que cause degradação das relações de trabalho, praticado por servidor que atente, por sua repetição ou sistematização:

I - à dignidade;

II - à integridade psíquica ou física de uma pessoa; ou

III - implique em dano ao ambiente de trabalho.

Art. 2º A prática do assédio moral, comprovada mediante processo administrativo-disciplinar, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório, sob pena de nulidade, implicará na aplicação das seguintes penalidades, observadas a reincidência e a gravidade dos fatos apurados:

I - curso de aprimoramento pessoal;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - multa;

V - suspensão e multa.

Art. 3º A ação disciplinar prescreverá no prazo de vinte e quatro meses.

Art. 4º Quando a vítima for servidor público, terá direito, se requerer, à:

I - remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo.

II - remoção definitiva, após o encerramento da sindicância e do processo administrativo; e

III - quando a vítima estiver sob a guarda de instituição estadual, terá direito, se requerer, à remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo.

Art. 5º Os procedimentos administrativos do disposto no art. 1º serão iniciados por provocação da parte ofendida ou por qualquer autoridade que tiver conhecimento da infração funcional.

Parágrafo único. Nenhum servidor ou funcionário poderá sofrer qualquer espécie de constrangimento ou ser sancionado por ter testemunhado atitude definidas nesta Lei ou por tê-las relatado.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de sessenta dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,

JAILSON LIMA

Deputado Estadual (PT)

Lido no Expediente

Sessão de 29/03/07

JUSTIFICATIVA

O projeto ora apresentado é um remédio legislativo específico para coibir o assédio moral, resultado de um trabalho de pesquisa tendo como referência Projetos de Lei em tramitação em Assembléias Legislativas do Brasil, Câmara dos Deputados Federais e Câmaras Municipais de Vereadores.

A palavra assédio vem do latim *obsidere*, que tem o significado de *pôr-se adiante, sitiá-lo, atacar*. Na língua portuguesa, assédio significa *insistência importuna, junto de alguém, com perguntas, propostas, pretensões ou outra forma de abordagem forçada*.

Tal iniciativa surge como uma alternativa para combater distúrbios das relações nos locais de trabalho. Distúrbios esses considerados um dos males que afligem a humanidade neste século; cumpre destacar que esse é um fenômeno mundial que afeta inclusive países desenvolvidos, como bem demonstram os dados levantados pela Organização Internacional do Trabalho (www.ilo.org, acessado em 2007).

Importa frisar que a iniciativa do Deputado é de suma importância por considerar os efeitos que o assédio moral provoca no âmago do trabalhador da administração pública, e que tramitam iniciativas no âmbito federal, como o Projeto de Lei nº 2369/2003, de iniciativa do Deputado Mauro Passos. Ressalta-se que o Estado do Rio de Janeiro é pioneiro em proibir o assédio moral no âmbito dos serviços públicos por meio da Lei Estadual nº 3921, publicada em 23 de agosto de 2002, assim como no Rio Grande do Sul vigora desde 2006 a Lei Complementar nº 12561, que proíbe a prática do assédio moral no âmbito da administração pública estadual.

O assédio moral está inserido na sociedade desde os primórdios do ser humano, desde que o homem começou a se inter-relacionar com outros homens. Salienta-se que o que há, primeiramente, é a conduta assediadora dentro da sociedade, e por consequência a conduta assediadora no local de trabalho.

O assédio moral no trabalho constitui fenômeno internacional, segundo pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A mesma pesquisa aponta para distúrbios de saúde mental relacionados com as condições de trabalho em países como Finlândia, Reino Unido e Estados Unidos. As perspectivas são sombrias para as duas próximas décadas, pois segundo a OIT e a Organização Mundial da Saúde (OMS), estas serão as décadas do mal-estar na globalização, onde predominarão depressões, angústias e outros danos psíquicos relacionados com as novas políticas de gestão na organização de trabalho e que estão vinculadas às políticas neoliberais.

Portanto, em uma sociedade competitiva, onde todos procuram vencer a qualquer custo, urge adotarmos limites legais que preservem a integridade física e mental dos indivíduos, sob pena de perpetuarmos essa "guerra invisível" nas relações de trabalho. E, para combater de frente o problema do "assédio moral" nas relações de trabalho, faz-se necessário tirarmos essa discussão dos consultórios de psicólogos e tratá-la no universo do trabalho.

O assédio moral no ambiente do trabalho é uma conduta repudiada pela sociedade. É preciso que se exclua qualquer tipo de assédio moral, tudo isso para termos um ambiente de trabalho mais saudável para os trabalhadores, para que possam perseguir seus sonhos na construção diária de um ideal de vida digna, ética, equilibrada e principalmente pacífica.

Ante o exposto, conto com a aprovação da proposição pelos nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 077/07

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Alquimídia, do município de Florianópolis.

Art. 1º Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Cultural Alquimídia, com sede e foro no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 29/03/07

JUSTIFICATIVA

A entidade tem prestado relevantes serviços aos movimentos sociais na comunidade florianopolitana e região, especialmente na área de comunicação e produção cultural, conforme pode-se aferir na documentação juntada, razão pela qual, a exemplo do comprovado reconhecimento municipal de sua utilidade pública, deve este Parlamento reconhecer sua utilidade pública estadual, para os devidos fins.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 078/07

Assegura o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - Fica assegurado o acesso gratuito, aos menores de 12 (doze) anos que estejam acompanhados de responsável, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde

Sala das Sessões, 26 de março de 2007.

Deputado Décio Góes

Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT

Lido no Expediente

Sessão de 29/03/07

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais membros da Egrégia Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O lazer em família, além de ser um Direito inalienável a ser garantido pelo Estado, é o melhor antídoto para a degradação das relações sociais a que estamos submetidos. É no convívio familiar que valores sociais são partilhados, atitudes são observadas e se forma o que temos de melhor: nosso caráter. Não bastasse isso, as normativas que nos regem, desde a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 227, até o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8069/90), em seus artigos 3º, 4º, 5º e outros, referem-se ao convívio familiar e ao lazer como atos constitutivos da proteção integral a ser destinado à população infanto-adolescente.

O estádio de futebol, consagrado como "Grande Paixão Nacional", é uma das principais, senão muitas vezes a única forma acessível de lazer para muitos catarinenses e brasileiros. Devolver aos estádios o caráter lúdico e familiar tem sido um desafio enfrentado por todos os envolvidos com o futebol, desde os meios de comunicação, a segurança pública, até os clubes e os atletas, interessados em manter vivo o esporte que mais mobiliza nossas emoções.

O alto custo para assistir a um jogo, considerando o transporte coletivo, ingressos e alimentação, é um dos obstáculos para que a maioria das famílias catarinenses e brasileiras possam ocupar os estádios. A Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 217, § 3º, dispõe que "o poder público incentivará o lazer como forma de inclusão social".

Garantir a gratuidade do acesso aos estádios para as crianças acompanhadas de seus responsáveis, além de instrumento para inclusão social, promoção explícita da convivência familiar, sintonia com os apelos pela paz nos estádios, contribui ainda com a formação dos futuros torcedores.

O lazer funciona como fonte geradora de energia e bem-estar do indivíduo. Além de todos esses benefícios que o lazer traz para o desenvolvimento físico e mental das pessoas, atua como importante instrumento de agregação social, combatendo as diversas formas de discriminação social.

Cumprido o dever de informar que já há normas similares à matéria apresentada. As Normas Orgânicas do Futebol Brasileiro - RD. NR. 01/91, aprovada pela Diretoria da CBF em reunião realizada em 21 de fevereiro de 1991, determina em seu Art. 83º o que segue:

Art. 83º - Os menores de doze anos de idade estão isentos do pagamento de ingressos nos jogos dos campeonatos brasileiros de futebol profissional

§ 1º - O pai ou responsável legal do menor a que se refere o item anterior deverá solicitar da Federação local a expedição da respectiva credencial, mediante prova da menoridade estabelecida neste artigo.

Da mesma forma, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, promulgou a Lei nº 4.476, de 28 de dezembro de 2004, que registra matéria similar, de iniciativa do deputado estadual Edmilson Valentim (PCdoB).

Considerando o exposto, contamos com o acolhimento dos Senhores Deputados e das Senhoras Deputadas para que a presente proposição, após a tramitação e aprovação nesta Casa Legislativa, seja sancionada pelo Senhor Governador do Estado.

*** X X X ***